

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG**

**RENATA NUNES GUAITOLINI**

**ESPAÇOS PLURIATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DOMINGOS  
MARTINS – ES.**

VITÓRIA  
2015

RENATA NUNES GUAITOLINI

**ESPAÇOS PLURIATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DOMINGOS  
MARTINS – ES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Scarim.

VITÓRIA  
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

G898e Guaitolini, Renata Nunes, 1984-  
Espaços pluriativos da agricultura familiar em Domingos  
Martins-ES / Renata Nunes Guaitolini. – 2015.  
133 f. : il.

Orientador: Paulo César Scarim.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas. 3. Agroturismo. I.  
Scarim, Paulo Cesar, 1968-. II. Universidade Federal do Espírito  
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

---

# “ESPAÇOS PLURIATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM DOMINGOS MARTINS - ES”

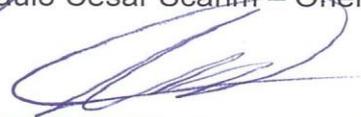
**RENATA NUNES GUAITOLINI**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 09 de Julho de 2015 por:



Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim – Orientador - UFES



Prof. Dr. Antonio Carlos Queiroz do Ó Filho – UFES



Prof. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini – Ciências Sociais/ UFES

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças e coragem para chegar até aqui, me iluminando nas horas de desânimo.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que contribuíram para essa nova conquista e principalmente ao meu professor e orientador Paulo César Scarim, responsável pela conclusão deste trabalho.

Agradeço aos agricultores familiares integrantes dos Circuitos Turísticos Rurais do Município de Domingos Martins, que gentilmente me atenderam e responderam aos questionários aplicados, sendo peças-chave para esta pesquisa.

Não posso esquecer-me de agradecer a Rodrigo Belcavello Barbosa, analista e consultor do SEBRAE da Região das Montanhas Capixabas, que atenciosamente buscou esclarecer minhas dúvidas e ainda, foi responsável pelo fornecimento de parte do material utilizado em minha pesquisa.

Agradeço, também, aos meus familiares e ao meu amigo Fernando Sartório. Agradeço ainda, e, principalmente, ao meu marido, Kézio: obrigada por toda a paciência e pela companhia durante as etapas de pesquisa de campo.

Obrigada a todos por estarem sempre comigo e por fazerem parte dessa vitória.

## RESUMO

Os espaços pluriativos da agricultura familiar são caracterizados como estabelecimentos rurais, pertencentes a agricultores familiares, nos quais são desenvolvidos tanto atividades agropecuárias quanto atividades não agropecuárias, por vezes incentivadas por políticas públicas. Para melhor compreensão desses espaços e dos aspectos pertinentes a sua formação, tais como os culturais, espaciais, econômicos e políticos, buscou-se através de um estudo de caso entender as especificidades que levaram a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar no Município de Domingos Martins (ES) – a escolha deste município se deve tanto a importância quanto à quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar existentes em seu território, além do crescimento de atividades não agrícolas dentro dos estabelecimentos rurais, principalmente de atividades relacionadas ao agroturismo. Percebemos – por meio da análise dos estabelecimentos pertencentes aos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins – a relação existente entre os espaços pluriativos da agricultura familiar e o turismo rural, o agroturismo e/ou o ecoturismo. Assim, identificamos o turismo como elemento catalisador de políticas públicas e compreendemos que por meio dele as propriedades rurais familiares são construídas e/ou transformadas para o atendimento de uma demanda turística, o que se manifesta a partir da introdução de práticas pluriativas no interior desses mesmos espaços.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Pluriatividade; Espaço; Políticas públicas.

## **ABSTRACT**

The pluriactive spaces of family farming are characterized as farms belonging to farmers which are developed both in agricultural activities and non-agricultural activities, sometimes encouraged by public policies. For better understanding of these spaces and the relevant aspects of your training, such as cultural, spatial, economic and political, was sought through a case study to understand the specifics that led to the formation of pluriactive spaces of family farming in Domingos Martins (ES) - the choice of this city is due both the importance and the amount of existing establishments of family farming in its territory, in addition to the growth of non-agricultural activities within the farms, especially activities related to agrotourism. We realize - through the analysis of establishments belonging to the Rural's Circuits tourism of Domingos Martins - the relationship between pluriactive spaces of family farming and rural tourism, agro-tourism and / or ecotourism. Therefore, we identified tourism as a catalyst for public policy and understand that through him the family farms are built and / or processed to meet a tourist demand, which manifests from the introduction of pluriactive practices within those spaces.

**Keywords:** Family farming; Pluriactivity; Space; Public policies.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estabelecimentos agropecuários no Brasil: pluriativos e não pluriativos.....	40
Tabela 2 - Estabelecimentos totais e pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar.....	40
Tabela 3 - Estabelecimentos pluriativos no Brasil, por agricultura familiar e não familiar, segundo o tipo de atividade.....	42
Tabela 4 - Número de estabelecimentos agropecuários no Espírito Santo e Domingos Martins (2006).....	70
Tabela 5 - Número de estabelecimentos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento (2006).....	71
Tabela 6 - Número de estabelecimentos em que algum membro da família do produtor teve atividade remunerada fora do estabelecimento (2006).....	72
Tabela 7 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram outras receitas - Espírito Santo (2006).....	73
Tabela 8 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram outras receitas - Domingos Martins (2006).....	74
Tabela 9 - Valor das outras receitas obtidas pelos estabelecimentos - ES (2006).....	75
Tabela 10 - Valor das outras receitas obtidas pelos estabelecimentos - Domingos Martins (2006).....	76
Tabela 11 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram receitas com diversificação de atividades - Espírito Santo (2006).....	77
Tabela 12 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram receitas com diversificação de atividades - Domingos Martins (2006).....	78
Tabela 13 - Valor das receitas obtidas com diversificação de atividades pelos estabelecimentos agropecuários - Espírito Santo (2006).....	79
Tabela 14 - Valor das receitas obtidas com diversificação de atividades pelos estabelecimentos agropecuários - Domingos Martins (2006).....	80
Tabela 15 - Renda total dos estabelecimentos agropecuários por grau de especialização no Espírito Santo (ES) e em Domingos Martins (DM) - 2006 (Em Mil R\$).....	81
Tabela 16 - População residente por tipo de domicílio - Domingos Martins (2010).....	86
Tabela 17 - População residente por cor ou raça, segundo a situação de domicílio - Domingos Martins (2010).....	86
Tabela 18 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por situação de domicílio, segundo a condição de alfabetização - Domingos Martins (2010)	87
Tabela 19 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de	

atividade na semana de referência e situação de domicílio - Domingos Martins (2010).....	88
Tabela 20 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por rendimento mensal em salários mínimos, segundo situação de domicílio - Domingos Martins (2010).....	89
Tabela 21 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal - Domingos Martins (2010).....	90
Tabela 22 - Principais Produtos Agrícolas por área, quantidade produzida e rendimento médio - Domingos Martins (2010).....	91
Tabela 23 - Procedência e histórico socioeconômico dos agricultores familiares pluriativos dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins (2015).....	105
Tabela 24 - Características das propriedades familiares pluriativas dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins (2015).....	106
Tabela 25 - Percepção dos agricultores familiares pluriativos dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins em relação à agricultura e a pluriatividade (2015).....	110
Tabela 26 - Percepção dos agricultores familiares pluriativos dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins em relação às atividades não agrícolas (2015).....	111

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Pousada e Restaurante Opashaus.....	98
Fotografia 02 – Restaurante e Pousada Delícias da Tilápia.....	98
Fotografia 03 – Pequena loja da Fattoria Tre Bambine.....	99
Fotografia 04 – Confeção de bombons na Fattoria Tre Bambine.....	99
Fotografia 05 – Sítio do Galo.....	100
Fotografia 06 – Sítio do Galo.....	100
Fotografia 07 – Sombra da Serra.....	101
Fotografia 08 – Café com Prosa.....	102
Fotografia 09 – Sítio Capitão.....	103
Fotografia 10 – Loja do Sítio Alamá Sonho Meu.....	103

## LISTA DE SIGLAS

CMDRS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

EFA – Escola Família Agrícola

ES – Espírito Santo

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

GPS – *Global Positioning System*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

PEA – População Economicamente Ativa

PEDEAG – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba

PIB – Produto Interno Bruto

Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo

Proinf – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIG – Sistema de Informações Geográficas

UTC – Unidade de Trabalho Contratado

UTF – Unidade de Trabalho Familiar

VCO – Valor do Custo de Oportunidade

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1. ESPAÇOS PLURIATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA.....	22
1.1. Agricultura familiar.....	22
1.2. Pluriatividade.....	30
1.3. Políticas públicas.....	43
1.4. Espaço.....	48
1.5. Espaços pluriativos da agricultura familiar.....	51
CAPÍTULO 2. FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PLURIATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	59
2.1. A Importância da pluriatividade no ES e em Domingos Martins.....	70
CAPÍTULO 3. FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PLURIATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS (ES).....	83
CAPÍTULO 4. ESPAÇOS PLURIATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS CIRCUITOS TURÍSTICOS RURAIS DE DOMINGOS MARTINS: ANÁLISE E RESULTADOS.....	95
4.1. Os Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins.....	96
4.1.1. O Circuito do Chapéu.....	98
4.1.2. O Circuito do Galo.....	100
4.1.3. O Circuito do Vale da Estação.....	101
4.2. Espaços pluriativos da agricultura familiar: Análise e resultados.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
APÊNDICE A.....	127

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como temática central, a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar – os quais podem ser sinteticamente descritos como estabelecimentos rurais familiares em que se praticam atividades agropecuárias e também atividades não agropecuárias –, buscando aprimorar os conhecimentos acadêmicos sobre o tema. Para tanto, buscou-se realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo no estudo de caso seu arcabouço metodológico. Desse modo, realizamos um estudo de caso sobre a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar que fazem parte dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins (ES), ou seja, dos estabelecimentos rurais familiares que praticam, além de atividades agropecuárias, atividades não agropecuárias e que compõem o Circuito do Chapéu, o Circuito do Galo e o Circuito Vale da Estação. Para tanto, analisou-se dados estatísticos referentes ao período que compreende os anos de 2006 a 2013. Isto se deve ao fato de uma maior disponibilidade de informações e estatísticas oficiais, por meio do Censo Agropecuário de 2006, a assuntos pertinentes à temática, tais como a agricultura familiar e seus desdobramentos: a multifuncionalidade, a pluriatividade, a diversificação de atividades e rendas, dentre outros. Também foram realizadas visitas aos estabelecimentos inseridos nos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins, sendo a primeira delas realizada em meados de 2013 para observação e obtenção de informações preliminares e fotografias e a segunda no início de 2015 para nova observação e aplicação de questionários.

Cabe aqui destacar a importância de estudos sobre as transformações do espaço rural e dos sujeitos que o compõem, além do interesse crescente de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento em temas relacionados a tais transformações. Neste contexto, temas relacionados à agricultura familiar ganham destaque, devido a suas características mais gerais. Podemos dizer que a agricultura familiar é uma categoria: a) oposta a agricultura patronal; b) globalizante em termos da grande diversidade de sujeitos envolvidos/representados; c) em que os tipos de gestão e de mão de obra

utilizados são predominantemente familiares; d) que tem um caráter de reprodução social; e) que possui características plásticas/mutantes aplicadas por meio da pluriatividade – forma de manutenção e obtenção de renda extra e de adaptação as condições socioeconômicas presentes/atuais; e, e) que possui, ainda, um caráter multifuncional – respondendo pela geração de postos de trabalho, pela segurança alimentar, pela promoção da preservação ambiental e pelo resgate do modo de vida da população que compõem este grupo (CARNEIRO, 1999; VEIGA, 2001; MATTEI, 2005; ALTAFIN, 2007; OLALDE, 2012).

Ao se discutir a agricultura familiar, faz-se necessário considerar a pluriatividade e suas consequências, visto que essa vem sendo percebida como possibilidade para a diversificação e o aumento de renda dos pequenos agricultores familiares, além da diversificação de categorias profissionais dentro dessas famílias (SCHNEIDER, 2003). Segundo Schneider (2003), a pluriatividade se refere, sinteticamente, “[...] à um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura [...]” (SCHNEIDER, 2006, p. 02).

A pluriatividade é um termo que pode ser considerado novo no Brasil, pois apenas surgem pesquisas sobre o mesmo a partir da década de 1990, principalmente concentradas na região Centro-Sul do país. No Estado do Espírito Santo existem estudos acadêmicos e também alguns desenvolvidos por instituições governamentais que falam sobre aspectos pertinentes a pluriatividade e sobre a importância crescente no cenário econômico dentro dos espaços rurais de atividades não agrícolas desenvolvidas no campo. Entretanto, o estudo sobre essas atividades sozinho não consegue dar conta do significado do termo pluriatividade, pois “nem sempre o crescimento das ocupações não-agrícolas das pessoas ou famílias com domicílio rural, neste ou naquele setor ou ramo, implica em um aumento proporcional da pluriatividade das famílias” (Schneider, 2006, p. 05). Da mesma maneira, estudos que buscam entender isoladamente questões como o turismo rural, o agroturismo, a juventude rural, a multifuncionalidade da agricultura familiar, a diversificação

de atividades dentro e fora dos estabelecimentos rurais, dificilmente conseguirão alcançar a essência do termo.

Buscando contribuir academicamente com possíveis imbricações entre as diversas áreas do conhecimento, buscou-se com este estudo de caso compreender a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar, tendo na ciência geográfica nossa base de apoio e isto, porque este entendimento perpassa por questões de ordem espacial, cultural, social e econômica.

A pertinência da escolha do Município de Domingos Martins para a pesquisa se deve ao fato de que segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), ele possui 2.812 estabelecimentos agropecuários pertencentes à agricultura familiar – sendo o segundo maior em quantidade deste tipo de estabelecimento no estado do Espírito Santo – o que corresponde a aproximadamente 86,7% do número total de estabelecimentos rurais do município, reforçando, portanto, a importância de pesquisas e os estudos sobre esse segmento da agricultura na região. Cabe ressaltar que apesar da agricultura ocupar um lugar importante na economia do município, é no setor terciário que o mesmo produz mais de 50% do seu Produto Interno Bruto (PIB), restando para o setor primário 36,8% e para o secundário 12,4% (IJSN, 2009). Além disso, encontramos no Município de Domingos Martins características naturais, aspectos culturais e históricos, além de incentivo governamental a práticas pluriativas e localização geográfica privilegiada – devido a proximidade com a Região Metropolitana da Grande Vitória –, que se apresentam como fatores determinantes para a formação desses espaços pluriativos, como observaremos no decorrer desta pesquisa.

Domingos Martins – mapa 01, mais adiante – é um município capixaba localizado na microrregião administrativa sudoeste serrana do Espírito Santo (ES) que possui uma área de 1.228,353 km<sup>2</sup>, limitando-se com os municípios de: a) Afonso Cláudio, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina ao norte; b) Vargem Alta, Alfredo Chaves e Marechal Floriano ao sul; c) Viana e Cariacica a leste; e, d) Castelo e Venda Nova do Imigrante a oeste. O município foi criado no ano de 1893 e a sua sede encontra-se a cerca de 620 metros de altitude e a aproximadamente 43 km da capital do estado, Vitória. O município se divide em

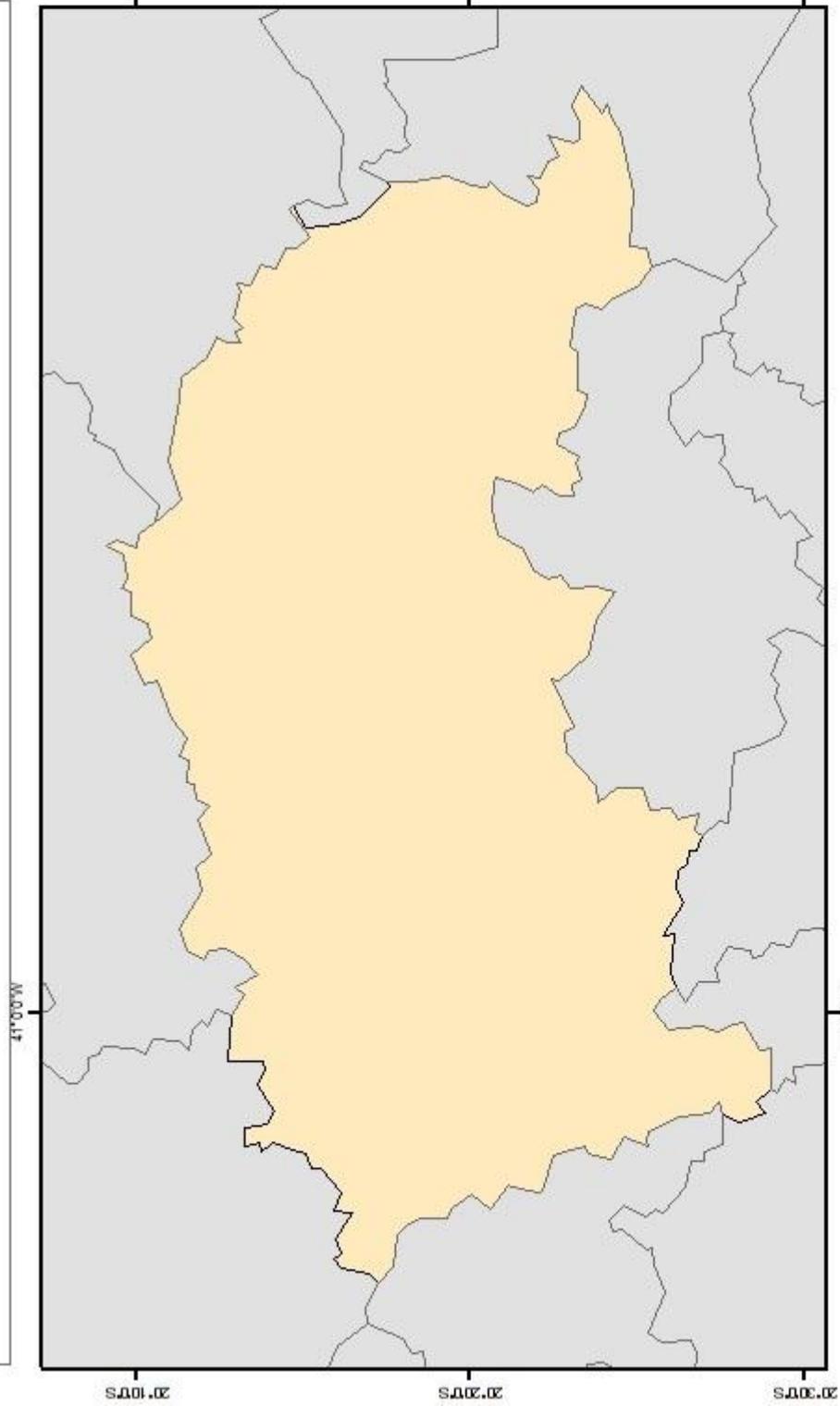
sete distritos, a saber: Domingos Martins, Aracê, Biriricas, Santa Isabel, Melgaço, Paraju e Ponto Alto.

Quanto aos aspectos físicos do município, podemos dizer que possui um relevo acidentado e montanhoso, sendo formado, em sua maior parte, pela serra do Castelo, a qual também é conhecida por outras denominações, tais como Serra do Tijuco Preto e Serra do Galo. Segundo Santos et al. (1992), cerca de 90% das terras do município de Domingos Martins se encontram a mais de 500 metros de altitude, justificando assim o clima ameno presente na região. Os três pontos mais altos do município são o pico da Pedra das Flores – o mais alto de Domingos Martins, atingindo 1.909 metros –, a Pedra do Tamanco ou do Redentor – 1.847 metros – e a Pedra Azul – também conhecida como Pedra do Lagarto, alcança a altitude de 1.822, sendo a mais famosa da região.

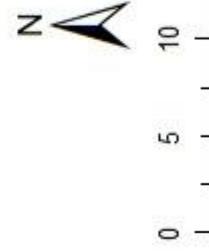
A vegetação do município é composta por floresta ombrófila aberta, floresta natural de montanha e cobertura vegetal secundária com palmeiras e pastagens. A Mata Atlântica cobre aproximadamente 20% da área do município, estando presente principalmente no alto dos morros. Domingos Martins possui duas reservas florestais, sendo uma estadual – a Reserva Florestal de Pedra Azul, criada em 1960 e transformada em Parque Estadual de Pedra Azul em 1991, com uma área de 1.240 hectares – e outra particular – a Reserva do Instituto Kautsky, que possui 300.000 m<sup>2</sup> de Mata Atlântica, se destacando com sua grande coleção de espécies de orquídeas e bromélias que juntas somam mais de mil e trezentas.

O clima da região é tropical de altitude com temperaturas amenas, em geral, apresentando 19°C como média anual, podendo baixar até 0°C nas épocas mais frias do ano. As chuvas do município são abundantes favorecendo as atividades agropecuárias e o regime dos rios, com uma precipitação média anual de 1.200 mm, sendo a estação do ano mais chuvosa o verão. A bacia hidrográfica da região é a do Rio Jucu com uma área de 1.210km<sup>2</sup>, sendo seus principais rios Jucu Braço Norte, Jucu Braço Sul, Melgaço e Tijuco Preto.

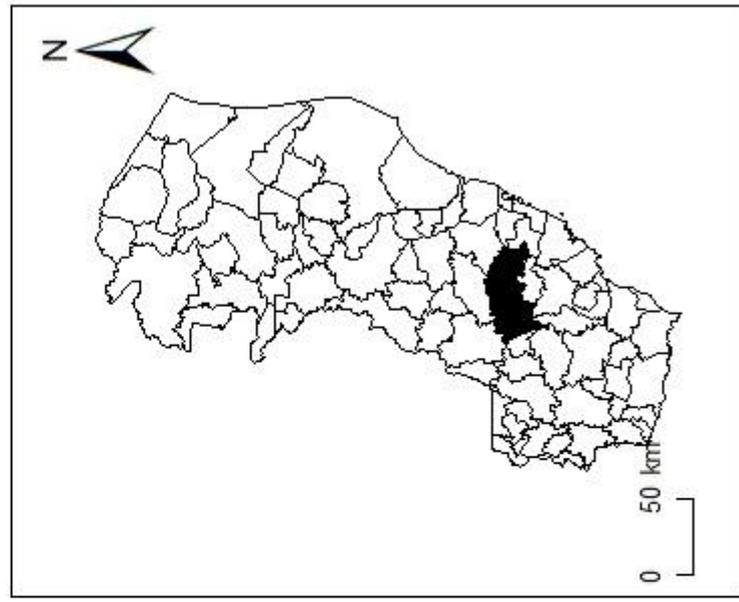
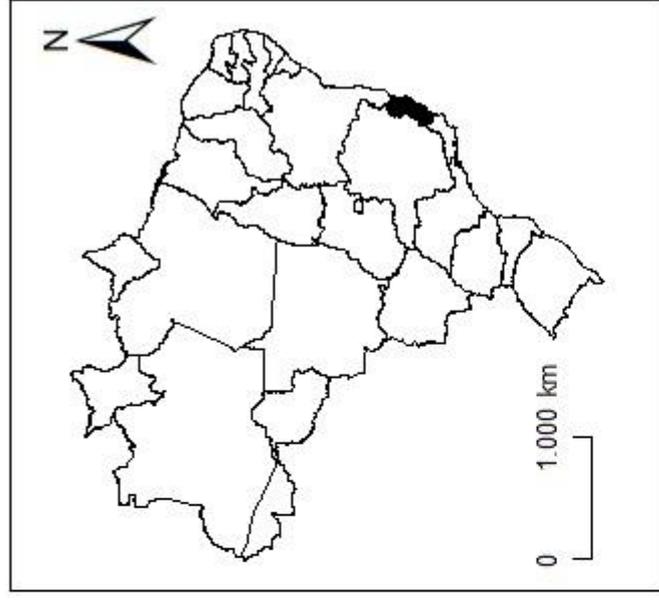
# MAPA 01: Município de Domingos Martins - ES



- Outros municípios
- Domingos Martins



Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum SAD-69  
Fonte: IBGE (2010)  
Elaboração: Renata N. Silva  
Data: Julho/2013  
Laboratório de Cartografia Geográfica  
e Geotecnologias - LCGGEO/UFES



Refletindo sobre a enorme quantidade de estabelecimentos rurais familiares no Município de Domingos Martins, sobre a importância desse segmento e do agroturismo – atividade na qual tem se destacado – para a economia da região nos propomos a tentar responder a seguinte questão: Como se formaram os espaços pluriativos da agricultura familiar dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins? Para responder a questão inicial, devemos, antes, compreender: a) onde se localizam e quais são as atividades desenvolvidas dentro das propriedades pluriativas?; b) existe uma lógica que une/integra os estabelecimentos pluriativos dentro destes circuitos?; c) quais foram os motivos que levaram a diversificação das atividades?; d) como elas contribuem para a reprodução/manutenção do modo de vida dos agricultores familiares?; e) qual é a percepção do agricultor no que se refere à prática da pluriatividade dentro dos núcleos familiares?; f) qual é a lógica de incentivo do governo municipal a diversificação de atividades dentro dos estabelecimentos?; e, g) como a propriedade passa a integrar os circuitos turísticos rurais do município?

Tomando como base as questões levantadas anteriormente, temos como objetivo geral da pesquisa em questão, analisar a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar no Município de Domingos Martins/ES. Os objetivos específicos do estudo são:

- Identificar as atividades desenvolvidas dentro das propriedades;
- Verificar a existência ou não de possível integração entre os estabelecimentos pertencentes aos circuitos turísticos;
- Entender os motivos que levaram as unidades familiares a diversificar as atividades desenvolvidas;
- Verificar se existe um interesse dos membros mais jovens das famílias em permanecerem no campo;
- Compreender a percepção dos agricultores frente à pluriatividade;
- Identificar possíveis práticas do governo local de incentivo a diversificação de atividades dentro das propriedades agrícolas.

Metodologicamente utilizou-se para esta pesquisa uma abordagem qualitativa haja vista que esta possui “característica multimetodológica, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados” (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZASDER, 2004, p.163). E ainda, por trabalhar com significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes dentro dos pensamentos, interpretações e ações humanas, compreendidas dentro das realidades vividas e partilhadas nas inter-relações dos grupos sociais (MINAYO, 2007). Assim, podemos afirmar que esta pesquisa envolverá uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2010; GOMES, 2010) tendo, portanto, como foco principal, “[...] a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar” (GOMES, 2010, p. 79). Entretanto, também utilizará aspectos próprios de pesquisa quantitativa, por fazer uso de “[...] instrumentos estatísticos desde a coleta, até a análise e o tratamento dos dados” (RAUPP; BEUREN, 2003, p.93).

Utilizamos para a elaboração desse estudo uma pesquisa bibliográfica e documental, devido à escolha e pertinência dos procedimentos metodológicos selecionados. Dessa forma, entendemos como pesquisa bibliográfica aquela realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

Desse modo, além da leitura e análise da pertinência teórica – para esta pesquisa – de vários artigos acadêmicos, buscou-se ainda, analisar dissertações e teses que discutem especificamente a temática da pluriatividade. No caso do Espírito Santo, por meio da análise bibliográfica observou-se que grande parte dos estudos se relaciona as práticas de reprodução da agricultura familiar, ao agroturismo e ao turismo rural.

Neste contexto de análise de teses e dissertações, verificamos a grande utilização do estudo de caso na execução das pesquisas dada as particularidades de cada localidade observada. Assim, acreditamos ser também mais adequado para a realização dessa pesquisa de abordagem qualitativa, o estudo de caso. Goldemberg (2000, p. 34) define este tipo de estudo como aquele que “[...] reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto”. Para Becker (1997, p. 129): “Todo estudo de caso permite que nós façamos generalizações a respeito das relações entre os vários fenômenos estudados”.

No que se refere à pesquisa documental, esta utiliza uma enorme diversidade de fontes “[...] sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (FONSECA, 2002, p. 32). Cabe destacar que os dois tipos de pesquisa – documental e bibliográfica – seguem as mesmas orientações, sendo por vezes difícil de separá-las (Ibid., 2002).

Para a confecção dos mapas foram utilizados métodos próprios do Sistema de Informações Geográficas (SIG), aqui entendido como “[...] um conjunto poderoso de ferramentas para a coleta, armazenamento, recuperação e visualização de dados espaciais do mundo real para um conjunto de propósitos específicos” (BURROUGH; MCDONNELL, apud FITZ, 2008, p. 23). Dessa forma, no que se refere à elaboração dos mapas das propriedades pluriativas, inseridas nos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins, foram realizadas visitas aos estabelecimentos mencionados – pesquisa de campo – nas quais foi utilizado o GPS (*Global Positioning System*) a fim de coletar as coordenadas geográficas dos mesmos para posterior georreferenciamento, trabalhando assim com o geoprocessamento, ou seja, com “[...] um conjunto de tecnologias, que possibilita a manipulação, a análise, a simulação de

modelagens e a visualização de dados georreferenciados” (ROCHA, apud. FITZ, 2008, p. 24).

Os dados apresentados no decorrer desta pesquisa foram obtidos através de documentos oficiais das esferas municipais, estaduais e federais, tais como os disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos Censos Demográfico (2010) e Agropecuário (2006). Já os dados relativos aos estabelecimentos pertencentes aos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins (ES), como relatado anteriormente, foram obtidos por meio de visitas a campo para observação e aplicação de questionários. Os dados assim coletados serão analisados por meio da análise de conteúdo, entendida como um

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, apud GOMES, 2010, p. 83).

A relevância da análise de conteúdo nos estudos da Geografia é anunciada por Santos (2012, p. 126) ao afirmar que “[...] essa análise, fundada nos fatos concretos nos indicará o melhor caminho de uma geografia que dê conta do real e tenha, assim, importante papel prospectivo”.

## **CAPÍTULO 1. ESPAÇOS PLURIATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA**

Como descrito anteriormente, espaços pluriativos da agricultura familiar podem ser compreendidos sinteticamente como propriedades rurais familiares que desenvolvem atividades agropecuárias e também atividades não agropecuárias. Entretanto, para que ocorra o seu entendimento aprofundado devemos, antes, identificar quais são os conceitos-chave determinantes para a sua construção e, dessa forma, investigar como ocorre a sua formação e como esses elementos conceituais se entrelaçam garantindo sua materialização. Assim, tomamos como referência para a construção conceitual dos espaços pluriativos da agricultura familiar, a busca pelo o que se entende e pelas possíveis relações existentes entre agricultura familiar, pluriatividade, políticas públicas e espaço.

### **1.1. Agricultura familiar**

Atualmente, é perceptível o crescente interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (CARNEIRO, 1999; VEIGA, 2001; SCHNEIDER, 2003; OLALDE, 2012) em temas relacionados ao meio rural, as suas transformações e aos sujeitos sociais envolvidos nesse universo, como a categoria dos agricultores familiares. Ainda hoje existe uma discussão sobre o conceito de agricultura familiar devido à diversidade de sujeitos englobados nesta categoria, entretanto, acreditamos ser, primordialmente, utilizado em contraposição à categoria de agricultura patronal, esta última, tendo “[...] como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização” (OLALDE, 2012, p. 02). Ou seja, o foco para uma teorização seria a distinção do modelo de gestão e da mão de obra utilizada.

De acordo com Veiga (2001), no que se refere à caracterização da categoria da agricultura familiar — em contraposição a patronal — temos: intrínseca relação entre gestão e trabalho; processo produtivo dirigido diretamente pelos

proprietários; destaque para a diversificação, a duração dos recursos e a qualidade de vida; trabalho assalariado meramente complementar; e, decisões imediatas adaptadas à imprevisibilidade do processo produtivo. Já a categoria da agricultura patronal se caracteriza, sinteticamente, através de: inteira separação entre gestão e trabalho; organização centralizada; destaque para a especialização e práticas padronizadas; predomínio de mão de obra assalariada; e, utilização de tecnologias voltadas à eliminação de “imprevistos”.

Neste contexto de contraposição de categorias de agricultores, é importante frisar que existem dois grandes projetos para a agricultura no Brasil, sendo um representado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e diretamente relacionado à categoria da agricultura patronal, cujos objetivos são o aumento da produtividade agropecuária, o incremento tecnológico e a competitividade do agronegócio, e o segundo representado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) intimamente relacionado à categoria da agricultura familiar por percebê-la como uma das bases para a sustentabilidade do desenvolvimento rural, equilibrando as questões ambientais, sociais e econômicas, para o alcance de tal objetivo (OLALDE, 2012).

Apesar de se revelar como um conceito que vem ganhando destaque no âmbito das pesquisas acadêmicas e também dentro das instituições governamentais do Brasil, o estudo sobre a agricultura familiar – visto por muitos como um assunto relativamente recente no cenário brasileiro – já havia sido iniciado por pesquisadores anteriormente, por outras perspectivas. Assim, elementos centrais que compõem e movem o universo do que hoje entendemos como o ‘agricultor familiar’ foram trabalhados e discutidos em alguns estudos, há muitos anos, por autores, como: Prado Junior (1979); Cândido (1987); e, Loureiro (1987).

Quando trata da questão agrária, Prado Junior (1979) nos revela suas percepções sobre o que ele denomina “população trabalhadora do campo brasileiro”, como sendo trabalhadores rurais, camponeses proprietários ou não,

para os quais “[...] a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível” (p. 22). Loureiro (1987) também faz menção em seus estudos ao que nos referimos atualmente como agricultor familiar, quando trata sobre o tipo de produtor mais presente no cultivo do algodão, no estado de São Paulo, por volta dos anos de 1875, como sendo o: “[...] caipira ou lavrador pobre, que cultivava a fibra basicamente com mão-de-obra [sic] familiar, sem deixar de produzir sua alimentação.” (LOUREIRO, 1987, p. 26).

Em seus estudos, Cândido (1987) descreve o modo de vida do caipira, relatando as maneiras pela qual a sociedade caipira tradicional se relaciona com o meio, através da exploração e do conhecimento dos recursos naturais disponíveis, isto, aliado “[...] a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência” (CANDIDO, 1987, p. 36). Buscando retratar a leitura de Cândido (1987) sobre a economia caipira tradicional, Loureiro (1987) afirma que este tipo de economia se encontra:

[...] nas zonas rurais de São Paulo e de outros estados, desde os primórdios da colonização, caracterizada pela produção de subsistência, com ocupação livre da terra, técnicas rudimentares de cultivo e, portanto, de caráter itinerante, sempre relacionada a uma vida social de tipo fechado e que tem, no bairro rural, a unidade básica de sociabilidade entre famílias (LOUREIRO, 1987, p. 28).

Assim, percebemos que a presença desses elementos que constituem o que atualmente compreendemos por agricultura familiar data de muito tempo atrás, não sendo, como em um primeiro momento tendemos a acreditar: indivíduos e suas imbricadas relações sociais, econômicas e políticas ‘recentes’.

Apesar do exposto acima, entendemos ser necessário compreender como a agricultura familiar se tornou um tema recorrente nos estudos sobre o rural e suas transformações. Segundo Schneider (2009) o termo agricultura familiar ganhou destaque no Brasil em meados da década de 1990, quando passa a ser incorporado nos discursos dos movimentos sociais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) para englobar

genericamente uma grande diversidade de grupos sociais – assentados, arrendatários, parceiros, camponeses, lavradores, entre outros – que não mais poderiam ser descritos apenas como pequenos produtores e/ou trabalhadores rurais. O governo brasileiro auferiu proveito desse termo e conseqüentemente o institucionalizou por meio da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 – e, também, mais tarde, pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Dessa forma, entendemos que o termo foi amplamente legitimado, tanto no plano social quanto no político.

Segundo o que está disposto no Artigo 3º da Lei nº 11.326/2006, o agricultor familiar é caracterizado oficialmente como o indivíduo que exerce suas atividades no meio rural, atendendo os seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011).
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família [...](BRASIL, 2006).

Sobre a conceituação da agricultura familiar, Carneiro (1999) afirma, apesar das discordâncias quanto às bases de definição, existir um consenso de que a agricultura familiar representa “[...] em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão, intimamente relacionados” (CARNEIRO, 1999, p. 05). A autora reitera, também, que existe uma enorme variedade de sujeitos sociais que compõem a agricultura familiar e que a unidade de produção deste segmento é vista como “[...] entidade eminentemente plástica e mutante, [que] tem a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais.” (CARNEIRO, 1999, p. 03).

Altafin (2007) afirma ter sido terminantemente importante os estudos elaborados pelo convênio FAO/INCRA<sup>1</sup> para a conceituação da agricultura familiar, pois ele apresenta três características centrais que contribuem para o entendimento do termo, quais sejam:

“[...] a) a gestão da unidade produtiva [terra] e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção [...] pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1996, apud ALTAFIN, 2007, p.13).

Quanto à delimitação do universo familiar, estudos apresentados pelo Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA (2000) buscaram identificar este segmento, utilizando uma metodologia – apesar de reiterar a complexidade da escolha de critérios e variáveis – que satisfatoriamente pudesse ter como resultado uma tipologia simples de produtores rurais. Para o alcance de tal objetivo, focaram seus esforços em, um primeiro momento, distinguir o universo familiar do patronal. Segundo o Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA (2000) as características que compõem o grupo dos agricultores familiares são: a direção dos trabalhos do estabelecimento rural é do produtor; a Unidade de Trabalho Familiar<sup>2</sup> (UTF) maior que a Unidade de Trabalho Contratado<sup>3</sup> (UTC); e, a área total do estabelecimento deve ser menor ou igual à área máxima regional.

Ao estabelecer a delimitação do universo familiar, o convênio FAO/INCRA (2000) adotou novos procedimentos para o avanço do estudo no que se refere à diferenciação dentro do próprio grupo de agricultores familiares, devido as

---

<sup>1</sup> Cooperação técnica realizada entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

<sup>2</sup> Corresponde à soma do número de pessoas ocupadas da família com 14 anos ou mais e da metade do número de pessoas da ocupadas da família com menos de 14 anos – este último devido à possibilidade do envolvimento com outras atividades, como as escolares, e, também devido a menor capacidade de trabalho.

<sup>3</sup> Para efeitos operacionais, a UTC é estabelecida por meio da divisão do valor total das despesas com mão de obra contratada, inclusive empreitadas, pelo valor médio anual de um empregado no meio rural.

grandes diferenças que podem ser observadas quanto ao seu grau de desenvolvimento socioeconômico. Para tal feito, utilizaram a Renda Total<sup>4</sup> percebida como a fórmula mais ajustada para “[...] captar os vários aspectos de sua atividade produtiva, entre os quais se destacam a inserção no mercado, a transformação e o beneficiamento de produtos agrícolas no interior do estabelecimento e o autoconsumo.” (FAO/INCRA, 2000, p. 39).

Definido o critério básico de diferenciação entre os agricultores familiares – a renda total – utilizaram como dado fundamental, a diária média estadual – entendida como o valor médio pago aos diaristas rurais – para os cálculos do Valor do Custo de Oportunidade<sup>5</sup> (VCO), que foi utilizado para estabelecimento de quatro tipos de agricultores familiares: “1) *Tipo A*, com Renda Total superior a três vezes o Valor do VCO; 2) *Tipo B*, com Renda Total superior a uma vez até três vezes o VCO; 3) *Tipo C*, com Renda Total superior à metade até uma vez o VCO; 3) *Tipo D*, com Renda Total igual ou inferior à metade do VCO” (FAO/INCRA, 2000, p. 39). Dessa forma, foi possível estabelecer um valor limítrofe que pudesse distinguir os tipos de agricultores familiares dentro de todos os estados do Brasil.

Neste contexto de distinção dos tipos de agricultores familiares, acreditamos ser de grande importância outros elementos bastante discutidos sobre o tema, como a capacidade de diversificação econômica desse grupo e, ainda, a sua multifuncionalidade.

Em sua análise sobre as múltiplas funções da agricultura familiar, Altafin (2007) diz que a funcionalidade desse segmento é revelada através de sua capacidade de: garantir a segurança alimentar, destacando o papel primordial da agricultura familiar como a produção agrícola em si mesma, para o

---

<sup>4</sup> Representa a soma do Valor Bruto da Produção, da Receita Agropecuária Indireta e do Valor da Produção Indústria Rural, subtraído do resultado dessas três variáveis o Valor Total de Despesas.

<sup>5</sup> O VCO representa “[...] o valor da diária média estadual, acrescido de 20% e multiplicado pelo número de dias úteis do ano (calculado em 260), tendo em vista a comparação com uma renda anual.” (FAO/INCRA, 2000, p. 39).

fornecimento de alimentos ao mercado consumidor; gerar empregos, frisando a importância da unidade familiar para a criação/manutenção de postos de trabalho no meio rural; promover a preservação ambiental através de práticas de promoção à sustentabilidade ecológica; e, suscitar o resgate do modo de vida – compreendendo os conceitos de cultura, tradição e identidade – e valorizar o desenvolvimento local, como função sociocultural.

Olalde (2012) também corrobora com as afirmações acima ao destacar que a multifuncionalidade da agricultura familiar está relacionada à produção de alimentos e matérias-primas, a geração de mais de 80% de postos de trabalho no setor rural, além do favorecimento de práticas agrícolas sustentáveis, baseadas na diversificação de cultivos, na reduzida utilização de insumos industriais e na preservação/conservação do patrimônio genético.

A multifuncionalidade se relaciona com a temática do desenvolvimento rural sustentável, não se restringindo a economia tradicional, mas visando, antes, a temas como a preservação ambiental, a segurança alimentar e a reprodução sociocultural (MATTEI, 2005), tendo para tanto, o agricultor familiar como sujeito-chave para sua materialização.

Segundo Candiotti (2009) a multifuncionalidade do espaço rural se relaciona ao crescente interesse, por parte das populações urbanas, nas áreas rurais percebidas, atualmente, como zonas de refúgio, lazer, descanso, segunda moradia, de encontro com a natureza – que para muitos já é tida como algo exótico. A confluência desse interesse do urbano pelo rural, somada as tradicionais atividades agrícolas, as atividades para-agrícolas e artesanais, as paisagens naturais, as manifestações culturais e populares do modo de vida do homem do campo, enraízam a percepção de uma ‘refuncionalização’ do espaço rural, pois passam a ser apontados como elementos geradores de postos de trabalho e de renda para as populações rurais (CANDIOTTO, 2009).

Candiotto (2009) compara ainda, a multifuncionalidade do espaço rural a pluriatividade ao citar o crescimento das atividades e dos postos de trabalho não agrícolas no meio rural – e também, as conseqüentes transformações que ocorrem dentro das unidades de produção – à nova dinâmica incorporada por este espaço – seja através das novas atividades produtivas, das relações socioeconômicas ou da circulação de pessoas e mercadorias no meio rural. O autor afirma que

Além da pluriatividade, aspectos como a segurança alimentar, [a] conservação de paisagens, ecossistemas e agroecossistemas, e a reprodução social das famílias rurais, passam a ser utilizados para justificar as múltiplas funções que o agricultor familiar desempenha, e para reafirmar seu papel na sociedade. O conceito de multifuncionalidade busca traduzir essas múltiplas funções [...] (CANDIOTTO, 2009, p. 3-4).

Ainda no âmbito da multifuncionalidade da agricultura familiar – pensando em sua importância para a reprodução sociocultural deste segmento – devemos observar as questões que se colocam frente à juventude rural, tais como a falta de oportunidades e emprego nas zonas rurais – que geram problemas socioeconômicos –, a busca por melhores condições de vida e por novas perspectivas nos grandes centros urbanos. Como jovens rurais entendemos “[...] aqueles que moram no campo, herdeiros de um modo de vida no qual o cultivo da terra é o eixo principal que estrutura as famílias e comunidades” (CASTRO, 2007, p. 15).

Segundo Castro (2007), os jovens rurais sem perspectivas enxergam na cidade a possibilidade de um futuro melhor, entretanto “[...] o resultado obtido na evasão para o meio urbano, ponto para onde convergem também o desemprego, a violência e a desigualdade social” (CASTRO, 2007, p.15) nem sempre é positivo, sendo necessária a criação de estratégias voltadas para a permanência da juventude no campo.

Neste contexto, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) introduziu no Brasil o modelo da Escola Família Agrícola (EFA) e

também a Pedagogia da Alternância que se refere a uma “[...] metodologia de ensino que prioriza a realidade do jovem rural e sua relação com a agricultura familiar. Através desse método de aprendizagem, o aluno fica um período no local de ensino e outro na propriedade da família” (CASTRO, 2007, p. 15).

As estratégias utilizadas pelo MEPES para conseguir alcançar a juventude rural e afastar a visão de que apenas nos centros urbanos haveria melhores perspectivas de futuro vão desde uma busca pela participação da família na educação, ao respeito pela identidade do jovem rural, com a superação de estigmas sociais, até a adoção de práticas que valorizam a multifuncionalidade da agricultura e a pluriatividade das famílias, tais como “[...] o incentivo à produção diversificada e à eliminação do sistema de monocultura, que degrada o meio ambiente e coloca o agricultor à mercê de uma única fonte de renda e sobrevivência” (CASTRO, 2007, p. 25).

Quando falamos em estratégias para qualquer segmento da sociedade fazemos alusão a políticas públicas, pois estas podem ser entendidas como a ação ou estratégias de ação do Estado. Neste contexto, o emprego do termo “agricultura familiar” no Brasil é de grande importância, pois se destaca como catalisador de políticas e investimentos públicos para os pequenos produtores agrícolas de base familiar em nosso país. Por essa razão, e por acreditarmos que os estabelecimentos familiares – analisados nesta pesquisa – pertencentes aos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins se encontram inseridos no âmbito de ação do Estado, acreditamos ser necessária uma breve contextualização sobre políticas públicas. Entretanto, iremos, antes, nos ater a compreensão da pluriatividade em suas diversas facetas.

## **1.2. Pluriatividade**

No contexto das mudanças que povoam o espaço rural, a pluriatividade surge como um tema de destaque aliado ao conceito da multifuncionalidade, pois proporciona uma valorização das práticas que buscam o aumento da renda do

agricultor associada ao desenvolvimento local – contudo, pode ainda desconstruir a identidade do agricultor familiar, levando-o de maneira gradual ao abandono das atividades agrícolas, além de também poder ser apenas uma forma de sobrevivência muitas vezes desprazerosa para estes mesmos agricultores.

Assim, a multifuncionalidade relacionada à pluriatividade pode ser observada através da preservação ambiental associada à prática do ecoturismo e do turismo rural ou, ainda, da criação de pequenas agroindústrias e da confecção de produtos artesanais, que são responsáveis pelo emprego da mão de obra de uma parcela da população. Dentro da perspectiva de um novo rural, a pluriatividade tende a promover o desenvolvimento local e também, de certa forma, surge como uma possibilidade para a fixação do agricultor e de seus descendentes no campo, fato que poderá proporcionar a reprodução sociocultural desses sujeitos.

Assim, o debate sobre a pluriatividade remete

[...] a questões relevantes sobre as condições de reprodução da agricultura familiar, como também sobre o desenvolvimento rural. Este último deixa de ser pensado exclusivamente como desenvolvimento agrícola, ou como a única estratégia para a solução de emprego e da pobreza no campo, quando o meio rural apresenta novas alternativas de renda para a família agrícola (LOPES, 2009, p. 06).

Pensando nessas possíveis alternativas para o aumento da renda dos moradores das regiões rurais como um todo, cabe frisar que dentre as atividades desenvolvidas por eles, o turismo vem ganhando um papel de destaque, pois é visto como uma garantia de renda extra. Por turismo rural, aqui entendemos o “[...] conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, [200-?], p. 11). No que se refere ao termo agroturismo, ele será abordado como sendo parte do turismo rural, mas

caracterizando-se “[...] por ter uma interação mais efetiva entre o turista com a natureza e as atividades agrícolas” (TULIK, apud BRASIL, [200-?], p. 14). Para melhor compreensão do termo agroturismo, podemos ainda caracterizá-lo como o:

contato direto entre o produtor e os consumidores (visitantes/turistas). Enquanto fornecedor de produtos e serviços no turismo rural, ele domina toda a cadeia produtiva, o que lhe permite auferir uma renda mais elevada em relação à que normalmente é praticada nas outras propriedades que se dedicam à agricultura tradicional (SEBRAE/ES, 2007, p. 03).

Na lógica do turismo rural e do agroturismo, os agricultores passam a investir tempo e recursos em atrativos turísticos, visto o crescimento do número de turistas que buscam belas paisagens, convívio com a natureza, sossego, diminuição do nível de estresse, etc. Dessa forma, há uma crescente disponibilidade de serviços ofertados fora dos estabelecimentos rurais, mas que continuam nos limites do campo, como a criação de empregos que necessitam de mão de obra pouco qualificada para o atendimento desses turistas, tais como serviços de pedreiro, marceneiro, cozinheira, lavadeira, faxineira, atendentes em bares, restaurantes, pousadas, lojas de produtos artesanais, dentre outros. Carneiro e Teixeira (2012) sustentam a afirmação acima quando enfatizam que

Em decorrência da expansão do turismo rural, observa-se a ampliação do mercado de trabalho, temporário ou permanente, advinda do crescimento do setor de serviços e da proliferação de novas atividades produtivas, tais como: pousada, pesca-e-pague, artesanato, industrialização caseira, etc. (p. 54).

Assim, podemos afirmar que nos municípios e localidades nos quais o turismo rural e o agroturismo estão presentes, ocorre uma ampliação do mercado de trabalho, possibilitando dessa forma, a permanência do homem nas zonas rurais.

Retomando a discussão sobre o termo pluriatividade, podemos entendê-lo, basicamente, como a interação entre atividades agrícolas e não agrícolas

desenvolvidas dentro ou fora da unidade de produção. Entretanto, as discussões sobre essa diversificação de atividades no espaço rural não são recentes e englobam uma série de termos, como veremos a seguir.

Segundo Schneider (2003) as expressões agricultura em tempo parcial (em inglês *part-time farming*) e pluriatividade (em francês *pluriactivité*) foram utilizadas, a partir da década de 1970 até por volta de 1985, como termos análogos. De um modo em geral, as expressões, tanto na literatura inglesa quanto na francesa, se referiam a um processo que começou a ganhar força nos anos de 1970, no qual houve um aumento da diversificação das fontes de renda e das profissões ou serviços realizados pelos membros da família rural (SCHNEIDER, 2003). Para possibilitar a distinção entre agricultura em tempo parcial e pluriatividade, além de inibir possíveis controvérsias, Schneider (2003) estabelece o contraponto para o entendimento. Dessa maneira, a agricultura em tempo parcial se contrapõe a agricultura em tempo integral (*full-time farming*), partindo do pressuposto de que neste último, todo o tempo de trabalho desenvolvido está contido em práticas agrícolas. Já a pluriatividade se opõe a noção de monoatividade, ou seja, ao desempenho de apenas uma atividade. Assim, uma agricultura monoativa e em tempo integral podem se assemelhar em termos analíticos, entretanto agricultura em tempo parcial e pluriatividade contêm diferenças substanciais (SCHNEIDER, 2003).

Fuller (apud Schneider, 2003) sugere a mudança da noção de agricultura em tempo-parcial por “unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo” para tentar evitar uma confusão entre os conceitos que tratam da ocupação do agricultor dos que se referem à função produtiva da propriedade.

Segundo Mattei (2000) a utilização do conceito de agricultura em tempo parcial se desloca para a pluriatividade quando o foco de análise sobre a diversificação de ocupações deixa de ser o chefe da unidade de produção e passa a ser a família rural, inserindo ainda, neste estudo “[...] outras ligações

das propriedades familiares com a produção, com o mercado de trabalho e com os demais setores econômicos” (MATTEI, 2000, p. 179).

Sobre essa evolução do conceito de pluriatividade na Europa, Bessant (apud Blad 2005) remonta sua fala a utilização do termo “*part-time farming*” que era utilizado para se referir a atividades lucrativas tanto dentro quanto fora das fazendas. A prática dessa agricultura em tempo parcial estava associada à insuficiência das atividades agrícolas para o sustento das famílias e a busca por melhorias em suas condições de vida – sendo por isso mesmo frequentemente associada a estratégias de sobrevivência do agricultor e de sua família e também a sensação de segurança que os proporcionava.

No âmbito da industrialização e com a crescente especialização da agricultura, surgiram grandes fazendas comerciais ao lado de pequenas propriedades onde o trabalho era desenvolvido em tempo parcial. Este fato contribuiu para o entendimento de que a pluriatividade era um fenômeno restrito a pequenas propriedades ineficientes – pensamento que mais tarde foi revisto, devido ao entendimento de que se tratava de um componente estável dentro da estrutura produtiva, além de se constituir como um modo de vida adotado também por agricultores com propriedades maiores (BLAD, 2005). A partir dos anos de 1980, os pesquisadores passaram a utilizar o termo “*multiple job holding*” que mais tarde foi substituído por pluriatividade para abarcar uma enorme quantidade de atividades e fontes de renda, tais como: salários não-agrícolas, trabalho em outras propriedades, rendimentos de investimentos, dentre outros.

Ainda de acordo com Blad (2005), existem dois termos que descrevem a prática de assumir outras atividades lucrativas utilizadas por fazendeiros e por agricultores familiares, sendo elas a pluriatividade e a diversificação. Para a autora, a pluriatividade é definida como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas pelo fazendeiro (agricultor) ou por membros da família, onde as atividades não agrícolas também são vistas como fontes de renda. Já a diversificação estaria relacionada ao local de trabalho, as unidades

produtivas. Isto significaria dizer que o âmbito dos produtos e serviços produzidos e vendidos nas unidades produtivas foi ampliado – até mesmo pela implementação de atividades não agrícolas, combinando, dessa maneira, diversificação e pluriatividade. Em outras palavras, a diversificação significa uma nova forma de produção agrícola orientada para um uso não alimentar, tais como a cultura de fibras, de ervas medicinais, a produção de madeira, biomassa, dentre outros. A diversificação seria um novo tipo de pluriatividade – um subgrupo – baseada na propriedade, não se fundamentando produção de alimentos.

Segundo Loughrey (2013), o termo diversificação apresenta diferentes interpretações na literatura. Dessa maneira, poderia se referir, por exemplo, a proprietários que decidem ter um ou mais produtos agrícolas em sua fazenda. A diversificação possui níveis de desenvolvimento: diz-se que ela é inexistente quando a produção se baseia em um único sistema agrícola, ou, máxima quando a quantidade de sistemas produtivos é tão grande que não é possível dizer qual é o principal (LOUGHREY, 2013).

Blad (2005) afirma que a maioria dos pesquisadores concordam que o termo diversificação se refere exclusivamente a atividades desenvolvidas na fazenda ou que tenham como base a terra ou recursos próprios da propriedade. Dessa maneira, a pluriatividade é avaliada no nível do agricultor e a diversificação em relação à propriedade. A diversificação é entendida como a criação de atividades lucrativas não relacionadas ao trabalho agrícola, mas estreitamente relacionadas a exploração e utilização da propriedade, tais como: turismo, atividades de lazer, processamento de madeira, produção de energia renovável, etc.

No Brasil, apesar de ser um fenômeno antigo relacionado ao campesinato e as práticas oriundas do próprio modo de vida dos agricultores, os estudos sobre o termo pluriatividade ainda são considerados relativamente recentes, com pesquisas e publicações que começam a surgir na década de 1990, com os

estudos de Anjos (1995), Carneiro (1996), Schneider (1994, 1999) e Kageyama (1998). Neste contexto, cabe destacar o Projeto Rurbano que se iniciou em 1997 e pode ser dividido basicamente em três fases metodológicas: a primeira buscou reconstruir séries históricas a partir de dados sobre a população ocupada, emprego e renda obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad); a segunda passou a utilizar as famílias como unidades de análise; e, a terceira, buscou entender o impacto das mudanças em curso no espaço rural. Este projeto desempenhou um papel importante, pois consolidou o pensamento de que o espaço rural não deveria se confundir com produção agrícola, além de tornar visível o aumento das atividades não agrícolas e a diminuição de pessoal ocupado em atividades agrícolas dentro desse mesmo espaço rural (SCHNEIDER, 2009).

Por estarem intrinsecamente relacionadas ao rural, as propriedades familiares de produção projetam as transformações que se estabelecem nesse espaço. Assim, mudanças relacionadas a diminuição do tempo reservado as atividades agrícolas (devido a queda de seus rendimentos), o emprego de atividades não agrícolas (com o objetivo de complementar a renda familiar), além do movimento de retorno de pessoas da cidade para o campo (principalmente aposentados que se dedicam a atividades não exclusivamente agrícolas) geram uma aflição em entender e caracterizar esses fenômenos (SCHNEIDER, 2006).

Podemos dizer que a pluriatividade é percebida como possibilidade para a diversificação e o aumento de renda dos pequenos agricultores familiares, além de tornar possível o surgimento de categorias profissionais variadas dentro das famílias (SCHNEIDER, 2003). Nesse sentido, a pluriatividade

[...] refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p. 100 e 101).

Segundo Wanderley (2003) para alguns acadêmicos o incremento da pluriatividade na agricultura familiar levaria, de forma gradual, porém inevitável, ao abandono das atividades agrícolas e/ou a perda da importância dessa atividade para a reprodução social do segmento familiar, mudando o curso das atividades do meio rural para o urbano. Entretanto, a autora discorda de tais posicionamentos e afirma que a pluriatividade é “[...] uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família” (WANDERLEY, 2003, p.52). De acordo com Anjos (2003, p. 90-91) a pluriatividade

[...] trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização a nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.

Segundo Carneiro (1999, p.02) “[...] a noção de pluriatividade não designa um fenômeno específico, assim como o termo pluriativo não define uma nova categoria social no meio rural”. O que ocorre é um aumento das possibilidades de associação de atividades não agrícolas dentro da estrutura de reprodução familiar. Assim, ao se pensar em pluriatividade na agricultura familiar, torna-se imprescindível “[...] redefinir [...] o universo de observação, privilegiando-se a família, como unidade social, e não apenas como unidade de produção [...]” (CARNEIRO, 1999, p. 03). O grupo familiar orienta as relações sociais enquanto cria ou reproduz valores próprios que serão utilizados em suas práticas pluriativas de reprodução familiar. Ainda de acordo com Carneiro (1997, p. 02), o fenômeno da pluriatividade “[...] adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a nossa atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados”.

Schneider (2006) diz que a pluriatividade provém da combinação de atividades agrícolas<sup>6</sup>, para-agrícolas<sup>7</sup> e não-agrícolas<sup>8</sup>. Desse modo, afirma que a pluriatividade pode ser entendida como um fenômeno heterogêneo e diversificado relacionado às estratégias familiares de reprodução social e também da própria produção, variando em maior ou menor grau de utilização de práticas pluriativas de acordo com o ambiente socioeconômico em que a família estiver inserida. Essa combinação de atividades, característica da pluriatividade, pode ser tanto uma estratégia de reprodução social coletiva quanto uma estratégia individual de um dos membros da família. Neste contexto, a pluriatividade “[...] pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais” (SCHNEIDER, 2006, p. 04).

Como fatores preponderantes para o surgimento de novas formas de emprego e renda para os agricultores, ou seja, da pluriatividade, Schneider (2006) aponta: a modernização técnico-produtiva da agricultura – o uso de tecnologias nas atividades agropecuárias gera uma redução do número de mão de obra necessária ao processo produtivo, obrigando os membros das famílias de agricultores a procurar trabalho em atividades não agrícolas; a terceirização agrícola – atividades relacionadas ao aluguel de máquinas e equipamentos, além da contratação de pessoal (em geral, pluriativos) para a realização de tarefas tais como o preparo do solo, o plantio e a colheita; a queda das rendas agrícolas – obrigados a aumentar cada vez mais a produtividade em seus estabelecimentos, os agricultores tendem a elevar seus insumos agrícolas, o que nem sempre lhes garante ganhos monetários, podendo desestruturar a renda agrícola; as políticas de incentivo as atividades rurais não agrícolas e

---

<sup>6</sup> “[...] tarefas, procedimentos e operações que envolvem o cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos dos quais resulta a produção de alimentos, fibras e matérias-primas” (SCHNEIDER, 2006, p. 03).

<sup>7</sup> “[...] conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (in natura ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora deste” (Ibid.).

<sup>8</sup> “[...] aquelas que não se enquadram na definição de atividade agrícola ou para-agrícola. Em geral, são atividades de outros ramos ou setores da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços” (Ibid.).

também as políticas de redução das migrações – comuns em países desenvolvidos, entretanto embrionárias no Brasil (exemplos: as políticas de incentivo ao turismo rural e as agroindústrias familiares); as transformações no mercado de trabalho – novas formas de ocupação passam a surgir nos espaços rurais com a instalação de indústrias que buscam vantagens como a redução de custos com a força de trabalho e logística nessas áreas; e, o reconhecimento da importância da agricultura familiar – principal forma de organização social presente no campo que encontra na pluriatividade uma estratégia de reprodução social frente as transformações do espaço rural.

De modo geral, podemos entender a pluriatividade fazendo uso da conceituação desenvolvida por Schneider (2006, p. 03), a qual explica que

A pluriatividade refere-se à um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família.

Nos textos oficiais, é incipiente a produção de estudos, relatórios e dados que se refiram ao termo pluriatividade. Aqui cabe mencionar o Relatório de Pesquisa sobre Pluriatividade e Plurirrendimentos nos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) publicado em 2013. Este relatório buscou identificar e quantificar os estabelecimentos nos quais os proprietários ou membros das famílias praticassem a pluriatividade através de informações obtidas por meio de análise do Censo Agropecuário de 2006. De acordo com dados da pesquisa – identificados nas tabelas 1 e 2 – do total de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 37% (o equivalente a 1.910.131 estabelecimentos) poderiam ser considerados pluriativos<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Vale ressaltar que a questão da pluriatividade não emerge no Censo Agropecuário de 2006 de maneira clara, não existindo como categoria de análise. Dessa forma, segundo a metodologia desenvolvida pelo grupo responsável pela pesquisa supracitada – a qual

**Tabela 1 – Estabelecimentos agropecuários no Brasil: pluriativos e não pluriativos**

Pluriativos		Não pluriativos		Total	
Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
1.910.131	37,0	3.265.358	63,0	5.175.489	100,0

Fonte: IPEA (2013).

**Tabela 2 - Estabelecimentos totais e pluriativos no Brasil, na agricultura familiar e não familiar**

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Pluriativos	1.491.080	34,1	419.051	51,9
<b>Total</b>	<b>4.367.902</b>	<b>100,0</b>	<b>807.587</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IPEA (2013).

Ainda segundo o IPEA (2013), do total de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 84,4% pertencem a categoria da agricultura familiar enquanto 15,6% pertencem a agricultura não familiar. Observando a tabela 2, podemos verificar que do número total de estabelecimentos pluriativos no Brasil, 1.491.080 se enquadram na categoria da agricultura familiar – o que representa uma proporção de 34,1% do total de estabelecimentos deste segmento existentes no Brasil – enquanto 419.051 (51,9 % do total do segmento em questão) representam a agricultura não familiar.

Essa enorme proporção dos estabelecimentos agropecuários pertencentes a agricultura não familiar inseridos na categoria analítica pluriativos causou grande estranheza aos próprios pesquisadores do IPEA, pois praticamente todas as pesquisas realizadas sobre a temática pluriatividade no Brasil “[...] sempre consideraram esse fenômeno como uma especificidade da agricultura

---

provavelmente poderá gerar uma subestimação do universo de estabelecimentos enquadrados na categoria pluriativa – os estabelecimentos pluriativos seriam aqueles em que “[...] o produtor e/ou algum membro da família exerceu atividades agropecuárias e algum tipo de atividade não agropecuária remunerada e/ou qualquer tipo de atividade remunerada fora do estabelecimento em 2006” (IPEA, 2013).

familiar e pouca atenção era dada a sua manifestação em outros segmentos (agricultura empresarial, patronal, capitalista, corporativa etc.)” (IPEA, 2013, p. 27). Devido a este fato, o relatório sugere o aprofundamento de estudos específicos sobre a pluriatividade também dentro da agricultura não familiar.

Neste relatório, o IPEA (2013) propõe uma tipologia – baseada em estudos de Scheneider (2009) – para tentar identificar possíveis diferenças dentro do universo dos estabelecimentos pluriativos. Neste contexto surgem quatro categorias de distinção do fenômeno da pluriatividade que serão apresentadas sinteticamente:

a) *Pluriatividade tradicional ou camponesa*: característica do modo de vida e não um efeito da mercantilização, neste tipo de pluriatividade as famílias combinavam atividades agrícolas e para-agrícolas, produzindo alimentos transformados (queijo, embutidos, etc.), objetos de uso pessoal (roupas, acolchoados, etc.) e instrumentos de trabalho (enxadas, foices, etc.), “[...] trata-se da pluriatividade que sempre existiu e caracteriza de forma genuína as unidades de produção familiares no meio rural” (SCHENEIDER, 2009, p. 08);

b) *Pluriatividade intersetorial*: “[...] decorrente do crescente processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia (notadamente indústria, comércio e serviços)” (IPEA, 2013, p. 25). Este tipo de pluriatividade está relacionado à descentralização das indústrias e ao processo de urbanização do espaço rural, com a consequente “[...] segmentação do mercado de trabalho, a subcontratação, a informalização e a precarização das relações de trabalho” (SCHNEIDER, 2009, p. 09);

c) *Pluriatividade de base agrária*: este tipo de pluriatividade ocorre dentro do próprio setor agropecuário, tendo como característica a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas como consequência do aumento da procura “[...] por serviços e atividades resultantes do processo de modernização da agricultura, expandindo a terceirização de etapas ou fases

dos processos produtivos na agricultura [...]” (IPEA, 2013 p. 25), como a contratação de pessoal para a realização de serviços dentro das propriedades e o aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas;

d) *Pluriatividade para-agrícola*: refere-se ao desenvolvimento da pluriatividade tradicional ou camponesa, assim pode ser considerada uma “[...] evolução [...] da transformação, do beneficiamento ou do processamento artesanal para o autoconsumo, que passa a ganhar escala industrial (geralmente pequena ou média) e a ser orientada para a venda no mercado” (Ibidem, p. 26). Neste tipo de pluriatividade busca-se agregar valor aos produtos da terra como alternativa de renda e emprego para os membros das famílias rurais e em nosso país, estes tipos de organizações de empreendedores do campo tem sido chamadas de agroindústrias familiares rurais.

**Tabela 3 - Estabelecimentos pluriativos no Brasil, por agricultura familiar e não familiar, segundo o tipo de atividade**

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número de estabelecimentos	Proporção (%)	Número de estabelecimentos	Proporção (%)
Atividades agropecuárias	674.249	45,2	140.323	33,5
Atividades não agropecuárias	774.909	52,0	262.260	62,6
Atividades agropecuárias e não agropecuárias	41.922	2,8	16.467	3,9
<b>Total</b>	<b>1.491.080</b>	<b>100</b>	<b>419.050</b>	<b>100</b>

Fonte: IPEA (2013).

Dessa maneira, segundo dados presentes na tabela 3, no que se refere aos estabelecimentos rurais nos quais o produtor e/ou um dos membros da família realizam atividades fora do seu domicílio, 52% dos estabelecimentos rurais pluriativos da agricultura familiar realizam atividades não agropecuárias e 2,8% praticam atividade agropecuárias e não agropecuárias – fato que poderia enquadrá-los como pluriativos intersetoriais. Já os 45,2% restantes desses estabelecimentos existe a prática de atividades agropecuárias relacionadas a terceirização de serviços, podendo ser classificados, segundo a tipologia proposta pelo IPEA (2013), como pluriativos de base agrária.

Entre os estabelecimentos pluriativos da agricultura não familiar, 66,5% podem ser identificados como pluriativos intersetoriais e os 33,5% restantes como estabelecimentos pluriativos de base agrária. Assim, de acordo com o IPEA (2013) no Brasil a maior parte dos estabelecimentos agropecuários pluriativos da agricultura não familiar se enquadram mais na tipologia da pluriatividade intersetorial que os estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar, “[...] nos quais a pluriatividade de base agrária tem um peso relativamente maior, ainda que em ambas as categorias a pluriatividade intersetorial predomine” (IPEA, 2013, p. 49).

Por fim, o relatório do IPEA (2013), quando trata da questão dos plurirrendimentos, afirma que “[...] as receitas agropecuárias possuem um peso menor na formação da renda total nos estabelecimentos de agricultura familiar que nos estabelecimentos de agricultura não familiar: respectivamente 71,1% contra 85,5% no Brasil [...]” (IPEA, 2013, p. 72). Em contrapartida, declara que as aposentadorias, pensões e transferências governamentais possuem uma importância maior na composição de renda dos agricultores familiares (10%) do que dos agricultores não familiares (0,9%).

### **1.3. Políticas públicas**

A importância do campo de conhecimento das políticas públicas surge nas últimas décadas devido a três fatores: 1º) a adoção de políticas restritivas de gasto, principalmente nos países subdesenvolvidos; 2º) a nova visão da função do Estado – que devido à política de ajuste fiscal, teria orçamentos mais equilibrados, e, contraditoriamente, a menor intervenção estatal na economia e nas políticas sociais; e, 3º) a dificuldade dos países subdesenvolvidos organizarem alianças partidárias capazes de solucionar as lacunas e elaborar políticas públicas que promovessem o desenvolvimento econômico e a inclusão social (SOUZA, 2006).

Segundo Souza (2006), a política pública é um campo multidisciplinar devido ao seu interesse em interpretar a essência das ações e das estratégias dos sujeitos envolvidos em sua concepção e implementação, e como esse processo afeta a economia e a sociedade. Esta seria “[...] a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas [...] partilham um interesse comum na área e tem contribuído para avanços teóricos e empíricos” (SOUZA, 2006, p. 25).

Para Souza (2006), é possível sintetizar o termo política pública como sendo “[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [...]” (SOUZA, 2006, p. 26).

Entretanto, política pública é um termo de significado arbitrário – apesar de crescer como um campo do conhecimento científico nas últimas décadas – devido a enorme quantidade de conceituações elaboradas por diversos autores e aos critérios utilizados por eles de acordo com o que acreditam ser mais ou menos pertinente em dado momento histórico. De modo geral, para entendermos o que é uma política pública devemos antes nos ater ao conceito de política e as diferenciações de significado que o termo apresenta para as ciências políticas. Países de língua de origem latina, como o Brasil, enfrentam dificuldades para diferenciar os sentidos do termo, fato que não ocorre em países de língua inglesa – berço epistemológico do campo de estudo – pois, estes conseguem facilmente distinguir os significados de política por meio dos termos *politics* e *policy* (SECCHI, 2012).

O termo *politics* “[...] na concepção de Bobbio (2002), é a atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem” (SECCHI, 2012, p. 01), ou seja, esse sentido de política está mais propriamente relacionado à prática/atividade e a competição política, enquanto o vocábulo *policy* [...] refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas (FREY, 2000, p. 217). Dessa forma, quando

tratamos de políticas públicas, o seu sentido está intimamente relacionado ao termo em inglês, *policy* – por este se tratar da dimensão mais “[...] concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e a ação” (SECCHI, 2012, p. 01).

Segundo Secchi (2012) políticas públicas são normas elaboradas para o enfrentamento de problemas públicos. O autor defende uma abordagem multicêntrica no que se refere ao protagonismo dos sujeitos envolvidos na instituição das políticas públicas, ou seja, confere legitimidade e poder de ação conjunta a entidades governamentais, a organizações privadas, não governamentais e organismos multilaterais – em contraposição a abordagem estadista, a qual considera o monopólio dos atores estatais na elaboração dessas diretrizes, ou seja, considerando política pública “[...] somente quando emanada de ator estatal” (SECCHI, 2012, p. 02).

Em seu artigo “*Política Pública: uma revisão de literatura*”, Souza (2006) diz que não existe uma única, ou melhor, definição do que é política pública e que mesmo em abordagens diferentes, os panoramas geralmente assumem mais a importância do sistema que compõem o todo do que suas partes individualmente – neste caso, os atores envolvidos, as interações, as ideologias e os interesses.

Políticas públicas são processos nos quais os diversos grupos sociais – que muitas vezes possuem interesses, valores e objetivos conflitantes entre si – decidem, coletivamente, as orientações para a sociedade, ou seja, elaboram políticas comuns que devem ser compartilhadas por todos os membros dessa sociedade (RODRIGUES, 2010). É importante ressaltar ainda que a política pública está intrinsecamente relacionada à noção de poder, sendo resultante da atividade política, exigindo atuação estratégica para o alcance dos objetivos e abrangendo mais de uma decisão política. Dessa forma, “[...] constituem-se de decisões e ações que estão revestidas da autoridade soberana do poder público” (RODRIGUES, 2010, p. 14).

Existem teorias – marxista, pluralista, elitista e corporativista – que buscam explicar a influência do Estado e dos fatores sociais no desenvolvimento de políticas públicas. Neste contexto, o marxismo expressa a preponderância dos grupos e dos interesses econômicos sobre o estado e, conseqüentemente, sobre suas ações políticas, para a conservação das classes sociais dominantes; o elitismo desenvolve a ideia de que um pequeno número de atores tem o poder/capacidade de orientar as políticas públicas, resguardando seus interesses e atingindo seus objetivos; o corporativismo expressa a elaboração de políticas públicas baseada em um sistema de representação de interesses, onde o estado interage com outros grupos políticos ou categorias de representação social; e o pluralismo, que destaca a influência – e os interesses – de diversos grupos na constituição das políticas públicas, restringindo ações unilaterais por parte do estado (HAM; HILL, 1993).

Aqui, nos inclinamos à teoria pluralista, apesar de seu desuso, pois acreditamos que as fontes de poder – monetário, técnico-informacional, intelectual, entre outros – estão distribuídas, mesmo que em proporções diferenciadas, dentro da sociedade. Sobre a vertente pluralista, Ham e Hill (1993) afirmam que:

Embora todos os grupos e interesses não tenham mesmo grau de influência, mesmo os menos poderosos são capazes de fazer-se ouvir em algum estágio do processo de tomada de decisões. Nenhum indivíduo ou grupo é completamente desprovido de poder (p. 47).

Segundo Raffestin (1993), o poder se forma no íntimo de toda relação e se manifesta por meio dela. “É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem [...] criam um campo: o campo do poder” (RAFFESTIN, 1993, p.53). Podemos dizer, dessa forma, que as relações sociais são também relações de poder, porém é importante ressaltar que no campo das relações de poder, as forças exercidas por instituições governamentais e privadas, entidades civis e públicas, ou mesmo por indivíduos isolados possuem intensidades distintas.

“O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p.58). Raffestin (1993) expõe como trunfos do poder, dentro da linha da Geografia Política: a população, o território e os recursos, sendo esta primeira, considerada principal em sua visão “[...] simplesmente porque ela está na origem de todo o poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). A população possui a capacidade de transformação, é ela que promove – ou tende teoricamente a promover – a ação, é um elemento atuante (RAFFESTIN, 1993). E dentro do campo de poder, ação e transformação potencial, aqui entendidas como a população, podem ser percebidas como influentes na elaboração de políticas públicas.

Para que a população se movimente de modo a influenciar a criação ou a reformulação de políticas públicas ela deve antes, entender os seus direitos e exercer a sua cidadania, sendo esta “[...] uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância” (SANTOS, 1993, p. 07). Cabe ainda ressaltar que a cidadania se aprende e que passa por transformações sucessivas por meio de um processo de lutas que ocorre dentro de uma sociedade (SANTOS 1993). Portanto, a cidadania reforça o poder de influência da população.

A cidadania é exercida quando a liberdade – individual e coletiva – é assegurada por lei. Assim, para alcançar a liberdade essa população deve se organizar em grupo(s), pois, nas palavras de Santos (1993, p. 79): “Sozinhos, ficamos livres mas não podemos exercitar a nossa liberdade. Com o grupo, encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização”.

Por meio dessa composição em grupo pode-se alargar o campo de luta/reivindicações, além de atrair mais pessoas para a desalienação política e social. Em grupo, as pessoas, assim como a categoria dos agricultores familiares, podem garantir e ampliar a sua cidadania, exercendo maior poder

nas relações políticas que as envolvem diretamente, ou interferem de alguma maneira, em seu modo de vida.

#### **1.4. Espaço**

Para teorizar sobre a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar é preciso, antes, entender o conceito de espaço devido à centralidade do mesmo para esta pesquisa, buscando, desse modo, desconstruir a vaguidade muitas vezes presente em sua utilização.

O emprego da palavra espaço, tão utilizada por leigos e por estudiosos de diversas áreas, possui tantos significados – observando-se os usos listados em um dicionário – que por vezes torna-se difícil o entendimento do seu conceito. Em outros termos, a palavra adquire uma ambiguidade capaz de gerar uma confusão de conceitos, sendo até mesmo utilizada como sinônimo de paisagem, lugar e território (CORRÊA, 2010; SANTOS, 2012).

Observando as diversas correntes do pensamento geográfico e os intensos debates sobre os conceitos-chave desta ciência, Corrêa (2010) nos revela as acepções que a palavra espaço adquiriu no decorrer do tempo. Assim, segundo Corrêa (2010), para a Geografia tradicional, o conceito de espaço não era considerado central, sendo privilegiados os conceitos de paisagem e região. Entretanto, nesta corrente é possível encontrá-lo nas obras de Ratzel e Hartshorne.

Ratzel desenvolveu o conceito de espaço vital, o qual “[...] expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e de recursos naturais” (CORRÊA, 2010, p. 18). O espaço vital pode ser percebido ainda “[...] como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aqueles socialmente produzidos” (CORRÊA, 2010, p. 18).

Em Hartshorne (1939, apud CORRÊA, 2010, p. 18) o conceito de espaço adquire centralidade, sendo admitida a importância para a geografia de sua descrição e análise. Corrêa (2010, p. 19) afirma que Hartshorne desenvolveu o conceito de espaço absoluto, que representa “[...] um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva da experiência, sendo apenas intuitivamente utilizado na experiência”. Assim, o espaço absoluto é utilizado com o sentido de área, surgindo como um “[...] receptáculo que apenas contém as coisas” (CORRÊA, 2010, p. 18).

Na geografia teórico-quantitativa, a partir da década de 1950, o conceito de espaço surge como conceito-chave, sendo pensado através da noção de planície isotrópica e por meio da sua representação matricial (CORRÊA, 2010). Dessa maneira, a primeira expressão se refere, teoricamente, a uma superfície de “[...] lugares iguais [nos quais] desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam a diferenciação do espaço. Assim o ponto de partida é a homogeneidade, enquanto o ponto de chegada é a diferenciação espacial [...]” (CORRÊA, 2010, p. 21). Já a representação matricial, buscava representar o espaço geográfico por meio de uma matriz, sendo utilizada tanto por economistas quanto por geógrafos (CORRÊA, 2010).

A partir da década de 1970, surge a geografia crítica e a questão espacial continua no cerne das discussões – as quais envolvem a presença ou não do espaço nas obras de Marx e, ainda, a compreensão da natureza do espaço. Assim, cabe destacar a obra de Henri Lefévre e também a de Milton Santos – o qual foi influenciado pelo primeiro – e suas contribuições para a construção de uma teoria espacial. Segundo Lefévre (1976),

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma relação de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFÉVRE, 1976, p. 34 apud CORRÊA, 2010, p. 26).

Na obra de Santos (1977) é possível encontrar uma teorização a respeito da formação socioespacial ou mesmo formação espacial, a qual estabelece que “[...] uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade” (CORRÊA, 2010, p. 26). Segundo Santos (2012)

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento [...] O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento (SANTOS, 2012, p. 30 e 31).

Ainda na década de 1970, nasce a geografia humanista, a qual se baseia na subjetividade, na experiência, na intuição e no simbolismo, e o espaço tende a ser entendido como espaço vivido, sendo aceito a existência de diversos tipos de espaço, tais como “[...] um espaço pessoal, outro grupal, onde é vivida a experiência do outro, e o espaço mítico-conceitual que, ainda que ligado à experiência, extrapola para além da evidência sensorial [...] e em direção a estruturas mais abstratas” (TUAN, 1979, apud CORRÊA, 2010, p. 30). Assim, temos que “O espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica e social, um espaço de movimento e um espaço-tempo vivido... (que) se refere ao afetivo, ao mágico, ao imaginário” (HOLZER, 1992, p. 440, apud CORRÊA, 2010, p. 32).

Percebemos então, a existência de diversos tipos de espaço, cada qual com significados muitas vezes distintos, sendo utilizados segundo as necessidades explicativas de quem deles se apropriam. Nesta perspectiva, ao tentar explicar o espaço, Corrêa (2010) conclui:

Eis o espaço geográfico, a morada do Homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional. Aceitar esta multidimensionalidade é aceitar por práticas sociais distintas que [...] permitem construir diferentes conceitos de espaço. Torná-lo inteligível é, para nós geógrafos, um tarefa inicial. Decifrando-o [...] revelamos as práticas sociais dos diferentes grupos

que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar... (CORRÊA, 2010, p, 44).

### **1.5. Espaços pluriativos da agricultura familiar**

Para entendermos os espaços pluriativos da agricultura familiar devemos buscar compreender tanto os objetos neles contidos quanto as relações que se estabelecem nestes espaços. A compreensão desses espaços – e de qualquer outro – perpassa pela formação ou construção dos mesmos. Desse modo, deve-se identificar e compreender os objetos, além das relações necessárias para a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar. De acordo com Santos (2012, p. 70), “A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meio de objetos, naturais e artificiais”. Assim, com base na identificação e nas relações possíveis entre os objetos essenciais para a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar, buscou-se uma conceptualização que satisfizesse as necessidades desta pesquisa.

Podemos entender os espaços pluriativos da agricultura familiar como propriedades rurais, pertencentes a agricultores familiares que praticam, dentro de seus estabelecimentos, outras atividades de cunho econômico além da agropecuária, sendo a implementação e o crescimento dessas atividades não agropecuárias, em diversos casos, incentivados por políticas governamentais. Neste sentido, segundo Schneider (1999, p. 367), vislumbramos – ainda que superficialmente – as propriedades pluriativas<sup>10</sup> como “[...] unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar”.

A formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar está estreitamente relacionada à cultura dos agricultores familiares. Podemos caracterizar,

---

<sup>10</sup> Cabe destacar que existem propriedades rurais não familiares que praticam, além de atividades agropecuárias, atividades não agropecuárias, sendo, portanto, também consideradas propriedades pluriativas. Neste sentido, é importante advertir que assim como a própria agricultura familiar a pluriatividade e seus resultados também são diversificados.

genericamente, o tipo de agricultura desenvolvida por esses sujeitos como sendo plástica e/ou mutante, devido principalmente a seu caráter pluriativo – isto, considerando suas diferentes formas de manutenção e obtenção de renda extra, além de suas estratégias de adaptação as condições socioeconômicas presentes/atuais – e multifuncional – por responder pela geração de postos de trabalho, pela segurança alimentar, pela promoção da preservação ambiental e pelo resgate do modo de vida da população que compõem este grupo.

A diversificação de atividades – observada dentro das propriedades pluriativas – tem justamente no espaço, ou seja, na propriedade, no estabelecimento rural, sua condição de realização, sua materialização. Este fato justificaria a tentativa de buscar estabelecer relações entre a cultura pluriativa dos agricultores familiares e a formação do espaço geográfico.

Dessa maneira, busca-se entender as formas como se estabelecem as relações entre espaço e cultura, pois as práticas culturais possuem uma dimensão espacial que se materializam no espaço geográfico. No que se refere às práticas culturais dos agricultores familiares, podemos entendê-las como formas de apropriação do espaço, as quais podem ocorrer de várias maneiras, por meio da diversificação – e não apenas por meio do turismo rural ou do agroturismo, como tendemos a acreditar em um primeiro momento.

A cultura própria dos agricultores familiares passa a ser a base para o entendimento da formação dos espaços pluriativos. Segundo Corrêa (2012), essa cultura se apresenta de modo diferenciado no espaço e no tempo. Os significados que surgem das práticas culturais desses sujeitos devem ser o foco da análise para o entendimento dos espaços por eles construídos – os espaços pluriativos. E isto se deve ao fato de que os significados

São construções intelectuais que visam dar sentido às diversas esferas da vida. Compreender os significados criados por nós e pelos outros é construir um conhecimento mais profundo de um dado aspecto da realidade, além do conhecimento de sua organização, constituição e estrutura (CORRÊA, 2012, p. 134).

Nesse sentido, a Geografia Cultural surge como uma possibilidade para a compreensão da formação dos espaços pluriativos, pois garante uma base teórica que possibilita o entendimento do espaço a partir das representações que os sujeitos fazem de si e do mundo, pois “[...] sem elas (as representações) não se compreende nunca como as coisas são concebidas e quais significados elas tem na vida dos homens” (CLAVAL, 1999, p. 86).

Assim, para o alcance dessas representações, deve-se focar, primordialmente, no papel da comunicação – seja ela oral, escrita ou visual –, que permite “[...] compreender como os homens e as sociedades se fazem e se desfazem em um movimento perpétuo que criou o individual a partir do coletivo, e o coletivo a partir das ações individuais” (CLAVAL, 1999, p. 86). De acordo com Claval (1999), por meio de uma abordagem cultural é possível entender as especificidades tanto dos grupos humanos quanto dos lugares que eles ocupam. Dessa forma, as questões relacionadas à cultura passam a interessar aos geógrafos, na medida em que estes a percebem como a essência ou o pilar para a “[...] a formação do indivíduo, à construção dos grupos e à configuração dos lugares” (CLAVAL, 1999, p. 65).

O espaço geográfico apresenta indícios da cultura local que pode ser entendida como “[...] a diversidade dos modos de vida, dos costumes, dos símbolos ou das práticas que os seres humanos utilizam nas diversas esferas de sua vida pessoal ou coletiva” (BERDOULAY, 2012, p. 101). Segundo Berdoulay (2012), essa cultura acaba por se materializar no espaço, tendo como consequência para este um processo de adaptação ou transformação. Em outros termos, a cultura tende a propiciar uma transformação do ambiente para que ocorra sua materialização. De acordo com Berdoulay (2012, p. 121), “[...] da interação entre cultura e espaço emergem lugares que o sujeito constrói ao mesmo tempo em que constrói a si mesmo”.

A espacialização da cultura se apresenta a partir das aspirações, ou seja, da reflexividade dos sujeitos – e não apenas por meio das experiências pessoais

e/ou herdadas do passado. Assim, por meio dessas aspirações e/ou da reflexividade do sujeito, os lugares futuros tenderiam a se projetar (BERDOULAY, 2012).

Neste sentido, segundo Claval (apud BERDOULAY, 2012, p. 122) “[...] os indivíduos e os grupos têm aspirações que lhes fazem construir “aléns”, “outros lugares”, com os quais eles propõem visões do futuro que dão sentido à vida”. A construção desses “aléns ou outros lugares” citados pelos autores pode ser remetida ao caso da construção dos espaços pluriativos, ou seja, dos espaços rurais caracterizados pela diversificação de atividades, pensados como garantia de reprodução social dos grupos que os ocupam – principalmente o dos agricultores familiares – e também como possibilidade para o incremento da renda.

Diante do exposto, podemos perceber que a questão econômica, muitas vezes estreitamente relacionada as ações governamentais de incentivo a diversificação de atividades dentro dos estabelecimentos rurais, – além do modo de vida próprio dos agricultores familiares – também aparece como fator determinante para a formação dos espaços pluriativos. Segundo Rio (2010, p. 18 e 19), para se compreender as relações existentes entre o espaço, a cultura e o econômico, devemos considerar

a) os mecanismos que redefinem valores simbólicos, os quais acabam por incorporar valor econômico; b) a produção de imagens reais e virtuais que, portadores de informação, estabelecem um certo consumo seletivo do lugar-paisagem; c) as políticas públicas e os discursos que as sustentam, inventando e reinventando a “cultura regional”; e d) os comportamentos que, apoiados em relações culturais, ou em uma de suas manifestações, criam relações econômicas.

Para que se entenda a formação dos espaços pluriativos deve-se concentrar os esforços analíticos nos aspectos culturais, espaciais e econômicos que constituem o modo de vida dos agricultores familiares pluriativos, além das possíveis ações governamentais, via políticas públicas, que favoreçam as práticas de diversificação de atividades, próprias desse segmento.

Pode-se sustentar a ideia de que por estarem intrinsecamente relacionadas ao rural, às propriedades familiares de produção projetam as transformações que se estabelecem nesse espaço. Assim, mudanças relacionadas à diminuição do tempo reservado as atividades agrícolas – devido à queda de seus rendimentos –, ao emprego de atividades não agrícolas – com o objetivo de complementar a renda familiar –, além do movimento de retorno de pessoas da cidade para o campo – principalmente aposentados que se dedicam a atividades não exclusivamente agrícolas – geram uma aflição em entender e caracterizar esses fenômenos inseridos no contexto da pluriatividade (SCHENEIDER, 2006).

Diante do exposto podemos perceber que a formação dos espaços pluriativos se relaciona com a cultura dos agricultores familiares. A cultura de diversificação de atividades presente no modo de vida desses sujeitos tem no espaço geográfico, ou seja, em sua propriedade ou estabelecimento rural sua condição de materialização. Cabe, ainda, para um melhor entendimento da construção dos espaços pluriativos, uma observação da vida cotidiana para a análise de como o espaço, os fatores econômicos, a cultura e as políticas públicas se relacionam para a efetivação de um espaço dito pluriativo.

Como proposição, para a discussão sobre a formação dos espaços pluriativos, cabe, ainda, o exame da possibilidade dessas propriedades tidas como pluriativas e pensadas até este momento como estruturas isoladas e independentes entre si, se articularem, harmoniosamente ou não, formando uma rede de relações que perpassa a questão espacial, expandindo, umas com as outras, os elos sociais, culturais e econômicos que as aproximam. Em outros termos, deve-se buscar refletir sobre a articulação desses espaços pluriativos vislumbrando a noção de território.

Segundo Raffestin (1993) devemos entender as diferenças existentes entre espaço e território para que não ocorram análises equivocadas em nossos estudos. Desse modo, o autor afirma que “O território se forma a partir do

espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator [...]. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço" (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Neste panorama, o território é entendido como um espaço onde se realiza um trabalho, uma ação, que se manifesta por meio de relações de poder.

O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como, se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação [...] Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Segundo Haesbaert (2004) o território é composto, simultaneamente, pelas dimensões espacial/material das relações humanas e por representações espaciais. Dessa maneira, o território se forma a partir da relação entre o material e o simbólico, onde se estabelecem as relações de poder. Entretanto, quando se refere a este poder, Haesbaert (2004, p. 01) não o limita apenas ao poder político – tradicional – ele se refere “[...] tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

O território é uma combinação entre aspectos funcionais e simbólicos devido ao uso que fazemos do espaço para realizar funções e produzir significados. Neste sentido, seria possível “[...] falar em dois grandes “tipos ideais” ou referências “extremas” frente aos quais podemos investigar o território, um mais funcional, outro mais simbólico” (HAESBAERT, 2004, p. 04). Entretanto, cabe mencionar que em se tratando de uma tipologia idealizada, desenvolvida no campo das aspirações, tanto o território funcional quanto o simbólico não se apresentam isoladamente “[...], ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território

“simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja” (HAESBAERT, 2004, p. 04).

Além de Carneiro (2012), para Cazella, Bonnal e Maluf (2009), a noção de território ganhou destaque tanto no Brasil quanto no exterior por ser considerada a base para o desenvolvimento de políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para as áreas rurais.

Essa noção de território utilizada pelos gestores de políticas públicas rurais serve “[...] como referência para identidades construídas a partir do cruzamento de aspectos geofísicos, econômicos e culturais [...]” (CARNEIRO, 2012, p. 42), tendo com objetivos o resgate, a preservação e o estímulo à cultura local e a criação de identidades próprias, para atender as necessidades do mercado consumidor cidadão. Entretanto, Carneiro (2012) afirma que essa visão integradora dos gestores de políticas nem sempre representa a realidade, podendo ser passível a críticas

[...] por não levar em consideração a disputa de interesses entre os atores sociais e a possível manipulação dos argumentos (e imagens) com os quais são construídas as identidades territoriais. Aqui, chamamos à atenção para uma prática, já comum no Brasil, de se recriarem (ou mesmo criar) “tradições” e imagens com o objetivo de valorizar a potencialidade turística de determinadas localidades [...] (CARNEIRO, 2012, p. 42).

Dessa maneira, devemos entender a noção de território para além de espaços demarcados por limites físicos, pois ela se relaciona muito mais a imagens e representações que sustentam e são sustentadas por uma rede de relações sociais. “Assim, uma localidade político-administrativa pode ser entrecortada por diferentes territórios segundo os diferentes interesses em jogo e as diversas identidades ‘territoriais’” (CARNEIRO, 2012, p. 42).

Neste contexto, ao se analisar os espaços pluriativos pode-se investigar possíveis articulações entre eles por meio de interesses em comum e da apropriação de identidades territoriais, verificando se existe uma combinação

de aspectos funcionais e simbólicos imbricando essas propriedades pluriativas em uma rede, na qual se manifestam relações de poder.

## **CAPÍTULO 2. FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PLURIATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Antes de falarmos sobre o estudo de caso, especificamente, iremos contextualizar os estudos relativos à temática da agricultura familiar e da pluriatividade desenvolvidos no estado do ES. Mais adiante, será apresentada a importância da pluriatividade tanto para o estado quanto para o município de Domingos Martins, foco desta pesquisa.

Dessa maneira, analisando os documentos produzidos em âmbito estadual, tanto por instituições governamentais quanto por acadêmicos, não existem textos que tratem especificamente sobre o termo pluriatividade no estado do Espírito Santo. Entretanto, encontramos trabalhos acadêmicos, relatórios e documentos oficiais que discutem a importância das atividades não agrícolas no meio rural espírito-santense. A percepção do desenvolvimento de atividades não agrícolas em determinada região pode ser considerado como fator relevante para um vislumbre do fenômeno da pluriatividade neste local, mas devemos ficar atentos pois, “Nem sempre o crescimento das ocupações não-agrícolas das pessoas ou famílias com domicílio rural, neste ou naquele setor ou ramo, implica em um aumento proporcional da pluriatividade das famílias” (SCHNEIDER, 2006, p. 05). Devemos lembrar que a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a “combinação” de atividades agrícolas e atividades não agrícolas.

Considerando as atividades não agrícolas como indícios do fenômeno da pluriatividade e percebendo a importância da diversificação de ocupações profissionais no espaço rural, buscamos entender como os documentos produzidos no estado do Espírito Santo abordam a temática da agricultura familiar e das atividades não agrícolas.

Recuando um pouco em nosso período de análise, no ano de 2003 durante o governo Paulo Hartung<sup>11</sup>, foi publicado o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG), o qual tinha por objetivo dinamizar a agricultura do estado dentro de uma perspectiva sustentável. Este plano contou – para a sua elaboração – com a participação dos diversos sujeitos desse segmento, tais como entidades da sociedade civil, do poder público e da iniciativa privada.

Sobre a agricultura familiar, o PEDEAG buscou articular uma série de medidas que estimulassem o desenvolvimento desse segmento com ações estratégicas que compreenderiam, dentre outros, a organização dos agricultores, a diversificação produtiva/econômica, o desenvolvimento local e a descentralização de políticas públicas (ESPÍRITO SANTO, 2003). Como estratégias de desenvolvimento previstas, que contemplassem esse grupo, podemos citar:

- a) Expansão do PRONAF, e inserção dos conceitos de territorialidade e multifuncionalidade agrícola, por meio de ações como: recorrer ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o estabelecimento de uma linha de crédito voltada para construção e ampliação de habitações rurais; construção de novas linhas de atuação que deem conta da pluriatividade e da diversidade de beneficiários do programa; valorização da territorialidade por meio da criação de pontos comerciais, nos quais os agricultores familiares possam vender produtos característicos das regiões (gastronomia e artesanato, dentre outros); realização de eventos para a discussão sobre a reestruturação da linha Infraestrutura e Serviços (enfoque territorial); estímulo a investimentos em agroturismo; e realização de estudos para adequação da legislação as características da agricultura familiar.

---

<sup>11</sup> Paulo César Hartung Gomes foi governador do estado do Espírito Santo por um período de oito anos, ou seja, assumiu o governo em 01 de janeiro de 2003, sendo reeleito uma segunda vez, em 2006, governando até 31 de dezembro de 2010.

- b) Ampliação e diversificação das ações fundiárias: estímulo à organização de sociedades civis de ordenamento fundiário e de sua participação na implantação de projetos e no processo de distribuição de terras, por intermédio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); criação de um programa de regularização fundiária.
- c) Investimentos em formação, capacitação, pesquisa, assistência técnica e extensão rural visando o desenvolvimento sustentável desse segmento: criação e implantação de um centro de pesquisa estadual visando o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar; incentivos à pesquisa que promovessem a construção de métodos e tecnologias voltados à realidade desses produtores; promoção de capacitação para técnicos e agricultores; apoio a entidades governamentais e não governamentais que se dediquem a assistência técnica e a extensão rural.
- d) Estabelecimento de ambientes educacionais que proporcionem o desenvolvimento sustentável dos agricultores de base familiar: criação de grupos de trabalho com ampla participação voltado para o estudo de experiências bem sucedidas, além da proposição de reformas na educação rural.
- e) Estabelecer o fortalecimento dos Conselhos Municipais, Regionais e Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, aumentando a representação da agricultura familiar em todas as esferas: implantação de estruturas capazes de coordenar, planejar e viabilizar ações voltadas à agricultura familiar; apelar ao legislativo para a criação do Fundo Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar; ampliação do programa de capacitação dos conselheiros, além da instalação de um programa de apoio a avaliação permanente desses órgãos;

- f) Desenvolvimento de políticas agrícolas que se ajustem a realidade da agricultura familiar: criação do PRONAF Estadual; aperfeiçoamento da concessão de crédito rural; apoio ao desenvolvimento de agroindústrias, e a certificação de alimentos e produtos orgânicos; criação de linha de crédito voltada a agroecologia, dentre outros;
- g) Ajustes para o bom funcionamento de instituições públicas: aumento do quadro de servidores do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) e do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), além de melhorias na infraestrutura dos órgãos primando pela qualidade e agilidade das ações desenvolvidas pelos mesmos.

Neste PEDEAG (ESPÍRITO SANTO, 2003), também é apresentado à questão da importância das atividades não agrícolas para o estado do ES. Aqui, entende-se por atividades não agrícolas aquelas provenientes da agroindústria por processo artesanal, do artesanato, do turismo rural e do agroturismo.

A agroindústria por processo artesanal é uma prática comum entre os agricultores através da qual se agrega valor aos produtos da propriedade. Dentre os produtos transformados de origem vegetal podemos citar: os doces de frutas; os sucos e as polpas; os vinhos, os licores e a aguardente; as massas, os pães e os biscoitos; a rapadura; e, as conservas. Já entre os produtos de origem animal se destacam: os queijos e as linguiças. Existem estimativas de órgãos governamentais de que a agroindústria por processo artesanal gera cerca de 1.100 empregos diretos no ES, tendo em todo o estado uma renda média anual de aproximadamente R\$9 milhões (Ibidem).

O artesanato, apesar da grande informalidade presente neste ramo, desponta não só como uma importante fonte de emprego e renda, principalmente para as mulheres, mas como atividade não agrícola que garante o estímulo à cidadania e o aumento da autoestima. Esta atividade se relaciona com vários setores

econômicos – tais como a agricultura, o comércio e o turismo – sendo mais desenvolvida, e tendo maior destaque, nos municípios de Alegre, Anchieta, Baixo Guandu, Cachoeiro de Itapemirim, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Guarapari, Iconha e Piúma, além dos municípios da Grande Vitória e da região serrana do estado, como Domingos Martins – onde é forte também a presença do agroturismo (ESPÍRITO SANTO, 2003).

Segundo dados do PEDEAG (ESPÍRITO SANTO, 2003), o ES foi um dos primeiros estados brasileiros a implementar o turismo rural, entendido como um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, tendo como característica central o contato direto entre os produtores e os turistas/visitantes. O turismo rural se desenvolveu no ES a partir de um projeto piloto que priorizou, em um primeiro momento, a Região Serrana Central abrangendo os municípios de Afonso Cláudio, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Viana, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Santa Teresa. Mais tarde, outros municípios do estado passaram a incorporar a prática do turismo rural, principalmente os integrantes da Região do Caparaó e da Grande Vitória.

Ainda de acordo com o PEDEAG (ESPÍRITO SANTO, 2003), nas regiões do estado que apresentam o agroturismo como importante atividade econômica, existe uma maior integração entre as atividades não agrícolas. Como exemplo, podemos citar a grande quantidade de agroindústrias artesanais – ainda que a maior parte funcione na informalidade – nas regiões em que a prática do agroturismo está mais solidificada.

Durante o governo de Paulo Hartung, foi lançado o Novo PEDEAG 2007-2025 através do qual buscou-se, também, incentivar e priorizar a agricultura familiar, consolidando ainda, o apoio do governo estadual a este segmento e enfatizando a manutenção/preservação desse setor, através do reconhecimento de sua importância histórica, econômica e social para o estado do ES. Dessa forma, neste documento foram analisados os avanços

alcançados no período de 2003-2006, os quais foram destacados no Novo PEDEAG como sendo: a constituição de seis Territórios de Desenvolvimento Rural Sustentável; a criação do PRONAF Capixaba; a criação de linhas de crédito específicas para a agricultura familiar no âmbito do programa federal (PRONAF); o estabelecimento de Gerências de Agricultura Familiar e de Agricultura Orgânica, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG); a realização de concurso público para o aumento do quadro de efetivos no INCAPER; a adequação da infraestrutura do INCAPER nos três níveis de atuação; e, o aumento do número de famílias atendidas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (ESPÍRITO SANTO, 2008).

Entre os anos de 2003 e 2010, o governo estadual, em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG) lançou vários programas de desenvolvimento rural nas linhas de infraestrutura – o Programa Caminhos do Campo, com o objetivo de asfaltar as estradas, principalmente aquelas onde há maior concentração de agricultores familiares; o Programa Voz no Campo, que leva telefonia fixa residencial e pública as áreas rurais; o Programa Luz para Todos, por meio de parceria entre os governos estadual e federal, além de concessionárias de energia elétrica, aumentou a oferta de eletricidade nas zonas rurais, há ainda, o Programa Energia Diferenciada, voltado para agricultores familiares; e, programas habitacionais, que visam à melhoria das condições da vida no campo.

Os programas sociais, também deste período, pensados dentro do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura: Novo PEDEAG 2007-2025 – elaborado em parceria entre o governo estadual, instituições privadas e representantes da sociedade civil organizada – consideraram toda a diversidade populacional do ES,

[...] inclusive as comunidades mais tradicionais, representadas pelos indígenas, quilombolas e pescadores artesanais. Essa população passou a ser atendida com políticas de assistência técnica e

extensão rural em conformidade com suas características étnicas, culturais e sociais (MARTINUZZO, 2010, p. 208).

Dentro deste contexto, também foram implementados programas sociais durante o governo de Paulo Hartung, tais como o Programa Valorização da Juventude Rural, com o objetivo de capacitar e de integrar os jovens a lógica produtiva de suas comunidades rurais, e o Pronaf Capixaba.

No Novo PEDEAG 2007-2025, a preocupação com novas fontes de renda para os agricultores familiares e com a agregação de valor aos produtos agropecuários, levou ao estabelecimento de novas metas para a ampliação das atividades não agrícolas no ES e de estratégias para sua consolidação. Dentre as principais estratégias propostas para esta questão temos: o estímulo a agregação de valor aos produtos agropecuários, considerando a diversidade cultural e o potencial agroturístico da região; a integração entre a propaganda turística local e os valores culturais, a pequena agroindústria, a culinária e ao artesanato; a capacitação de produtores para melhoria de seus produtos, tanto da agroindústria quanto do artesanato; o estímulo a organização familiar ou de associações, para ampliação da produção e distribuição dos produtos; o fortalecimento das parcerias entre equipes técnicas e o poder local; a tentativa de integração e adequação das legislações sanitária, ambiental e tributária a realidade das atividades rurais não agrícolas; e, a continuidade de projetos de sinalização turística para tornar mais fácil o acesso as áreas do agroturismo (ESPÍRITO SANTO, 2008).

O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) também demonstra interesse pelo desenvolvimento local sustentável oportunizado pelas atividades não agrícolas. Dessa maneira, apoia projetos de pesquisa e programas relacionados a temática, como o Programa Qualidade de Vida no Campo, o qual fomenta o desenvolvimento rural e a capacitação técnica dos agricultores familiares, particularmente dos que buscam incremento de renda em atividades ligadas a agroindústria, ao turismo rural e agroturismo e ao artesanato (INCAPER, 2010). Ainda no âmbito das

ações governamentais, devemos também destacar o lançamento do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Capixaba “Vida no Campo”, no qual o governo estadual, através do Projeto Empreendedorismo Rural e Agroindústria Familiar, vem buscando a formalização dos empreendimentos rurais, a capacitação técnica dos agricultores e a ampliação de suas redes comerciais.

Quanto às pesquisas acadêmicas que discutem questões relacionadas à pluriatividade no estado do Espírito Santo, verificamos que grande parte delas se relaciona as práticas de reprodução da agricultura familiar, ao agroturismo e ao turismo rural, além de políticas públicas de incentivo as mesmas.

Neste contexto, Portuguez (1998) analisa as estratégias e políticas de incentivo – tanto estadual quanto municipal – ao turismo alternativo em regiões tidas como economicamente modestas ou estagnadas, tendo um enfoque na implementação do “Programa do Agroturismo” o qual buscava o desenvolvimento local por meio da criação de outras possibilidades de ocupação e renda para a população rural da “região serrana central” do ES.

As questões relacionadas a estratégias e ações do governo – políticas públicas – também ganham importância na pesquisa de Daré (2010) quando a mesma busca entender o processo de construção, circulação, reprodução e legitimidade da ideia de crise do café no ES a partir da década de 1960. Ou seja, a autora parte de uma análise sobre as articulações políticas e as estratégias que inseriam a ideologia desenvolvimentista no estado – tais como as que justificavam o atraso do ES a sua base agrária, formada por pequenas propriedades familiares. Em sua análise, Daré (2010) afirma que

[...] o discurso desenvolvimentista da década de 1960 identificou na base agrária de pequena propriedade familiar a causa da “crise” [do café]. A agricultura familiar também foi identificada como a causa do “atraso” do estado em relação “aos demais centros do país”, e o Espírito Santo foi localizado na periferia do desenvolvimento nacional (DARÉ, 2010, p. 195).

Entretanto, é importante ressaltar que o modo de produção familiar não estava em crise e também não foi a sua causa. “A “crise” da década de 1960 foi uma “crise” de preços, ou melhor, uma “crise” de extração da mais valia, uma vez que o núcleo central da acumulação capitalista nesse período era o comércio” (DARÉ, 2010, p. 195). A política desenvolvimentista do ES teve como estratégia a diversificação de atividades – alavancando a indústria e os produtos de exportação, tais como a celulose, a pecuária e a siderurgia – com o objetivo de livrar o estado de sua dependência econômica sobre o café. Dessa maneira, foi a elite urbana do ES quem sofreu com a crise dos preços e não os agricultores familiares, os quais possuíam uma agricultura diversificada e autonomia sobre o mercado, visto que o café era uma de suas fontes de sobrevivência e não a única.

Assim, por trás da ideia de “crise” o discurso desenvolvimentista escondia uma intencionalidade: desterritorializar a agricultura camponesa. Ao fazer isso, liberava terras para a introdução das monoculturas de exportação, como a silvicultura e a pecuária e, ao mesmo tempo, liberava mão-de-obra [*sic*] para os projetos industriais e as obras públicas de infra-estrutura [*sic*] e imobiliária na Grande Vitória (DARÉ, 2010, p. 197).

As pesquisas sobre políticas públicas rurais também aparecem em Leitão (2009) e Silva (2013), as quais examinam as políticas públicas de desenvolvimento rural do ES que incentivam a agricultura familiar. No primeiro caso são discutidos os conflitos e discussões entre os atores sociais que participam do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Proinf) no Território Caparaó (ES), enquanto o segundo analisa o programa estadual de incentivo a agricultura familiar, o Pronaf Capixaba.

Segundo Leitão (2009), a participação dos agricultores familiares no processo democrático dessas políticas públicas não ocorre de maneira automática e harmoniosa, o que gera muitos conflitos. Entretanto, reitera a importância da participação dos agricultores familiares no processo de democratização apesar de encontrar “[...] alguns casos de resistências, seja pela incerteza do novo

cenário político, seja por aversão à democracia, seja por outro motivo” (LEITÃO, 2009, p. 100).

A respeito das políticas públicas de desenvolvimento rural implementadas no estado do ES, Silva (2013) observa que

A história socioeconômica do Espírito Santo foi marcada por políticas distintas que por vezes incentivaram, intencionalmente ou não, a agricultura familiar. Ainda que em alguns momentos tenham existido políticas que desestimulassem o modo de produção familiar, os rumos históricos do estado culminaram com a necessária valorização desse segmento [...] (SILVA, 2013, p. 109).

Em sua análise histórica sobre a agricultura familiar no ES, Bergamim (2004) busca entender o processo de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares do município de Boa Esperança (ES) – este caracterizado por possuir agricultores familiares desorganizados e associações que os representam de maneira limitada, tendo na mão de obra familiar a base para sua reprodução e uma pluriatividade incipiente. Segundo Bergamim (2004), quanto às práticas pluriativas dos agricultores familiares do município de Boa Esperança (ES),

Os membros da família recorrem pouco ao trabalho externo, embora a agricultura familiar apresente baixos níveis de diversificação produtiva, o que pode contribuir para a ampliação do tempo de não-trabalho. Também não foi identificada a existência de ocupações rurais não-agrícolas. Ocorre que o contexto municipal, distante de centros urbanos maiores e marcado pela quase ausência de indústrias, não favorece a expansão da pluriatividade (BERGAMIM, 2004, p. 152).

As pesquisas que discutem o agroturismo e o turismo rural no estado do ES (NOGUEIRA, 2004; SANTOS, 2004; ZANDONADI, 2013) relacionam a diversificação de atividades – fato que pode caracterizar a pluriatividade – ao modo de vida dos agricultores familiares. Neste sentido, Nogueira (2004) analisa, a partir de um estudo de caso sobre as mulheres rurais do município de Venda Nova do Imigrante (ES), as transformações históricas pelas quais passaram as funções tidas como femininas, a partir da inserção do agroturismo nas práticas dos agricultores familiares da região, revelando que apesar de

significativas mudanças nas relações de gênero dessa população, ainda ocorre certa desigualdade de gênero e predomínio da dominação masculina no ambiente familiar. Sobre as relações de gênero que se apresentam frente à prática do agroturismo, Nogueira (2004) observa a posição de subordinação na qual as mulheres ainda se encontram e afirma que “[...] a própria prática social do agroturismo, que de um lado retira muitas mulheres do anonimato, proporcionando-lhes reconhecimento social, de outro, está construída em meio a um arcabouço social de dominação masculina” (NOGUEIRA, 2004, p. 217).

Em sua pesquisa, Santos (2004), busca estabelecer uma relação entre as atividades turísticas desenvolvidas nos espaços rurais de alguns municípios da região serrana do estado do Espírito Santo – Afonso Cláudio, Domingos Martins, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante – as condições de vida de suas respectivas populações, além de avaliar a implementação de políticas públicas de incentivo ao turismo nessas regiões – tendo como base a análise dos relatórios de implementação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

A contribuição de Zandonadi (2013) se baseou no entendimento do agroturismo como produtor de transformações no espaço rural, nas relações entre os residentes rurais e este espaço, além de seus reflexos. Segundo Zandonadi (2013), em certos casos, o agroturismo deixa de ter um caráter complementar, se tornando a fonte principal de renda das famílias – nestes termos, a agricultura torna-se uma atividade secundária na qual os produtores dedicam, cada vez, menos tempo. Desse modo, Zandonadi (2013) afirma que as transformações mais importantes, decorrentes do agroturismo, são as que se relacionam com o aumento de renda das famílias e a geração de empregos – os quais podem ser percebidos como indícios da diversificação de atividades e conseqüentemente da pluriatividade.

Em suas pesquisas, Neto (2009; 2012), analisa os contrastes existentes na estrutura fundiária do ES. Assim, invariavelmente, sua atenção recai sobre a

pequena propriedade rural e os agricultores familiares. Segundo Neto (2009), a grande quantidade de pequenas propriedades rurais e da própria agricultura familiar no estado do ES resultou de um sistema de relações de produção e trabalho, muitas vezes não capitalista, que perdurou até as primeiras décadas do século XX – quando a extração de madeira, a pecuária extensiva e a expansão do agronegócio passaram a disputar espaço com as antigas formas de organização socioespacial (NETO, 2012). O autor afirma, ainda, que

[...] mesmo tendo uma área significativa ocupada por pequenas propriedades, o processo de apropriação de terras no Espírito Santo foi excludente, sendo desprivilegiados os elementos nacionais da população, sobretudo os descendentes de indígenas e negros em detrimento de um projeto de “colonização européia” que vai beneficiar os imigrantes estrangeiros e seus descendentes (NETO, 2009, p. 170).

## 2.1. A Importância da pluriatividade no ES e em Domingos Martins

Nesta etapa do trabalho utilizamos dados do Censo Agropecuário de 2006 buscando revelar a importância da pluriatividade tanto em âmbito estadual (ES) quanto local (Domingos Martins). Cabe lembrar que neste Censo Agropecuário, a pluriatividade não se constituiu como categoria de análise. Devido a este fato, utilizaremos dados referentes aos estabelecimentos agropecuários, ou seja, as unidades produtivas, que foram as unidades de pesquisa utilizadas pelo Censo Agropecuário de 2006.

**Tabela 4 - Número de estabelecimentos agropecuários no Espírito Santo e Domingos Martins (2006)**

Unidade da Federação e Município	Tipos de estabelecimento					
	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Espírito Santo	84.361	100	16.947	20,09	67.414	79,91
Domingos Martins	3.242	100	430	13,26	2.812	86,74

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Neste contexto, na tabela acima, buscamos dados referentes a quantidade de estabelecimentos agropecuários existentes no estado do Espírito Santo e também no município de Domingos Martins, foco central de nossa análise. Assim, temos, no estado do ES no ano de 2006, 84.361 estabelecimentos agropecuários sendo aproximadamente 80% deste total composto daqueles pertencentes à agricultura familiar. Já o município de Domingos Martins, apresenta um total de 3.242 estabelecimentos agropecuários, sendo também a maior parte deles (86,87%) composta por estabelecimentos da agricultura familiar.

**Tabela 5 - Número de estabelecimentos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento (2006)**

Unidade da Federação e Município	Tipos de estabelecimento	Tipo de atividade			
		Número de estabelecimentos	Agropecuária	Não-agropecuária	Agropecuária e não-agropecuária
	Total	24.651	10.736	13.166	749
Espírito Santo	Agricultura não familiar	7.468	2.384	4.777	307
	Agricultura familiar	17.183	8.352	8.389	442
	Total	624	271	345	8
Domingos Martins	Agricultura não familiar	190	54	132	4
	Agricultura familiar	434	217	213	4

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Sob a ótica da pluriatividade – percebida como uma ação que promove o aumento da renda do agricultor facilitando sua adaptação às inconstâncias do mercado e também, garantindo a reprodução social e sua permanência no meio rural – a ampla diversificação das atividades rurais, tanto agrícolas como não agrícolas, é importante para a agricultura familiar. Entretanto, ao observarmos a tabela 4 e 5, é possível perceber – sem limitar a pluriatividade a trabalhos desenvolvidos fora do estabelecimento rural – certa moderação quanto ao número de agricultores que declararam ter atividade fora de seus estabelecimentos: no ES, apenas 29,2% e em Domingos Martins 19,2% do

número total. Apesar desse número baixo, a maior parte dos agricultores que possuem atividades fora de seus estabelecimentos são justamente os familiares – devido às características gerais deste segmento – representando aproximadamente 69,7% do total no estado do ES e 69,5% no município de Domingos Martins.

Cabe ainda destacar, de acordo com dados da tabela 5, que o tipo de atividade mais realizada pelos agricultores – familiares ou não – fora de suas propriedades tanto no ES quanto em Domingos Martins são as atividades não agropecuárias com um percentual de 53,4% e 55,3%, respectivamente, - seguido das atividades agropecuárias, 43,5% no ES e 43,4% em Domingos Martins – em relação ao número total de estabelecimentos.

**Tabela 6 - Número de estabelecimentos em que algum membro da família do produtor teve atividade remunerada fora do estabelecimento (2006)**

Unidade da Federação e Município	Tipos de estabelecimento	Tipo de atividade			
		Número de estabelecimentos	Agropecuária	Não-agropecuária	Agropecuária e não-agropecuária
	Total	20.254	7.503	13.311	560
Espírito Santo	Agricultura não familiar	4.682	1.249	3.578	145
	Agricultura familiar	15.572	6.254	9.733	415
	Total	544	205	366	27
Domingos Martins	Agricultura não familiar	148	27	128	7
	Agricultura familiar	396	178	238	20

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Verificando a tabela 6, podemos perceber que 24% (20.254 unidades) do total de estabelecimentos do ES e 16,8% (544 unidades) do total de Domingos Martins possuem algum membro da família que realiza atividades fora da propriedade. Assim, como o constatado na tabela 5, a maior parte das

atividades desenvolvidas pelos membros das famílias dos agricultores se concentra nas atividades não agropecuárias, também logo seguidas pela quantidade de pessoas que desenvolvem somente atividades agropecuárias.

**Tabela 7 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram outras receitas<sup>12</sup> - Espírito Santo (2006)**

Tipo de outras receitas	Tipos de estabelecimento					
	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Aposentadorias ou pensões	13.756	57,43	2.247	9,38	11.509	48,05
Doações/ajudas de parentes ou amigos	298	1,24	56	0,23	242	1,01
Receitas de programas dos governos	3.666	15,3	371	1,55	3.295	13,76
Desinvestimentos	425	1,77	109	0,46	316	1,32
Pescado (capturado)	51	0,21	8	0,03	43	0,18
Salários recebidos pelo produtor com atividade fora do estabelecimento e outras receitas	8.513	35,54	3.923	16,38	4.590	19,16
<b>Total</b>	<b>23.953</b>	<b>100</b>	<b>5.835</b>	<b>24,36</b>	<b>18.118</b>	<b>75,64</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Ainda pensando na importância da pluriatividade, e conseqüentemente dos plurirrendimentos, para a composição da renda dos agricultores e segundo

<sup>12</sup> De acordo com as notas técnicas de elaboração do Censo Agropecuário de 2006, entende-se por outras receitas: “[...] venda de húmus, venda de esterco e de animais criados em cativeiro e seus produtos (excetuando os incluídos na pecuária); exploração mineral; prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros (exceto o serviço prestado a indústrias integradoras); outras atividades não agrícolas realizadas no estabelecimento: artesanato, tecelagem, etc.; recursos de aposentadorias ou pensões (considerou-se somente os recursos de aposentadorias rurais); receitas com atividades remuneradas do produtor fora do estabelecimento e/ou outras receitas obtidas no estabelecimento; receitas com atividades do produtor e/ou das pessoas com laços de parentesco com o produtor fora do estabelecimento, aluguel de pastos e/ou arrendamento de terras; receitas com doações ou ajudas voluntárias de parentes ou amigos; receitas provenientes de Programas Sociais dos Governos Federal, Estadual ou Municipal; desinvestimentos; receita da venda de pescado capturado (não se considerou a receita proveniente da aquicultura); e as atividades de turismo rural” (IBGE, 2006, p. 64).

dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), temos no Brasil aproximadamente 1,7 milhão de agricultores familiares que declararam ter obtido receitas não provenientes de seus estabelecimentos agropecuários – o que corresponde a R\$ 7,7 bilhões. Neste contexto, analisando as tabelas 7 e 8, mais adiante, que representam o número de estabelecimentos em que o agricultor obteve outras receitas, além daquelas oriundas da própria propriedade, podemos perceber que tanto no ES quanto no município de Domingos Martins, as origens das receitas que mais se destacam são as aposentadorias ou pensões e os salários obtidos pelo produtor com atividades fora do estabelecimento rural, correspondendo juntas a 92,97% do número total declarado pelos agricultores no ES e a 92,91% em Domingos Martins. Observando essas mesmas tabelas é possível perceber, ainda, que em todos os tipos de receitas analisadas, o número de estabelecimentos da agricultura familiar que declararam obter e depender de outras rendas é sempre maior que dos estabelecimentos da agricultura não familiar.

**Tabela 8 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram outras receitas - Domingos Martins (2006)**

Tipo de outras receitas	Tipos de estabelecimento					
	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Aposentadorias ou pensões	488	61,77	54	6,84	434	54,9
Doações/ajudas de parentes ou amigos	3	0,38	-	-	3	0,38
Receitas de programas dos governos	101	12,78	8	1,01	93	11,8
Desinvestimentos	8	1,01	3	0,38	5	0,63
Pescado (capturado)	-	-	-	-	-	-
Salários recebidos pelo produtor com atividade fora do estabelecimento e outras receitas	246	31,14	92	11,65	154	19,4
<b>Total</b>	<b>790</b>	<b>100</b>	<b>144</b>	<b>18,23</b>	<b>646</b>	<b>81,8</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

**Tabela 9 - Valor das outras receitas obtidas pelos estabelecimentos - ES (2006)**

Tipo de outras receitas	Tipos de estabelecimento					
	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Em Mil R\$	(%)	Em Mil R\$	(%)	Em Mil R\$	(%)
Aposentadorias ou pensões	88.725	40,31	19.776	8,98	68.949	31,32
Doações/ajudas de parentes ou amigos	1.438	0,65	496	0,23	942	0,43
Receitas de programas dos governos	3.834	1,74	773	0,35	3.061	1,39
Desinvestimentos	8.491	3,86	3.661	1,66	4.829	2,19
Pescado (capturado)	266	0,12	178	0,08	89	0,04
Salários recebidos pelo produtor com atividade fora do estabelecimento e outras receitas	117.377	53,32	78.693	35,75	38.684	17,5
<b>Total</b>	<b>220.131</b>	<b>100</b>	<b>103.577</b>	<b>47,05</b>	<b>116.555</b>	<b>52,95</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

No que se refere aos valores dessas outras receitas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários no ES e em Domingos Martins, temos, de acordo com dados das tabelas 9 e 10, que as receitas que mais se destacam – aposentadorias ou pensões e salários recebidos pelo produtor com atividade fora do estabelecimento – juntas somam o valor de R\$206.102.000 no ES e de R\$4.853.000 em Domingos Martins, o que equivale a 93,63% e 90,91%, respectivamente, do valor total das outras receitas obtidas pelos estabelecimentos.

No estado do ES, os valores dessas outras receitas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários somam a quantia de R\$220.131.000, havendo certo equilíbrio quanto à distribuição desses valores entre os agricultores familiares e os agricultores não familiares, que contam, respectivamente, com 52,95% e 47,05% do total. Já em Domingos Martins, os valores das outras receitas somam R\$5.338.000 e há certa concentração desses valores nas mãos dos agricultores familiares, que retêm 69,13% do valor total – enquanto os agricultores não familiares guardam 30,87% deste valor.

**Tabela 10 - Valor das outras receitas obtidas pelos estabelecimentos - Domingos Martins (2006)**

Tipo de outras receitas	Tipos de estabelecimento					
	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Em Mil R\$	(%)	Em Mil R\$	(%)	Em Mil R\$	(%)
Aposentadorias ou pensões	3.197	59,89	408	7,64	2.789	52,25
Doações/ajudas de parentes ou amigos	3	0,06	-	-	3	0,06
Receitas de programas dos governos	79	1,48	10	0,2	68	1,28
Desinvestimentos	403	7,56	340	6,37	63	1,19
Pescado (capturado)	-	-	-	-	-	-
Salários recebidos pelo produtor com atividade fora do estabelecimento e outras receitas	1.656	31,02	889	16,66	766	14,36
<b>Total</b>	<b>5.338</b>	<b>100</b>	<b>1.648</b>	<b>30,87</b>	<b>3.690</b>	<b>69,13</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Segundo Schneider (2006), a diversificação de atividades além de se relacionar com o aumento das possibilidades de rendas – agrícolas e/ou não agrícolas – torna-se importante para garantir a reprodução social, econômica e cultural dos agricultores. Desse modo a pluriatividade das famílias rurais reforça suas próprias estratégias de sobrevivência.

Verificando a tabela 11, que trata dos estabelecimentos agropecuários que obtiveram receitas com a diversificação de atividades, podemos identificar como atividades mais presentes nos estabelecimentos do ES aquelas relacionadas a agroindústria, a prestação de serviços e/ou transformação de produtos para terceiros, além da prestação de serviços para empresas integradoras e outras atividades não agrícolas, tais como artesanato e tecelagem. Das atividades citadas anteriormente, apenas a prestação de serviços para empresas integradoras se concentram mais nos estabelecimentos da agricultura não familiar.

**Tabela 11 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram receitas com diversificação de atividades - Espírito Santo (2006)**

Tipo de receita	Tipos de estabelecimento		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
	Unidades	Unidades	Unidades
Esterco	289	129	160
Atividades de turismo rural no estabelecimento	97	48	49
Exploração mineral	172	89	83
Produtos da agroindústria	1.640	354	1.286
Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros	1.120	278	842
Prestação de serviço para empresas integradoras	395	204	191
Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.)	347	60	287

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

**Tabela 12 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram receitas com diversificação de atividades - Domingos Martins (2006)**

Tipo de receita	Tipos de estabelecimento		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
	Unidades	Unidades	Unidades
Esterco	30	10	20
Atividades de turismo rural no estabelecimento	6	1	5
Exploração mineral	1	-	1
Produtos da agroindústria	20	4	16
Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros	4	1	3
Prestação de serviço para empresas integradoras	8	1	7
Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.)	42	8	34

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

De acordo com a tabela 12, que também apresenta dados referente a diversificação de atividades nos estabelecimentos agropecuários, podemos verificar que no município de Domingos Martins as atividades mais relevantes, em termos numéricos, são as atividades não agrícolas, tais como artesanato e tecelagem e as atividades relacionadas a agroindústria e a produção de esterco. É possível perceber, ainda, o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar que apresentam diversificação de atividades em contraposição aos estabelecimentos da agricultura não familiar no município.

Analisando a tabela 13, mais adiante, que apresenta o valor das receitas obtidas com a diversificação de atividades pelos estabelecimentos agropecuários do estado do ES, verificamos que as atividades que possuem as maiores receitas – prestação de serviços para empresas integradoras, produtos da agroindústria, prestação de serviços de beneficiamento e/ou transformação

de produtos agropecuários – somam a quantia de R\$ 81.722.000. É possível observar ainda que de todas as atividades identificadas, apenas naquelas relacionadas a agroindústria e a atividades não agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, dentre outras) a agricultura familiar consegue obter renda maior do que a agricultura não familiar. Este fato reforça o entendimento de que a pluriatividade pode estar presente nos estabelecimentos agropecuários não familiares e que possui também importância econômica para este segmento da agricultura.

**Tabela 13 - Valor das receitas obtidas com diversificação de atividades pelos estabelecimentos agropecuários - Espírito Santo (2006)**

Tipo de receita	Tipos de estabelecimento		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
	Em Mil R\$	Em Mil R\$	Em Mil R\$
Esterco	6.822	6.366	455
Atividades de turismo rural no estabelecimento	2.005	1.148	857
Exploração mineral	10.890	9.111	1.779
Produtos da agroindústria	19.135	9.090	10.045
Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros	17.096	10.096	7.000
Prestação de serviço para empresas integradoras	34.601	30.544	4.058
Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.)	1.783	398	1.385

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

**Tabela 14 - Valor das receitas obtidas com diversificação de atividades pelos estabelecimentos agropecuários - Domingos Martins (2006)**

Tipo de receita	Tipos de estabelecimento		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
	Em Mil R\$	Em Mil R\$	Em Mil R\$
Esterco	249	120	129
Atividades de turismo rural no estabelecimento	76	-	58
Exploração mineral	-	-	-
Produtos da agroindústria	88	57	32
Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros	12	-	2
Prestação de serviço para empresas integradoras	709	64	645
Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.)	87	13	74

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Na tabela 14, podemos perceber no que se refere aos valores das receitas obtidas com a diversificação de atividades pelos estabelecimentos agropecuários de Domingos Martins, que as atividades que possuem as maiores receitas – prestação de serviços para empresas integradoras, produção de esterco, produtos da agroindústria e atividades não agrícolas realizadas no estabelecimento – juntas somam a quantia de R\$1.133.000, sendo os estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar, os que mais arrecadam receitas com a diversificação no município, com exceção das atividades relacionadas aos produtos da agroindústria, variável em que os agricultores não familiares arrecadaram em 2006 a quantia de R\$ 57.000 contra R\$32.000 dos estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar.

**Tabela 15 - Renda total dos estabelecimentos agropecuários por grau de especialização<sup>13</sup> no Espírito Santo (ES) e em Domingos Martins (DM) - 2006 (Em Mil R\$)**

Grau de especialização do estabelecimento	Tipos de estabelecimento					
	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	ES	DM	ES	DM	ES	DM
Total	1.596.562	57.246	649.436	20.862	947.126	36.384
Muito especializado	454.333	15.669	189.480	6.173	264.853	9.496
Especializado	936.361	31.953	395.780	12.224	540.581	19.729
Muito diversificado	8.715	548	1.950	0	6.765	548
Diversificado	192.154	8.956	61.390	2.464	130.764	6.492
Não identificado	4.998	118	836	0	4.162	118

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Para a composição da renda total dos estabelecimentos agropecuários, tabela 15, o Censo Agropecuário de 2006, considerou tanto o valor bruto da produção, quanto as receitas agropecuárias indiretas – aquelas relacionadas as atividades de turismo rural, de exploração mineral, de serviços de beneficiamento para terceiros, de outras atividades não agrícolas, e da indústria rural. Pensando no contexto da pluriatividade e buscando relacioná-la a diversificação de atividades dentro dos estabelecimentos agropecuários, identificamos nas variáveis “diversificado e muito diversificado” da tabela 15, vestígios referentes aos estabelecimentos pluriativos do ES e de Domingos Martins. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o estado do ES possui 771 estabelecimentos agropecuários identificados como ‘muito diversificado’ e 13.261 com a variável ‘diversificado’ (IBGE, 2006). De acordo com a tabela 15, percebemos que estes estabelecimentos contam juntos com uma renda total de R\$ 200.869.000, o que corresponde a 12,6% da renda total dos estabelecimentos agropecuários do estado do ES.

<sup>13</sup> De acordo com as notas técnicas de elaboração do Censo Agropecuário de 2006: “Apurados todos os valores de produção, a atividade econômica do estabelecimento foi identificada como aquela correspondente à predominância simples do maior valor de produção, consideradas as especificidades de cada atividade. Caso o valor da produção da atividade tenha sido maior que 66% de todo o valor da produção do estabelecimento, o estabelecimento foi considerado *especializado*, e para o caso de ter sido menor que este percentual, foi considerado *diversificado*” (IBGE, 2006, p.93).

Ainda de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, o município de Domingos Martins possui 46 estabelecimentos agropecuários identificados como 'muito diversificado' e 567 com a variável 'diversificado' (IBGE, 2006). Ao observarmos a tabela 15, notamos que estes estabelecimentos obtiveram juntos no ano de 2006 uma renda total de R\$ 9.504.000, o que representa 16,6% da renda total dos estabelecimentos agropecuários do município de Domingos Martins.

### **CAPÍTULO 3. FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PLURIATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS (ES)**

“O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (SANTOS, 2012, p. 30). Partindo deste princípio, temos que a agricultura familiar, a pluriatividade e as políticas públicas, com todas as imbricações possíveis entre elas, formam o que denominamos espaços pluriativos da agricultura familiar – como pôde ser observado anteriormente. Neste sentido, o município de Domingos Martins surge como cenário adequado à formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar, por conter todos os aspectos necessários a sua organização.

Em Domingos Martins há uma enorme quantidade de agricultores familiares – sendo muitos deles, descendentes de europeus – e de pequenas propriedades rurais familiares – é o segundo maior município em quantidade deste tipo de propriedades no estado do ES, estando atrás apenas de Santa Maria de Jetibá. Este fato justifica a importância da história, da formação socioeconômica, dos aspectos fundiários, agropecuários, além dos atrativos turísticos – muitas vezes incentivados via políticas públicas – do município para a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar. Desse modo, buscou-se conhecer e traçar os rumos percorridos por esses elementos para melhor entendimento dos espaços pluriativos da agricultura familiar que se formam no município de Domingos Martins.

A história do município de Domingos Martins remonta a de vários imigrantes alemães, pomeranos e italianos que vieram para essas terras em meados do século XIX. As crises na Europa – causadas pelas guerras napoleônicas, pelas transformações econômicas geradas pela transição do feudalismo para o capitalismo com uma crescente industrialização, além dos processos de unificação pelos quais várias regiões se deparavam – e no Brasil – devido à substituição da mão de obra escrava pela assalariada e livre e ao déficit de trabalhadores para desenvolverem a agricultura, e isto em detrimento da

grande quantidade de mão de obra negra e livre agora disponível – foram as razões tanto para o incentivo do governo brasileiro ao processo de imigração europeu para o país quanto para os europeus migrarem em busca de melhores condições de vida.

Segundo Santos et al. (1992), em 1847 foi fundada a primeira colônia alemã do estado do Espírito Santo, chamada de Colônia de Santa Isabel, ocupada inicialmente por trinta e nove famílias vindas da Prússia Renana. A partir de 1859, além da vinda de novos colonos alemães, os italianos também começaram a chegar a Santa Isabel. Entre os anos de 1857 e 1873 “[...] ocorreu o fluxo de pomeranos para a região de Santa Leopoldina e Melgaço” (SANTOS et al., 1992, p. 16).

A colônia foi, portanto, ocupada por imigrantes europeus que vieram para a região [de Domingos Martins] por três direções diferentes: os alemães de Hunsrück chegaram do litoral, por Viana, subindo o rio Jucu até Cuité; os alemães pomeranos chegaram à colônia subindo o rio Santa Maria da Vitória, passando por Santa Leopoldina e Melgaço; e os italianos, subindo o rio Benevente até Araguaia e Aracê (SANTOS et al., 1992, p. 17).

Várias foram as dificuldades enfrentadas pelos colonos tanto em suas viagens para alcançarem a colônia – que por vezes não era o destino final desejado e esperado, como no caso dos alemães que deveriam seguir para o sul do Brasil, mas que foram mandados para Vitória – quanto aquelas relacionadas a ocupação das terras na própria colônia. Neste último caso, as dificuldades se apresentavam por meio da demarcação e divisão das terras, do sustento de suas famílias – devido a pequena diversidade e disponibilidade de alimentos que ainda eram estranhos a seus costumes –, as doenças como tifo, malária e febre amarela e a falta de assistência médica, além da revolta indígena em represália a ocupação das terras pelos colonos (SANTOS et al., 1992).

As famílias dos colonos buscavam um lugar melhor para se estabelecerem e assim, subiram o Rio Jucu Braço Norte em 1847, ocupando a Serra da Boa Vista – onde foram construídas as primeiras casas. Entretanto, por julgarem

que esta localidade ainda não era a ideal, se deslocaram em direção a região de montanhas fundando duas vilas: a) Santa Isabel – local no qual se concentrou a comunidade católica; e, b) Campinho – localidade na qual os alemães estabeleceram a comunidade luterana.

Cabe destacar, como fato marcante na história da Colônia de Santa Isabel, a visita do então Imperador do Brasil, Dom Pedro II, em 30 de janeiro de 1860. “Na ocasião, ele contribuiu com 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis) para os pobres e com 35\$000 (trinta e cinco mil réis) para o acabamento da capela” (SANTOS et al., 1992, p. 29).

Com o passar do tempo, a Colônia de Santa Isabel foi se desenvolvendo e se emancipou de Viana em julho de 1866. Com a Lei nº 21 de 20 de novembro de 1869, a Colônia de Santa Isabel passa a condição de Freguesia e em 11 de março de 1878, se torna um Distrito Policial. O município de Santa Isabel foi criado em outubro de 1891, no entanto um decreto estadual de janeiro de 1892 suprimiu sua criação e o reintegrou ao território do município de Viana. Apenas mais tarde, com o Decreto nº 29 de 20 de outubro de 1893, o município se separou definitivamente de Viana, tendo como sede a localidade de Campinho.

O município de Santa Isabel teve o seu nome alterado para Domingos Martins pela Lei nº 1.307, de 20 de dezembro de 1921, como forma de homenagear o capixaba Domingos José Martins, líder da Revolução Pernambucana fuzilado no ano de 1817, no estado do Bahia.

Quanto aos aspectos socioeconômicos, de acordo com dados apresentados pelo Censo Demográfico (IBGE, 2010), o município de Domingos Martins possui uma população composta por 31.847 pessoas, sendo a maior parte delas, aproximadamente 76%, residente na zona rural, como podemos perceber ao observarmos a tabela 16. Do quantitativo de residentes em Domingos Martins, há certa paridade na composição populacional no que se refere ao sexo, entretanto, percebemos uma diferença superficial na

concentração de homens na zona rural e de mulheres na zona urbana do município.

**Tabela 16 - População residente por tipo de domicílio - Domingos Martins (2010)**

População	Tipo de domicílio					
	Rural		Urbano		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homens	12.431	51,57	3.663	47,32	16.094	50,54
Mulheres	11.675	48,43	4.078	52,68	15.753	49,46
Total	24.106	100	7.741	100	31.847	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

**Tabela 17 - População residente por cor ou raça, segundo a situação de domicílio - Domingos Martins (2010)**

População	Tipo de domicílio					
	Rural		Urbano		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Branca	17.410	54,67	5.442	17,09	22.852	71,76
Preta	677	2,13	243	0,76	920	2,89
Amarela	90	0,28	42	0,13	132	0,41
Parda	5.925	18,6	2.002	6,29	7.927	24,89
Indígena	4	0,01	12	0,04	16	0,05
Total	24.106	75,69	7.741	24,31	31.847	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Segundo dados da Tabela 17, verificamos que a maior parte da população de Domingos Martins se autodeclarou, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010) pertencente à raça/cor branca – o que representou um percentual de 71,76%, logo seguido pelos 25% que se autodeclararam pardos – sendo a maior parte dessas pessoas residentes nas zonas rurais.

A partir da tabela 18, abaixo, podemos verificar que o município de Domingos Martins apresenta um grande percentual de pessoas alfabetizadas, sendo cerca de 90% daquelas que possuem 10 anos ou mais e 77,5% do número total de habitantes do município no ano de 2010. Ainda segundo dados extraídos da tabela 18, podemos perceber que o número de pessoas alfabetizadas é maior na área rural, entretanto se contrastarmos esses

números com o total de habitantes das áreas rural e urbana, cada um isoladamente, podemos identificar um maior percentual de pessoas alfabetizadas nesta última, ou seja, 85% das pessoas residentes nas áreas urbanas eram alfabetizadas, enquanto o percentual caía para 75% quando analisadas aquelas residentes nas áreas rurais do município.

**Tabela 18 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por situação de domicílio, segundo a condição de alfabetização - Domingos Martins (2010)**

Grau de Alfabetização	Tipo de domicílio					
	Rural		Urbano		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alfabetizadas	18.124	66,09	6.564	23,94	24.688	90,03
Não Alfabetizadas	2.468	9	267	0,97	2.735	9,97
Total	20.592	75,09	6.831	24,91	27.423	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Segundo publicação do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Domingos Martins no ano de 2010 era de 0,669, possuindo, portanto, um IDHM médio composto a partir de: a) um IDHM Educação de 0,528 (ano no qual: 32,73% da população com 18 anos ou mais possuíam o ensino fundamental completo; 85,26% das crianças entre 5 e 6 anos de idade estavam matriculadas em escolas; 86, 37% das crianças entre 11 e 13 anos se encontravam matriculadas nos anos finais do ensino fundamental ou já haviam concluído; 59,86% dos adolescentes entre 15 e 17 anos possuíam o ensino fundamental completo; e, 36,52% dos jovens entre 18 a 20 anos já haviam completado o ensino médio); b) um IDHM Longevidade 0,833 (com uma expectativa de vida de 74,98 anos ao nascer em 2010); e, c) um IDHM Renda de 0,680 (com renda per capita de R\$551,74). Ainda de acordo com dados extraídos desse documento, “Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,194), seguida por Longevidade e por Renda” (PNUD, 2013, s.p.).

Ao analisarmos a tabela 19, a qual identifica a População Economicamente Ativa (PEA) do município de Domingos Martins, percebemos uma concentração dessa parcela da população nas áreas rurais, sendo composta por 15.682 pessoas, o que equivale a aproximadamente 50% do total da população municipal.

**Tabela 19 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e situação de domicílio - Domingos Martins (2010)**

Condição de atividade	Tipo de domicílio					
	Rural		Urbano		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Economicamente ativa	15.682	56,98	4.647	16,88	20.329	73,86
Não economicamente ativa	5.111	18,57	2.082	7,57	7.193	26,14
Total	20.793	75,55	6.729	24,45	27.522	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

A tabela 20, abaixo, representa o rendimento mensal das pessoas com 10 anos ou mais em salários mínimos. Nela, podemos verificar que aproximadamente 32% dessa população recebe mais de ½ a 1 salário mínimo por mês, e que cerca de 17% obtém mais de 1 a 2 salários mínimos por mês, enquanto outros 30,5% não possuem rendimentos mensais. Essas três categorias de rendimentos mensais, que juntas representam aproximadamente 80% das pessoas analisadas, se concentram nas zonas rurais do município de Domingos Martins. Cabe destacar que nas faixas de rendimento mensal com aumento do poder aquisitivo, variando de mais de 2 a 20 salários mínimos, o número de pessoas que apresentam domicílio urbano é sempre superior ao daquelas que possuem domicílio rural, entretanto, o percentual de pessoas com rendimentos mensais nessas faixas, independentemente se com domicílio rural ou urbano, não ultrapassa 9% do total analisado.

A partir de dados da tabela 21, acima, a qual representa o número de pessoas com 10 anos ou mais de idade segundo ocupação e categoria de emprego,

percebemos uma grande quantidade de pessoas empregadas, seja com carteira assinada ou não, as quais representam juntas aproximadamente 42% do total analisado. Outra categoria de destaque nesta tabela são os trabalhadores ocupados por conta própria, ou seja, aqueles que trabalham em seus próprios empreendimentos, sem contratação de empregados, mesmo que utilizando mão-de-obra de trabalhadores não remunerados – os quais sozinhos representam cerca de 45% do total examinado.

**Tabela 20 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por rendimento mensal em salários mínimos, segundo situação de domicílio - Domingos Martins (2010)**

Rendimento mensal (salário mínimo)	Tipo de domicílio					
	Rural		Urbano		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 1/4	1.084	3,95	40	0,15	1.124	4,1
Mais de 1/4 a 1/2	1.738	6,34	149	0,54	1.887	6,88
Mais de 1/2 a 1	7.114	25,94	1.635	5,96	8.749	31,9
Mais de 1 a 2	2.936	10,71	1.851	6,75	4.787	17,46
Mais de 2 a 3	440	1,6	569	2,07	1.009	3,68
Mais de 3 a 5	321	1,17	486	1,77	807	2,94
Mais de 5 a 10	160	0,58	360	1,31	520	1,9
Mais de 10 a 15	14	0,05	47	0,17	61	0,22
Mais de 15 a 20	26	0,09	40	0,15	66	0,24
Mais de 20 a 30	11	0,04	11	0,04	22	0,08
Mais de 30	4	0,01	4	0,01	8	0,03
Sem rendimento	6.744	24,59	1.639	5,98	8.383	30,57
<b>Total</b>	<b>20.592</b>	<b>75,09</b>	<b>6.831</b>	<b>24,91</b>	<b>27.423</b>	<b>100</b>

Nota: Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

**Tabela 21 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal - Domingos Martins (2010)**

Ocupação e Categoria do Emprego	Pessoas ocupadas	
	Nº	%
Empregados	8.540	42,78
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	996	4,99
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	1.217	6,1
Empregadores	236	1,18
Conta própria	8.974	44,95
Total	19.963	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Quanto aos aspectos fundiários, utilizando a metodologia proposta pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para classificação das propriedades<sup>14</sup>, podemos afirmar que o município de Domingos Martins apresenta uma estrutura fundiária com predomínio de pequenas propriedades, onde minifúndios e pequenas propriedades sozinhas somam 4.998 estabelecimentos, o que corresponde a 95,7% do total existente no município – de acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER, 2011), Domingos Martins possui um total de 5.223 propriedades rurais<sup>15</sup>, das quais 2.943 são classificadas como minifúndios, 2.055 como pequenas propriedades, 220 como médias propriedades, e apenas 05 como grandes propriedades.

Segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), Domingos Martins possui 2.812 estabelecimentos agropecuários pertencentes à agricultura familiar, o que corresponde a aproximadamente 86,7% do número total de estabelecimentos rurais do município – fato que reforça a pesquisa e os estudos sobre esse segmento da agricultura na região.

<sup>14</sup> Segundo dados do INCRA “[...] a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais)” (INCAPER, 2011, p. 6).

<sup>15</sup> Aqui, cabe frisar que esses números se diferenciam dos apresentados pelo Censo Agropecuário de 2006 porque o INCAPER utilizou como fonte, dados obtidos em pesquisa realizada em janeiro de 2011 pelo INCRA.

Observando a tabela 22, a qual retrata os principais produtos agrícolas do município de Domingos Martins percebemos uma grande variedade de alimentos produzidos e sua conseqüente importância para o abastecimento da região metropolitana do estado. Assim, de acordo com dados disponibilizados pelo INCAPER (2011) e tabulados abaixo, os produtos agrícolas que apresentam um melhor rendimento médio – acima de 20.000 kg/ha – no município são a batata inglesa, a cana, a cenoura, o chuchu, o gengibre, a mandioca, o morango, o repolho e a tangerina.

**Tabela 22 - Principais Produtos Agrícolas por área, quantidade produzida e rendimento médio - Domingos Martins (2010)**

Produtos agrícolas	Área total (ha)	Quantidade produzida (ton.)	Rendimento médio (kg/ha)
Abóbora	60	750	12500
Alho	17	161	9494
Banana	1040	12471	14501
Batata inglesa	205	4665	45560
Beterraba	45	720	16000
Café	7870	6088	3036
Cana	75	3225	43000
Cenoura	50	400	20000
Chuchu	5	232	46400
Feijão	2034	2013	-
Gengibre	3	81	27000
Goiaba	4	72	18000
Inhame	215	4230	19674
Laranja	64	810	18837
Limão	8	78	13000
Mandioca	239	4670	25380
Milho	900	3410	3789
Morango	90	3640	40444
Palmito	27	46	2580
Quiabo	6	72	12000
Repolho	75	3300	44000
Tangerina	222	3466	20035
Tomate	92	6948	-
<b>Total</b>	<b>13346</b>	<b>61548</b>	<b>455230</b>

Fonte: INCAPER, 2011.

A avicultura se destaca dentre as atividades agropecuárias do município – representando aproximadamente 25% do total da produção de frango do estado do Espírito Santo – com uma produção de 2,5 milhões de cabeças de frango de corte por ano (INCAPER, 2011). De uma maneira em geral, a agricultura ocupa um lugar importante na economia do município, entretanto o setor terciário sozinho produz 50,8% do seu Produto Interno Bruto (PIB), restando para o setor primário 36,8% e para o secundário 12,4% (IJSN, 2009).

Segundo dados do INCAPER (2011), as principais atividades rurais não agrícolas presentes no município de Domingos Martins são a agroindústria, o agroturismo, o artesanato e as indústrias familiares – presentes em 22, 59, 28 e 19 estabelecimentos rurais respectivamente.

O crescimento do município de Domingos Martins se apoia no agroturismo e nos produtos ligados a agroindústria. Assim, “Pequenas indústrias e agroindústrias familiares, dos mais variados produtos, assim como aguardente, biscoitos, queijos, cogumelos, doces, entre outros, também estão instalados [na região], gerando renda e empregos” (INCAPER, 2011, p. 18). Domingos Martins tem no turismo uma de suas principais atividades econômicas e por essa razão “[...] possui uma boa infraestrutura turística com hotéis, pousadas, restaurantes e casas de chá e mais de 30 fazendas e sítios que têm no turismo até 70% do seu rendimento [...]” (INCAPER, 2011, p. 18). Podemos enfatizar, portanto, o município em questão como um lugar turístico, visto que esta expressão, na Geografia, se refere a lugares “[...] apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos [...] Os meios de hospedagem e as infra-estruturas [sic] de lazer são objetos característicos de lugares turísticos (CRUZ, 2001, p. 07).

Como descrito anteriormente, Domingos Martins foi um município colonizado principalmente por imigrantes alemães e pomeranos em meados do século XIX – por volta do ano de 1846 – e em menor parte por italianos, que deixaram seus países de origem em busca de melhores condições de vida. Devido a este

fato, sua cultura é de origem predominantemente alemã influenciando dessa forma, a comida, a música, a dança, a arquitetura e os costumes da região.

Pensando e idealizando essa origem europeia, a Prefeitura Municipal de Domingos Martins fomenta festas durante o ano nas quais a figura do imigrante ou do descendente de europeu, assim como sua cultura e seus costumes, é exaltada. Estas festas buscam atrair pessoas para a região: turistas que se tornam responsáveis pelo aumento e criação de novos de postos de trabalho, pela fixação do homem ao campo e pela dinamização da economia local, que passa a contar com novas fontes de renda – prestação de serviços, em geral – e não apenas com a agricultura. Dentre os eventos realizados com apoio e incentivo da prefeitura local e que tem na cultura alemã/europeia e no modo de vida do agricultor seus principais alicerces podemos citar: a Sommerfest ou Festa da Imigração Alemã; a KonzertinaFest; a Erntedankfest ou Festa da Colheita; o Festival do Vinho; o Festival de Inverno; a Festa do Morango; a Pommerfest ou Festa Pomerana; a Expoflor, e a Blumenfest ou Festa das Flores.

Além dos incentivos ao turismo promovidos pelo governo local, o município de Domingos Martins conta ainda com a exuberante beleza de seus atributos turísticos naturais – sintetizados por reservas de Mata de Atlântica, montanhas como a Pedra Azul e a Pedra das Flores, belíssimas cachoeiras (como a Cascata do Galo com uma queda d'água de 70 metros) e, ainda, com o seu clima ameno.

Assim, os esforços para o desenvolvimento do agroturismo – no qual os pequenos proprietários rurais abrem seus estabelecimentos a população de outras localidades, principalmente aquela vinda das áreas urbanas, para que tenham a oportunidade de participar e de presenciar atividades rurais, entrando em contato com a vida no campo – e da diversificação de atividades dentro das propriedades rurais provêm tanto do governo local quanto dos próprios agricultores familiares pluriativos, como uma maneira de aumentar suas

receitas e dinamizar a economia da região, somando-se, portanto, a este fato a importância da diversificação das atividades advindas do turismo rural para a permanência de jovens agricultores na zona rural.

Diante do exposto, concluímos que o Município de Domingos Martins apresenta os elementos necessários a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar: propriedades rurais familiares nas quais notamos a presença de práticas próprias da pluriatividade, muitas vezes incentivadas via políticas públicas. Percebemos, ainda, que esses elementos são estimulados devido a características próprias do município tais como: o patrimônio ecológico; o apelo paisagístico – devido a suas belezas cênicas, naturais –; o apelo cultural, relacionado a origem europeia de sua população e também devido ao modo de vida dos agricultores; a sua localização, ou melhor, a sua proximidade com a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), atraindo turistas em busca de um descanso do ritmo acelerado, típico dos centros urbanos; e isto, além de uma política de incentivo ao turismo e aos próprios agricultores familiares que buscam atender a demanda turística por meio da diversificação de atividades, gerando, conseqüentemente, emprego e renda extra, beneficiando parte da população local.

#### **CAPÍTULO 4. ESPAÇOS PLURIATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS CIRCUITOS TURÍSTICOS RURAIS DE DOMINGOS MARTINS: ANÁLISE E RESULTADOS**

Partimos do entendimento de que os chamados espaços pluriativos da agricultura familiar possuem uma grande relação – e/ou até mesmo dependência – com o turismo. O turismo rural e o agroturismo propiciam a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar, algumas vezes por se tornarem alternativas de renda extra para as famílias tidas como propriamente rurais – que nunca deixaram o campo –, e outras por opção de pessoas da zona urbana – aposentadas ou mesmo aquelas que deixam seus empregos – que cansadas do ritmo de vida imposto pelas relações que se estabelecem nesse meio, buscam fixar residência e sobreviver na zona rural por intermédio da agricultura e também do turismo.

Espaços pluriativos da agricultura familiar são propriedades rurais, pertencentes a agricultores familiares que praticam, dentro de seus estabelecimentos, outras atividades de cunho econômico além a agropecuária, espaços esses originados devido a uma série situações de ordem tanto cultural quanto econômica e que muitas vezes são criados e/ou incentivados por políticas públicas – como as políticas de incentivo ao turismo rural e ao agroturismo.

A definição dos espaços pluriativos da agricultura familiar caracteriza de maneira adequada os espaços que se encontram inseridos dentro dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins, pois para que houvesse a criação desses circuitos foi imprescindível tanto a existência quanto a integração de fatores tais como as propriedades agrícolas familiares, a diversificação de atividades dentro desses estabelecimentos e a viabilidade turística incentivada pelo governo local. Podemos afirmar, portanto, que as relações que se estabelecem entre agricultura familiar, a pluriatividade e as políticas públicas se materializam no espaço compreendido pelos circuitos turísticos em questão.

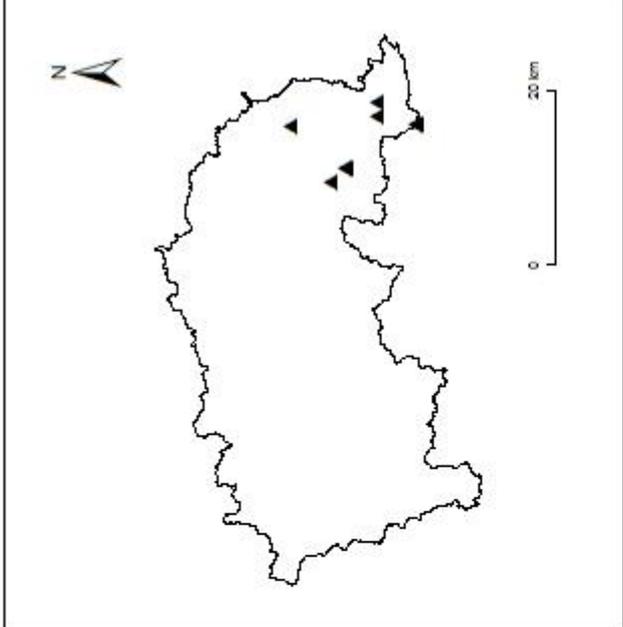
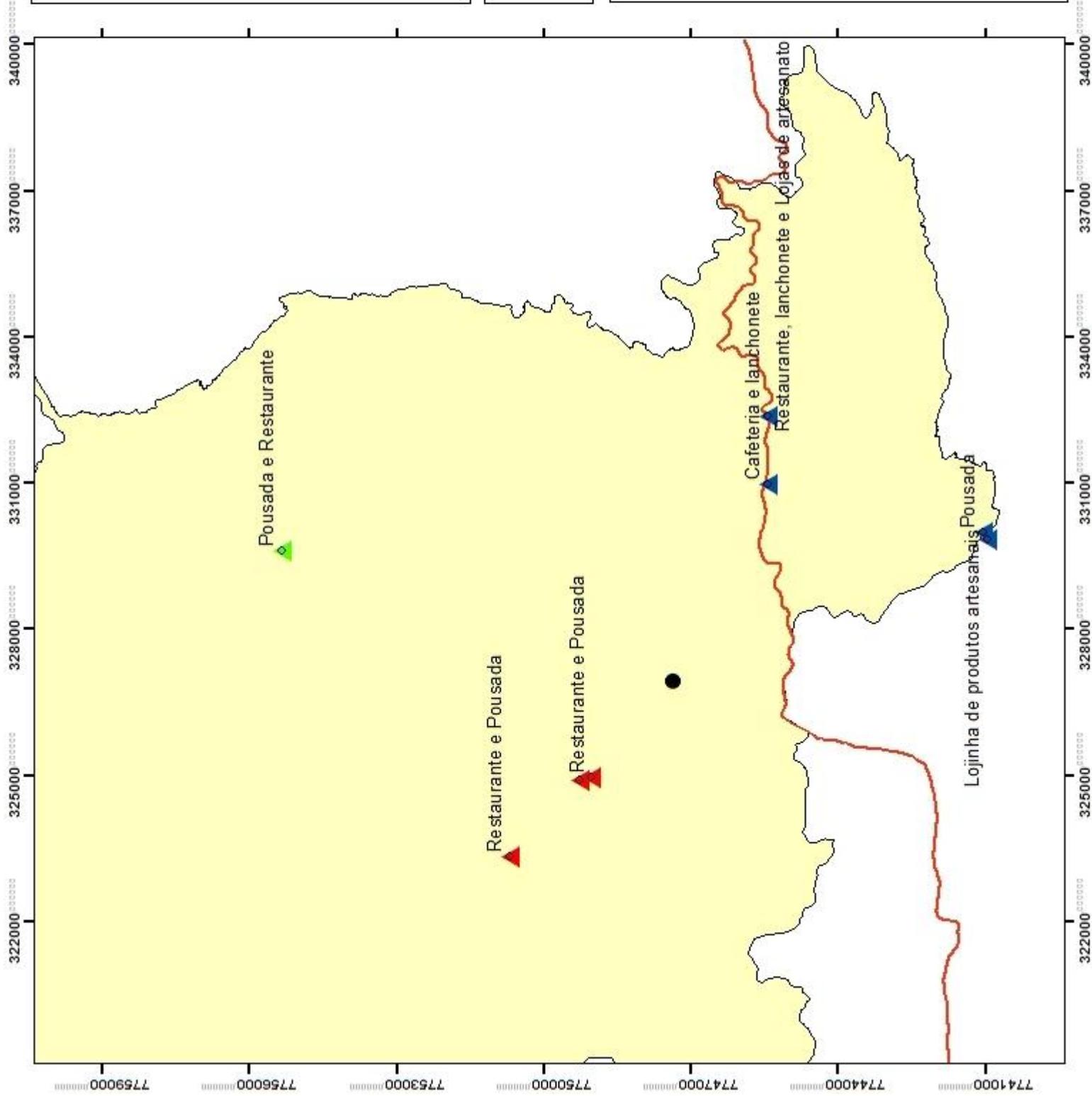
#### **4.1. Os Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins**

Os Circuitos Turísticos Rurais ou roteiros turísticos rurais são itinerários rurais caracterizados “[...] por um ou mais elementos que lhe(s) conferem identidade, definido(s) e estruturado(s) para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística” (BRASIL, 2004). Estes circuitos são fomentados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em parceria com as prefeituras interessadas. Para compor os Circuitos Turísticos Rurais as propriedades rurais e seus proprietários devem cumprir certos requisitos, tais como: ter interesse em trabalhar de maneira conjunta; passar por cursos de capacitação básica – Turismo no espaço rural; Associativismo; Atendimento ao cliente – e específica – Marketing para o turismo rural; e, a propriedade deve fazer parte de algum projeto estratégico para o turismo regional.

Os Circuitos Turísticos Rurais<sup>16</sup> de Domingos Martins são, na realidade, três circuitos aglomerados – o Circuito do Chapéu, o Circuito do Galo e o Circuito do Vale da Estação – localizados próximos à sede do município (também conhecida como Campinho). No mapa 02, abaixo, podemos observar os três circuitos turísticos rurais de Domingos Martins, além de seus estabelecimentos agroturísticos. Cabe ressaltar que os pontos referentes a estas propriedades estão georreferenciados e que, portanto, correspondem a sua correta localização. Podemos, ainda, verificar no mapa 02, o pequeno número de estabelecimentos inclusos dentro desses circuitos rurais, tendo o Circuito do Galo apenas uma propriedade, o Circuito do Chapéu com três unidades familiares e o Circuito do Vale da estação com quatro estabelecimentos.

---

<sup>16</sup> Os estabelecimentos que compõem os Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins pertencem tanto a agricultores familiares pluriativos quanto a empresários do ramo de serviços e que investem no turismo rural ou de montanha.



**MAPA 02: Domingos Martins:  
Tipos de estabelecimentos  
do agronegócio**

● Domingos Martins - Sede  
 ○ Estabelecimentos do agronegócio  
 ▲ Circuito do Chapéu  
 ▲ Circuito Vale da Estação  
 ▲ Circuito do Galo  
 — BR 262  
 □ Limite Municipal

Sistema de Coordenadas / Projeção: UTM  
 Datum SIRGAS 2000  
 Fonte: IJUN/IDAF  
 Elaboração: Renata N. Silva  
 Data: Julho/2013  
 Laboratório de Cartografia Geográfica  
 e Geotecnologias - LCGGEO/UJFES

#### 4.1.1. O Circuito do Chapéu

Este circuito compreende uma área com clima agradável e altitudes de até 870 metros. Possui belas paisagens e oferece hospedagem e produtos caseiros com distâncias entre 03 a 08 km da sede. Observando os mapas 03 e 04 (acima), notamos a presença de três estabelecimentos rurais que compõem este circuito, a saber:

- a) Delícias da Tilápia: Estabelecimento rural especializado na criação de tilápia e camarão da malásia, localizado a 681 metros de altitude e a 06 km da sede. Para o turista oferece serviço de restaurante e pousada, além de possuir cinco lagoas para a prática do pesque e pague, piscinas naturais, trilhas na mata, campo de futebol e salão de jogos;
- b) Opashaus: Restaurante e pousada localizado a 700 metros de altitude e a 03 km da sede. Oferece pesca recreativa, trilhas na mata, além de piscina, campo de futebol, salão de jogos e comida caseira feita no fogão à lenha;



Fotografia 01 – Pousada e Restaurante Opashaus.  
Fonte: Acervo pessoal, 2013.



Fotografia 02 – Restaurante e Pousada Delícias da Tilápia. Fonte: Acervo pessoal, 2013.

- c) Fattoria Tre Bambine: Típica propriedade rural familiar e pluriativa localizada também a 700 metros de altitude e a 03 km da sede. Oferece hospedagem e produz artesanalmente bombons, pirulitos e licores que são comercializados em uma pequena loja dentro da propriedade.



Fotografia 03 – Pequena loja da Fattoria Tre Bambine. Fonte: Acervo pessoal, 2013.



Fotografia 04 – Confecção de bombons na Fattoria Tre Bambine. Fonte: Acervo pessoal, 2013.

#### 4.1.2. O Circuito do Galo

Assim como o Circuito do Chapéu, o Circuito do Galo também apresenta belas paisagens naturais, como a Cascata do Galo, dispendo de trilhas ecológicas em um ambiente tipicamente rural. A Comunidade do Galo localiza-se a cerca de 10 km da sede de Domingos Martins. Agregava quatro estabelecimentos rurais, entretanto três deles não fazem mais parte do circuito – Encantos da Cascata, Rio da Montanha e Sítio Nômade. Assim, o Circuito do Galo conta, atualmente, com apenas um estabelecimento, a saber:

- a) Sítio do Galo: Este estabelecimento rural possui uma pousada e um restaurante e se situa a 630 metros de altitude e a 13 km da sede do município. Oferece, ainda, ao turista uma área para realização de eventos, piscina, sala de jogos, área para camping e atividades recreativas como a pesca e trilhas ecológicas.



Fotografia 05 – Sítio do Galo. Fonte: Acervo pessoal, 2013.



Fotografia 06 – Sítio do Galo. Fonte: Acervo pessoal, 2013.

### 4.1.3. O Circuito do Vale da Estação

Circuito localizado no distrito de Santa Isabel, o Vale da Estação – local que abriga a antiga Estação Ferroviária Germânica e que atualmente integra um dos destinos do Trem das Montanhas – encontra-se a cerca de 08 km da sede de Domingos Martins. Preserva belas paisagens naturais e oferece aos seus visitantes hospedagem, alimentação, produtos caseiros e artesanato. Integram este circuito:

- a) Sombra da Serra: Empreendimento turístico localizado a 474 metros de altitude e a 07 km da sede do município. Oferece aos turistas produtos da região e de outros estados em serviços de lanchonete e em lojas de artesanato. Possui um restaurante com cardápio variado e com carnes exóticas como de jacaré e rã;



Fotografia 07 – Sombra da Serra. Fonte: Acervo pessoal, 2013.

- b) Café com Prosa: Cafeteria e lanchonete especializada em pão com linguiça e pão com leitão, localizada a 486 metros de altitude e a 05 km da sede. Ponto de venda de produtos da região conta ainda com uma adega natural de vinhos nacionais e importados;



Fotografia 08 – Café com Prosa. Fonte: Acervo pessoal, 2013.

- c) Artesanatos Eugênia<sup>17</sup>: Pequena propriedade rural localizada a 10 km da sede de Domingos Martins. Como atividades pluriativas podemos citar a confecção de artesanato a partir de bucha vegetal, além da produção de panos de prato, tapetes, cachecóis e brincos;

---

<sup>17</sup> Este estabelecimento não foi visitado e, portanto não pode ser georreferenciado, ficando de fora dos mapas elaborados. Segundo proprietários de outros estabelecimentos, esta propriedade não costuma receber visitantes, tendo seus produtos comercializados no Sítio Alamá Sonho Meu e em uma loja na estação.

- d) Sítio Capitão: Este estabelecimento rural possui uma pousada localizada a 543 metros de altitude e a 12 km da sede do município. Oferece como atrativos lagoa para pesca, trilha em mata nativa, campo de futebol de areia, além de vender produtos da propriedade com a marca “Du Sítio”, tais como café, feijão, fubá, mel e flores;



Fotografia 09 – Sítio Capitão. Fonte: Acervo pessoal, 2013.

- e) Sítio Alamá Sonho Meu: Propriedade rural localizada a 565 metros de altitude e a 12 km da sede. Produz e comercializa produtos caseiros, tais como: bolos, pães, biscoitos, doces, geleias e compotas, além de galinha, ovos, café e fubá.



Fotografia 10 – Loja do Sítio Alamá Sonho Meu.  
Fonte: Acervo pessoal, 2013.

## 4.2. Espaços pluriativos da agricultura familiar: Análise e resultados

De acordo com as observações de campo, a aplicação de questionários – e a tabulação dos dados gerados a partir das informações obtidas por meio deles – junto aos proprietários dos estabelecimentos pluriativos que integram a área da pesquisa e de esclarecimentos obtidos através de alguns gestores dos circuitos turísticos rurais, tais como o consultor do SEBRAE da região das Montanhas Capixabas e a coordenadora local dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins, podemos entender os critérios e as nuances que contribuíram para a formação dos espaços pluriativos da agricultura familiar dentro dos circuitos em questão.

Desse modo, ao observarmos as tabelas 23 e 24, mais adiante, notamos que os proprietários dos espaços pluriativos analisados<sup>18</sup> são todos homens, tendo a maioria deles, idade entre 51 e 60 anos – em apenas um estabelecimento o proprietário possui mais de 60 anos – que se autodeclararam brancos, casados, com filhos adultos, com nível de escolaridade variado – alguns cursaram apenas os primeiros anos do ensino fundamental e outros alcançaram o ensino superior – todos nascidos em área rural, nas quais seus ascendentes trabalharam em atividades agropecuárias – sendo dois entrevistados nascidos no Município de Domingos Martins, um em Muniz Freire e outro em Nova Venécia –, descendentes de italianos e/ou alemães, tendo como local de moradia o próprio estabelecimento pluriativo, o qual dividem com pelo menos a esposa/companheira.

Em todos os estabelecimentos analisados, os proprietários disseram receber algum benefício (aposentadoria) e/ou participar de programas governamentais – aqui, se destaca o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ainda de acordo com os entrevistados, a maior fonte de

---

<sup>18</sup> Os questionários foram aplicados em quatro estabelecimentos pluriativos dos Circuitos Turísticos de Domingos Martins. De acordo com informações obtidas através dos proprietários desses estabelecimentos, apenas outros dois estabelecimentos, que não responderam aos questionários, podem ser considerados espaços pluriativos da agricultura familiar.

renda das propriedades provém de atividades não agropecuárias, mais especificamente de atividades relacionadas ao agroturismo. O valor da renda mensal declarada pelos proprietários foi de dois a dez salários mínimos.

**Tabela 23 – Procedência e histórico socioeconômico dos agricultores familiares pluriativos dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins (2015)**

Variáveis/Questões de análise	Estabelecimentos			
	A	B	C	D
Sexo	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
Idade (anos)	Entre 51 e 60	61 ou mais	Entre 51 e 60	Entre 51 e 60
Cor/Raça	Branca	Branca	Branca	Branca
Estado civil	Casado	Casado	Casado	Casado
Nº de filhos	03	03	02	04 ou mais
Nível de escolaridade	Ensino superior incompleto	Ensino médio completo	Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental	Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental
Local de nascimento	Domingos Martins / Zona Rural	Muniz Freire / Zona Rural	Domingos Martins / Zona Rural	Nova Venécia / Zona Rural
Mora na propriedade pluriativa	Sim	Sim	Sim	Sim
Quantidade de pessoas que vivem na propriedade (contando com o proprietário).	03	02	05 ou mais	03
Grau de parentesco dos moradores da propriedade em relação ao proprietário	Esposa e filho.	Esposa	Esposa e filhos.	Esposa e filho.
É descendente de estrangeiros? De qual nacionalidade?	Sim. Alemanha e Itália.	Sim. Itália.	Sim. Alemanha.	Sim. Itália.
Principal fonte de renda familiar	Atividades não agropecuárias.	Atividades não agropecuárias.	Atividades não agropecuárias.	Atividades não agropecuárias.
Possui benefícios ou participa de programas governamentais? Quais?	Sim. PRONAF.	Sim. Aposentadoria.	Sim. PRONAF.	Sim. PRONAF.
A família sempre trabalhou com atividades agropecuárias?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Possui algum familiar que deixou a zona rural? Por qual motivo?	Sim, filhos. Estudo e trabalho.	Sim, filho. Estudo.	Sim, irmã. Trabalho.	Sim, filhos. Estudo e trabalho.
Algum morador da propriedade trabalha fora dela?	Não.	Não.	Não.	Não.
Renda familiar mensal (em salários mínimos)	Entre 02 a 05	Entre 05 e 10	Entre 02 a 05	Entre 05 e 10

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

**Tabela 24 – Características das propriedades familiares pluriativas dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins (2015)**

Variáveis/Questões de análise	Estabelecimentos			
	A	B	C	D
Área (em hectares)	15,5	25	50	03
Forma de obtenção	Compra de terceiros.	Compra de terceiros.	Herança.	Compra de terceiros.
O que significa para o proprietário?	Patrimônio familiar.	Uma fonte de vida/escolha de vida.	Patrimônio familiar.	Patrimônio familiar.
Trabalhadores da propriedade	Membros da família, trabalhadores assalariados e diaristas.	Membros da família e diaristas.	Membros da família, trabalhadores assalariados e diaristas.	Membros da família e diaristas.
Nº de trabalhadores assalariados	03	Não possui.	02	Não possui.
A família participa da elaboração/execução dos projetos para a propriedade?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Atividades agropecuárias	Avicultura; fruticultura; hortaliças; produção de grãos.	Produção de grãos.	Avicultura; fruticultura; hortaliças; produção de grãos.	Avicultura; fruticultura; hortaliças; produção de grãos.
Grau de satisfação do proprietário em relação às atividades agropecuárias	Insatisfeito.	Insatisfeito.	Satisfeito.	Satisfeito.
Atividades não agrícolas	Artesanato; beneficiamento de produtos para terceiros; produtos da agroindústria; turismo rural/agroturismo.	Artesanato; beneficiamento de produtos para terceiros; produtos da agroindústria; turismo rural/agroturismo.	Beneficiamento de produtos para terceiros; produtos da agroindústria; turismo rural/agroturismo.	Beneficiamento de produtos para terceiros; produtos da agroindústria; turismo rural/agroturismo.
Grau de satisfação do proprietário em relação às atividades não agrícolas	Satisfeito.	Satisfeito.	Muito satisfeito.	Muito satisfeito.
Motivos que levaram a diversificação de atividades	Possibilidade de maiores rendas; independência em relação a apenas um produto agropecuário; dificuldade em contratar mão de obra para trabalhar na agricultura.	A criação dos Circuitos Turísticos Rurais do município.	Possibilidade de maiores rendas; independência em relação a apenas um produto agropecuário; possibilidade de preservação do patrimônio histórico-cultural.	Possibilidade de maiores rendas; independência em relação a apenas um produto agropecuário.
Recebe assistência técnica?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Em todos os espaços pesquisados, os proprietários se autodeclararam agricultores familiares e afirmaram sempre haver a participação da família na elaboração e execução de projetos relacionados às propriedades, estejam eles relacionados a práticas pluriativas ou não. Os espaços pluriativos da agricultura familiar dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins possuem entre 03 a 50 hectares, sendo caracterizados como pequenas propriedades rurais<sup>19</sup>.

Das quatro propriedades pesquisadas, apenas uma foi obtida por herança, sendo todas as outras adquiridas por meio de compra. Entretanto, todas representam para os proprietários um patrimônio familiar e uma escolha/fonte de saúde e vida.

Apesar dos proprietários terem nascido em zona rural, dois deles deixaram suas famílias e se estabeleceram em centros urbanos trabalhando como comerciante e funcionário público. Contudo, segundo os mesmos, resolveram fazer o caminho de volta as origens em busca da diminuição do nível de estresse e, conseqüentemente, de uma melhora na qualidade de vida – ambos proporcionados pela proximidade com a natureza e a simplicidade do modo de vida do campo.

Em todos os estabelecimentos pluriativos da agricultura familiar estudados, os proprietários declararam que algum membro da família já deixou a propriedade para se estabelecer em centros urbanos, por pelo menos um curto período, seja devido aos estudos ou a busca por melhores condições de trabalho – em apenas dois estabelecimentos os filhos retornaram para a propriedade após os estudos, para colocar em prática os conhecimentos adquiridos em cursos superiores e para contribuir com as atividades desenvolvidas nas propriedades, sejam elas agrícolas ou não.

---

<sup>19</sup>De acordo com a Lei Nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, a qual dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, a pequena propriedade rural compreende uma área entre 1 a 4 módulos fiscais. O módulo fiscal no Município de Domingos Martins equivale a 18 hectares.

Nos espaços pluriativos da agricultura familiar analisados, a força de trabalho utilizada provém tanto dos próprios membros das famílias quanto de trabalhadores assalariados e/ou diaristas. Cabe frisar que dois desses espaços não possuem trabalhadores/funcionários fixos, contratando quando necessário os serviços de diaristas. Os outros estabelecimentos possuem entre dois a três funcionários fixos, também utilizando a mão de obra de diaristas quando há maior demanda por produtos e/ou serviços das propriedades – um entrevistado, o qual possui a maior extensão de terras, relatou a existência de meeiros em sua propriedade.

Um fato citado por todos os proprietários desses espaços pluriativos da agricultura familiar que merece atenção é a dificuldade relatada em conseguir contratar mão de obra na região, principalmente a relacionada às atividades agrícolas, fato que, segundo os mesmos, gera um desestímulo em relação a maiores investimentos nessas atividades – em contraposição as atividades não agrícolas.

As atividades agropecuárias presentes nas propriedades são avicultura, fruticultura e produção de hortaliças – em três estabelecimentos. Na fruticultura ocorre uma maior produção de citros, jabuticaba e banana e as hortaliças são plantadas para atender a demanda da propriedade e não para o comércio. Encontramos a produção de grãos em todas as propriedades, com destaque ao plantio de café, feijão e milho.

Apesar de encontrarmos nos espaços pluriativos da agricultura familiar atividades agropecuárias, existe certa insatisfação por parte dos proprietários com relação a elas, pois quando perguntados sobre o grau de satisfação que possuem em relação às atividades agropecuárias desenvolvidas em seus estabelecimentos, dois mostraram grande insatisfação devido à dificuldade encontrada em contratar mão de obra para o trabalho agrícola – os outros dois disseram estar satisfeitos, entretanto também destacaram as dificuldades relativas à contratação de pessoal para o trabalho com a terra.

Entretanto, quando esses mesmos proprietários são questionados a respeito do grau de satisfação referente à presença de atividades não agropecuárias em seus estabelecimentos, todos se dizem satisfeitos ou muito satisfeitos. Este fato se deve a alguns fatores, segundo a maioria dos proprietários, tais como: a) a possibilidade de maiores renda para a família; b) a independência em relação a apenas um produto agropecuário, que os deixariam vulneráveis quanto às oscilações de preço do mercado; c) a própria criação dos circuitos turísticos rurais no Município de Domingos Martins; d) a possibilidade de preservação do patrimônio histórico-cultural das famílias da região; e, e) a dificuldade encontrada em contratar mão de obra para trabalhar na agricultura.

Dentre as atividades não agrícolas presentes nas propriedades analisadas se destacam as relacionadas ao atendimento de turistas que buscam contato com a natureza e a vida do campo, a diminuição do nível de estresse e momentos de lazer em família. Assim, podemos citar: a) a prestação de serviços de hospedagem seja em pousadas ou mesmo em quartos alugados dentro da própria casa dos agricultores familiares; b) restaurantes que servem comidas caseiras, em geral, feitas no fogão a lenha; c) lagoas para pesca recreativa; d) trilhas na mata nativa; e, d) venda de produtos artesanais, tais como licores, bombons, biscoitos, pães, bolos, geleias, doces e compotas, além do pó de café e do fubá feito no moinho de pedra.

Ao analisarmos as tabelas 25 e 26, mais adiante, podemos verificar que as atividades não agrícolas têm sido desenvolvidas, dentro dos espaços pluriativos em questão, entre 05 e 20 anos, gerando mudanças positivas na qualidade de vida dessas famílias. Neste sentido, segundo os agricultores familiares, a partir do emprego das atividades não agrícolas em suas propriedades foi possível pagar os estudos de seus filhos e garantir um pouco de tranquilidade financeira, devido a menor dependência aos produtos exclusivamente agrícolas.

Ainda de acordo com esses agricultores, parte da renda obtida através de atividades não agrícolas são reinvestidas nas propriedades. Entretanto, dois desses agricultores disseram que a renda obtida por essas atividades sozinha não é suficiente para efetuar melhorias na propriedade, tendo que algumas vezes investir capital de outras fontes. Contudo, de acordo com o discurso de todos os agricultores familiares entrevistados, percebemos que houve melhorias propiciadas pela prática das atividades não agrícolas, dentre as quais foram citadas: a) a construção de espaços para os turistas (quartos e áreas para lazer); b) a compra de automóveis; c) a construção de casas de alvenaria; d) melhorias nos acessos as propriedades; e) reformas nas propriedades; e, f) paisagismo.

**Tabela 25 – Percepção dos agricultores familiares pluriativos dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins em relação à agricultura e a pluriatividade (2015)**

Variáveis/Questões de análise	Estabelecimentos			
	A	B	C	D
O proprietário do estabelecimento se considera um agricultor familiar?	Sim	Sim	Sim	Sim
A diversificação contribui para a manutenção da unidade familiar?	Sim	Sim	Sim	Sim
Há motivação nos jovens para permanecerem no campo?	Sim	Sim	Sim	Não
Conhece agricultores que deixaram o campo para viver na cidade? Caso afirmativo: por qual motivo?	Sim. Falta de estrutura familiar, baixa renda e melhores oportunidades de emprego.	Não.	Sim. Dificuldades relacionadas a utilização de maquinário devido a topografia da região e a oscilação dos preços dos produtos agrícolas.	Sim. Falta de estrutura das propriedades, dificuldades na produção, falta de capital para investimentos e carência de apoio público ao agroturismo.
As condições de vida no campo têm melhorado ou piorado nos últimos anos ?	Melhorado.	Melhorado.	Melhorado.	Melhorado.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

**Tabela 26 – Percepção dos agricultores familiares pluriativos dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins em relação às atividades não agrícolas (2015)**

Variáveis/Questões de análise	Estabelecimentos			
	A	B	C	D
Qual é o tempo em que a família desenvolve atividades não agrícolas?	Entre 5 e 10 anos	Entre 5 e 10 anos	Entre 10 e 20 anos	Entre 5 e 10 anos
A diversificação de atividades trouxe mudanças positivas para a família?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
A renda obtida por meio das atividades não agrícolas é reinvestida na propriedade?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Financeiramente, a introdução dessas atividades atendeu suas expectativas?	Não.	Não.	Sim.	Sim.
A renda obtida por essas atividades contribui para a permanência da família no campo?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Existem ações governamentais de incentivo a diversificação de atividades na região?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

De acordo com as observações realizadas e os discursos dos próprios agricultores familiares analisados, percebemos certa ambiguidade quando nos referimos financeiramente aos possíveis benefícios proporcionados pelas práticas pluriativas presentes dentro das propriedades. Isto porque apesar de apontarem diversas melhorias na qualidade de vida e dentro das propriedades a partir da implementação das atividades não agrícolas em conjunto com as agrícolas, os agricultores familiares se dividiram em dois grupos: o primeiro afirmando que a introdução das atividades não agrícolas dentro de suas propriedades atendeu positivamente suas expectativas em termos financeiros; e, o segundo grupo que afirma o contrário – aqui cabe destacar que são apenas quatro casos analisados e que dentre os dois agricultores que disseram que a introdução de práticas não agrícolas em suas propriedades não

atenderam suas expectativas financeiras, um afirmou que ainda não alcançou suas metas devido a sua própria preferência ao atendimento de uma clientela mais familiar/selecionada, fato que acaba por restringir seus ganhos.

Apesar da dualidade encontrada no grupo analisado no que se refere financeiramente ao atendimento de suas expectativas a partir da introdução das práticas pluriativas nas propriedades, todos os agricultores foram unânimes ao dizer que tanto as atividades não agrícolas quanto a renda obtida por meio delas contribuem, notoriamente, para a permanência das famílias nas atividades agrícolas e no meio rural, colaborando, desse modo, com a manutenção da unidade familiar e da geração de emprego/postos de trabalho para os membros da família, o que gera um sentimento de serventia entre eles, no qual todos podem ser úteis dentro da propriedade. Dessa maneira, os agricultores percebem uma crescente motivação nos jovens para permanecerem no campo e na agricultura.

Apesar do exposto acima, a maioria dos entrevistados disse conhecer agricultores de sua comunidade que deixaram o campo para se estabelecerem nas cidades. Nestes casos, foram citados como motivação: a) a falta de estrutura das propriedades, as quais apresentavam dificuldades na produção devido à falta de capital para investimentos; b) a carência de apoio dos órgãos públicos para o incentivo ao agroturismo; c) a dificuldade causada pela topografia – área montanhosa – a qual impossibilita a utilização de maquinário agrícola que facilitaria a produção; d) a oscilação dos preços dos produtos agrícolas; e) as maiores oportunidades de emprego presentes nas cidades; e, f) a falta de estrutura familiar devido às dificuldades enfrentadas por baixas rendas – obtidas exclusivamente pelo trabalho no campo.

Os agricultores familiares afirmam que nos últimos anos as condições de vida no meio rural têm melhorado por meio da implementação de políticas públicas – e seus benefícios, tais como melhor acesso a informação, por meio da televisão, do telefone e da internet, e o início da pavimentação das estradas

que fazem parte dos circuitos turísticos rurais em questão – sejam elas: a) municipais, tais como os programas do governo local que envolvem o atendimento, a capacitação e a assistência técnica ao produtor rural, além da distribuição de sementes e mudas com o objetivo de diversificar a produção agrícola e ainda, o incentivo ao agroturismo na região; b) estaduais, como o programa Caminhos do Campo, o qual promove a pavimentação de estradas rurais, o Programa de Regionalização do Turismo, por meio do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística – o município de Domingos Martins integra a Região Montanhas Capixabas – e a criação dos Circuitos Turísticos Rurais – criado/desejado pelos próprios agricultores por meio de parceria entre as secretarias de turismo estaduais, municipais e o SEBRAE; e, c) federais, com destaque para o PRONAF e seu apoio, incentivo e financiamentos ofertados ao agricultores familiares da região.

Segundo os agricultores entrevistados, existem ações governamentais de incentivo a diversificação de atividades na região e as propriedades pluriativas que fazem parte dos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins contam com assistência técnica principalmente de órgãos como o SEBRAE e o INCAPER, além da assistência prestada pelo próprio município através das Secretarias de Cultura e Turismo e de Desenvolvimento Rural – apesar de alguns deles demonstrarem certa insatisfação com o apoio oferecido pelo município. Além disso, afirmaram que todos passaram pelos requisitos necessários para integrarem os circuitos, quais sejam: a) ter interesse em trabalhar em conjunto; b) participar de cursos de capacitação básica em Turismo no Espaço Rural, Associativismo e Atendimento ao Cliente, além do curso de Capacitação específica em Marketing para o Turismo Rural; e, c) ter a propriedade inserida em projetos estratégicos para o turismo regional.

Todos os agricultores disseram ter ocorrido algum tipo de melhoria em suas propriedades a partir da integração das mesmas nos Circuitos Turísticos Rurais de Domingos Martins, destacando a divulgação das propriedades e das atividades desenvolvidas dentro delas para os turistas; o sentimento de maior

credibilidade em seus empreendimentos e a valorização deles e de seus produtos, devido à participação nos circuitos; a possibilidade de construção/aprimoramento de espaços específicos para o atendimento aos turistas; e, as relações estabelecidas entre as propriedades que compõem os circuitos turísticos rurais em questão – tais como reuniões que ocorrem todo mês tanto entre os agricultores e os gestores dos circuitos – e, por fim, o trabalho em conjunto entre agricultores familiares – caracterizado pela indicação realizada por eles aos turistas sobre produtos e serviços ofertados nas outras propriedades integrantes dos circuitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços pluriativos da agricultura familiar foram aqui caracterizados como pequenas propriedades rurais pertencentes a agricultores familiares, nas quais são desenvolvidas tanto atividades agropecuárias quanto não agropecuárias – muitas vezes incentivadas por políticas públicas –, com o objetivo de proporcionar aos membros das famílias rurais trabalho/emprego, aumento da renda familiar e a permanência no meio rural através da manutenção da unidade familiar.

Ao analisarmos os espaços pluriativos da agricultura familiar que integram os Circuitos Turísticos Rurais do Município de Domingos Martins, observamos que os mesmos podem ser enquadrados, de acordo com a tipologia de pluriatividade desenvolvida a partir dos estudos de Schneider pelo IPEA (2013), como uma pluriatividade intersetorial. Neste tipo de pluriatividade os membros da família rural desenvolvem tanto atividades agrícolas quanto atividades não agrícolas, reunindo, nesse caso, dentro da propriedade rural, ramos de atividades econômicas distintas.

Notamos que os espaços pluriativos da agricultura familiar em questão se formaram a partir da compra das propriedades por famílias que tinham uma origem rural ou que receberam suas terras por herança, sendo esses espaços, considerados por seus proprietários como locais de residência e patrimônio das famílias.

As atividades desenvolvidas dentro dos espaços pluriativos da agricultura familiar compreendem, obrigatoriamente, – para serem considerados pluriativos – as atividades agrícolas e não agrícolas. Assim, encontramos nas propriedades analisadas: a) atividades agropecuárias, tais como a avicultura, a suinocultura, a piscicultura, a fruticultura, além da produção de hortaliças e de grãos (café, feijão e milho) – em alguns casos, voltadas para o mercado e em outros apenas para o atendimento da demanda do próprio estabelecimento; e, b) atividades não agropecuárias: serviços de hospedagem – oferecidos tanto

em pousadas quanto em quartos alugados dentro da casa dos agricultores – e alimentação – representados por restaurantes que servem comidas caseiras –, oferta de atividades de lazer voltadas para o atendimento de turistas – como trilhas em mata nativa e lagoas para pesca recreativa –, e a venda de artigos produzidos artesanalmente – licores, bombons, biscoitos, pães, bolos, geleias, doces e compotas, além do pó de café e do fubá feito no moinho de pedra.

O desenvolvimento das atividades não agrícolas – o qual começou a surgir dentro das propriedades analisadas há aproximadamente 20 anos – é avaliado, pelos agricultores familiares entrevistados, como algo positivo e como fator que contribui para a manutenção da unidade familiar dentro das propriedades. Cabe ainda lembrar que elas são citadas como as principais fontes de renda das famílias rurais e que por meio delas foi possível realizar benfeitorias nas propriedades – como reformas nas casas e construção de espaços específicos para o atendimento aos turistas, compra de automóveis e instalação de sistemas de irrigação nas plantações.

A possibilidade de maiores rendas para a família e o fato de evitar a dependência em apenas um produto agrícola e/ou atividade econômica foram citadas, com unanimidade, pelos agricultores familiares como motivos que levaram a diversificação das atividades dentro das propriedades. Entretanto, neste quesito, também foram levantadas questões referentes à dificuldade enfrentada por esses agricultores familiares em contratar mão de obra para o trabalho na lavoura, ao interesse dos mesmos em participar dos circuitos turísticos rurais do município, além da possibilidade em preservar o patrimônio histórico-cultural das famílias da região.

Assim, observamos que na percepção dos agricultores familiares entrevistados, a diversificação de atividades nas propriedades interferiu positivamente também na qualidade de vida e do trabalho realizado pelas famílias – as quais, segundo os mesmos, passaram a ter mais acesso a informações pertinentes aos seus negócios, por meio de reuniões, palestras, cursos, viagens e visitas

técnicas, além do aumento da possibilidade de acesso aos meios de comunicação e de condições financeiras que permitissem o pagamento dos estudos universitários dos seus filhos.

Os Circuitos Turísticos Rurais do Município de Domingos Martins surgiram a partir do interesse dos próprios agricultores e empreendedores rurais do município. Assim, segundo o consultor do SEBRAE da região das Montanhas Capixabas, a ideia para a criação dos circuitos parte dos agricultores e empreendedores locais. O SEBRAE, em parceria com os órgãos governamentais – os quais incentivam a diversificação de atividades dentro das propriedades, principalmente as relacionadas ao agroturismo –, auxilia na estrutura e formatação dos circuitos, agindo como um facilitador do processo de construção dos mesmos, por meio de consultorias e cursos de capacitação, para que os estabelecimentos rurais participantes sejam capazes de atender, com qualidade, a demanda turística atraída pelos circuitos.

Como dito anteriormente, existe um interesse dos empreendedores/agricultores familiares em trabalhar em conjunto e a partir desse desejo são criados os Circuitos Turísticos Rurais. Assim, percebemos a integração que se estabelece entre os espaços pluriativos que fazem parte dos circuitos turísticos em questão. Os proprietários dos estabelecimentos pluriativos, sejam da agricultura familiar ou de empreendedores rurais, se empenham não só em atrair turistas para suas propriedades/estabelecimentos, mas fazem questão de incitar os visitantes a conhecerem os outros espaços pluriativos integrantes dos circuitos, gerando um sentimento de reciprocidade entre os proprietários/agricultores.

A partir da integração dos conceitos de agricultura familiar, pluriatividade, políticas públicas e espaço tornou-se possível definir o que aqui entendemos por espaços pluriativos da agricultura familiar e, assim, caracterizar os espaços inseridos dentro dos Circuitos Turísticos Rurais do Município de Domingos

Martins e compreender, por intermédio das pesquisas realizadas, como esses espaços se formaram.

Vale lembrar a estreita relação existente entre os espaços pluriativos da agricultura familiar e o turismo (seja o turismo rural, o agroturismo e/ ou o ecoturismo), pois a partir desse elemento, catalisador de políticas públicas, são construídos e/ou transformados os espaços/propriedades familiares para o atendimento de uma demanda turística, propiciando, dessa maneira, a implementação de práticas pluriativas no interior desses mesmos espaços.

Os espaços pluriativos da agricultura familiar foram construídos tanto por famílias rurais, ou seja, por aquelas que nunca deixaram o campo, quanto por famílias que viviam nos centros urbanos, mas que se dirigiram para o meio rural, em busca de um novo ritmo de vida. Percebemos que em ambos os casos essas famílias passam a depender tanto da agricultura – em menor escala – quanto do turismo para o seu sustento.

A importância dos espaços pluriativos da agricultura familiar não se apresenta, para as famílias analisadas, apenas como uma fonte de renda extra. Essa importância também se mostra por meio das relações de amizade/vizinhança estabelecidas entre agricultores através das quais os mesmos se fortalecem e buscam melhorias que possam beneficiá-los. Além disso, os espaços pluriativos da agricultura familiar também são responsáveis pela geração de renda e emprego para os trabalhadores rurais, influenciando desse modo na permanência da população jovem no campo, além de possuírem aspectos (o patrimônio ecológico; o apelo paisagístico relacionado a belezas cênicas e naturais; o apelo cultural, a simplicidade e sossego transmitido pelo modo de vida do campo; a proximidade com centros urbanos, facilitando o acesso a este tipo de turismo) que atraem turistas para a região, o que tende a produzir um aumento na arrecadação de tributos para os governos locais.

Por fim, cabe ainda, ressaltar a validade do conceito de espaços pluriativos da agricultura familiar também para outros estabelecimentos rurais, pois a sua definição permite caracterizar não somente aqueles analisados nesta pesquisa, mas diversos estabelecimentos rurais familiares espalhados por regiões distintas, inseridos ou não dentro de circuitos turísticos rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. 18 p.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2004.

ANJOS, F. S. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba, (SC)**. Pelotas: UFPEL, 1995.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Observação social e estudos de caso sociais. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997. p. 117-134.

BERDOULAY, V. Espaço e cultura. In: Castro, I. E. (et al.) (Orgs.). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 101-131.

BERGAMIM, M. C. **Agricultura familiar no Espírito Santo: Constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

BLAD, M. Pluriactivity of farming families - old phenomenon in new times. **AgEcon – Research in Agricultural & applied economics**. Institute of Rural and Agricultural Development, Polish Academy of Sciences. v.07. Poland, 2010. p. 155-165.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília: Ministério do Turismo, [200-?]. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes)>

/downloads\_publicacoes/Diretrizes\_Desenvolvimento\_Turismo\_Rural.pdf>.  
Acesso em: 29 de jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987. 284 p.

CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos Históricos e Conceituais da Multifuncionalidade da Agricultura. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009, pp. 1-16.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.). **Mundo Rural e Tempo Presente**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex, 1999.

\_\_\_\_\_. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 23-50.

\_\_\_\_\_. **Pluriatividade no Campo: o caso francês**. RBCS/Anpocs, n. 32, ano 11, out., 1996.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., **Anais...** Brasília: SOBER, 1997. p. 147-185.

CARNEIRO, M. J.; TEIXEIRA, V. L. De terra de plantação à terra de lazer. In: CARNEIRO, M. J. (Org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 67-100.

CASTRO, M. B. MEPES – Uma escola para o jovem rural. In: \_\_\_\_\_. **Juventudes rurais: cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2007. p. 15-34.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: \_\_\_\_\_. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 25-45.

CLAVAL, P. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 51-97.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p.15-48.

\_\_\_\_\_. Espaços e Simbolismos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012. p. 133-153.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001. 107 p.

DARÉ, R. **A crise do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ESPÍRITO SANTO. A agricultura e o Espírito Santo. In: **Plano Estratégico da Agricultura Capixaba** (PEDEAG-2003), 2003. Disponível em: <<http://www.incaper.es.gov.br/pedeag/diagnostico02.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. SEAG. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura: Novo PEDEAG 2007-2025**. Vitória: SEAG, 2008. 281 p.

FAO; INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar** – o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica. Brasília: INCRA/FAO, 2000. 74 p.

FITZ, Paulo R. SIG e Geoprocessamento. In: \_\_\_\_\_. **Geoprocessamento sem complicação**. Ed. Oficina de Textos, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREY, K. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.21, p. 211-259, jun. 2000.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar** – como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. São Paulo: Record, 2000.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 79-108.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Conferência. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <<http://www.ppgg.ufam.edu.br/attachments/article/88/Espa%C3%A7o,%20Territ%C3%B3rio%20e%20Cultura%20%28TEXTO%20%29.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

HAM, C.; HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno.** Londres, 1993. Disponível em: <[http://www.ige.unicamp.br/gapi/HAM\\_HILL\\_PROCESSO\\_DE\\_ELABORACAO\\_DE\\_POLITICAS.pdf](http://www.ige.unicamp.br/gapi/HAM_HILL_PROCESSO_DE_ELABORACAO_DE_POLITICAS.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Agricultura Familiar: Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 267 p.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <[www.ibge.gov.br/censo2010](http://www.ibge.gov.br/censo2010)>. Acesso em: 16 dez. 2012.

IJSN. **Perfil Municipal.** Sudoeste Serrana – Domingos Martins. Microrregião Administrativa 4. Vitória, 2009. 60 p.

INCAPER. Atividades Rurais não Agrícolas. **INCAPER em Revista.** Ano 1, n. 1, jan. a dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER 2011-2013.** Domingos Martins. Planejamento e Programação de ações. Vitória: INCAPER, SEAG, 2011. 35 p.

IPEA. **Pluriatividade e Plurirrendimentos nos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste – Uma Análise a partir do Censo Agropecuário 2006.** Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2013.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.2, n.3, p.515-551, jul./set. 1998.

LEITÃO, A. L. E. **Política Pública para a agricultura familiar: O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PROINF) no território do Caparaó-ES.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2009. 172 p.

LOPES, E. S. A. A pluriatividade na agricultura familiar do estado de Sergipe. In: LOPES, E. S. A.; COSTA, J. E. (Org.). **Territórios rurais e agricultura familiar no Nordeste.** 1 ed. Aracaju: EDUFS, 2009, v. 1, p. 103-186.

LOUGHREY, J. (et. al.). The Role of Pluriactivity in Farm Exit and Labour Supply Decisions. **Factor Market**, Brussels, August 2013. n. 67, p. 01-12.

LOUREIRO, M. R. G. **Terra, família e capital.** Formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987. 182 p.

MARTINUZZO, J. A. **Novo Espírito Santo - Governo do Estado 2003-2010.** Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2010. 424 p.

MATTEI, L. F. A importância da família como unidade de análise. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. (Ed.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. p. 178-181.

\_\_\_\_\_. Relatório síntese dos painéis e debates. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/CONDRAF, 2005.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 9-29.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

NETO, J. B. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul**. 2012. 393 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pequenas propriedades rurais e estrutura fundiária no Espírito Santo: Uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas**. 2009. 177 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

NOGUEIRA, V. S. **A “Venda Nova das Imigrantes”: Relações de gênero e práticas sociais do agroturismo**. 2004. 253 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

OLALDE, A. R. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: < <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2013. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/domingos-martins\\_es#idh](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/domingos-martins_es#idh)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

PORTUGUEZ, A. P. Turismo e Desenvolvimento Sócio-Espacial. Reflexões sobre a Experiência do Agroturismo no Estado do Espírito Santo. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979. 188 p.

RAFFESTIN, C. O Poder. In: \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. p. 51-60.

\_\_\_\_\_. O que é território? In: \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, p. 143-163.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003. p. 76-97.

RIO, G. P. Jogo de Espelhos: A dimensão cultural do econômico. In: CORRÊA, L.; ROSENDADL, Z. (Orgs.). **Economia, cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 15-36.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. 94 p.

SANTOS, E. S. (et al.). **História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins**. Vitória: Brasília Editoria, 1992. 112 p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2012. 136 p.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1993. 142 p.

SANTOS, T. M. B. B. **Turismo rural e sustentabilidade: o caso dos municípios do Espírito Santo**. 2004. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SCHENEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ VALLE, L. (Orgs.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas**. 44º Congresso SOBER. Fortaleza, 2006.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: Elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.) **Desenvolvimento rural: Tendências e debates contemporâneos**. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. p. 19-67.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e Industrialização**. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. Os Colonos da Indústria Calçadista: Expansão Industrial e as Transformações da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. In: **Anais XVII Encontro Nacional da Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais Sobre Agricultura** - APIPSA. Porto Alegre/RS, 1994. p. 49-50.

\_\_\_\_\_. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n.51, p. 99-121, fev. 2003.

SEBRAE/ES. Arranjo produtivo local. **Agronegócios, Agroturismo**. Vitória: SEBRAE/ES, 2007. Disponível em: < [http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1248287555.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1248287555.pdf)>. Acesso em: 29 de jul. 2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 133 p.

SILVA, R. N. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no estado do Espírito Santo: O Pronaf Capixaba (2005 – 2010)**. 2013. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n.16, p. 20-45, jul/dez 2006.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003. Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

ZANDONADI, B. M. **O Agroturismo e as transformações sócio-espaciais em Venda Nova do Imigrante, ES**. 2013. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

**APÊNDICE A****Roteiro de Entrevista – Agricultores Familiares****Procedência e histórico socioeconômico dos agricultores/proprietários.**

1. Sexo:
  - a) Feminino
  - b) Masculino
  
2. Qual a sua idade?
  - a) Menos de 30 anos.
  - b) Entre 30 e 40 anos.
  - c) Entre 41 e 50 anos.
  - d) Entre 51 e 60 anos.
  - e) 61 anos ou mais.
  
3. Você se considera:
  - a) Branco (a).
  - b) Pardo (a).
  - c) Preto (a).
  - d) Amarelo (a).
  - e) Indígena.
  
4. Qual seu estado civil?
  - a) Solteiro.
  - b) Casado(a) / mora com um companheiro(a).
  - c) Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).
  - d) Viúvo(a).
  
5. Qual é o seu nível de escolaridade?
  - a) Não estudei.
  - b) Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).
  - c) Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).
  - d) Ensino médio (antigo 2º grau) incompleto.
  - e) Ensino médio completo.
  - f) Ensino superior incompleto.
  - g) Ensino superior completo.
  - h) Pós-graduação.
  
6. O seu local de origem/nascimento é:
  - a) Rural.
  - b) Urbano.
  
7. Nome da cidade em que nasceu: \_\_\_\_\_.
  
8. Quantos(as) filhos(as) você tem?

- a) Um(a).
- b) Dois(duas).
- c) Três.
- d) Quatro ou mais.
- e) Não tenho filhos(as).

9. Você mora nesta propriedade? (Caso a resposta seja negativa: você mora na zona urbana ou rural do município?  
R:\_\_\_\_\_).

- a) Sim.
- b) Não.

10. Quem mora com você? (Marque uma resposta para cada item).

	Sim	Não
Moro sozinho(a).	(a)	(b)
Pai e/ou mãe.	(a)	(b)
Esposo(a) / companheiro(a).	(a)	(b)
Filhos(as).	(a)	(b)
Irmãos(ãs).	(a)	(b)
Outros parentes, amigos(as) ou colegas.	(a)	(b)
Outra situação.	(a)	(b)

11. Quantas pessoas moram em sua casa? (Contando com você).

- a) Duas pessoas.
- b) Três pessoas.
- c) Quatro pessoas.
- d) Cinco ou mais pessoas.
- e) Moro sozinho(a).

12. Sua família é de origem estrangeira? (Considerando a origem dos avós e dos pais das famílias entrevistadas).

- a) Sim. (Em caso afirmativo, de qual país:\_\_\_\_\_)
- b) Não.

13. A principal fonte de renda familiar provém de atividades:

- a) Agropecuárias.
- b) Não agropecuárias.

14. Você ou algum membro de sua família recebe algum benefício ou participa de algum programa social seja do governo federal, estadual ou municipal? (Caso resposta afirmativa, informar tipo de benefício ou programa:\_\_\_\_\_).

- a) Sim.
- b) Não.

15. Sua família sempre trabalhou com atividades agropecuárias? (Caso resposta negativa, informar quais atividades não agrícolas já foram exercidas pela família:

- 
- \_\_\_).
- a) Sim.  
b) Não.
16. Algum membro de sua família já deixou a propriedade para se estabelecer em centros urbanos? (Caso resposta afirmativa, informar o motivo que o levou a tomar tal atitude:\_\_\_\_\_).
- a) Sim.  
b) Não.
17. Algum membro de sua família (núcleo familiar) trabalha fora da propriedade? (Caso resposta afirmativa, informar qual atividade é exercida:\_\_\_\_\_).
- a) Sim.  
b) Não.
18. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?
- a) Até 01 salário mínimo (até R\$ 724,00).  
b) Entre 01 e 02 salários mínimos (R\$ 724,00 a R\$1448,00).  
c) Entre 02 e 05 salários mínimos (R\$ 1448,00 a R\$3620,00).  
d) Entre 05 e 10 salários mínimos (R\$ 3620,00 a R\$7240,00).  
e) Entre 10 e 20 salários mínimos (R\$ 7240,00 a R\$14480,00).  
f) Mais de 20 salários mínimos (mais de R\$ 14480,00).

### **A propriedade e as atividades produtivas.**

19. Qual o tamanho de sua propriedade? (em hectares)

R:

---

20. Qual foi a forma de obtenção da sua propriedade?

- a) Herança.  
b) Compra de terceiros.  
c) Compra de parentes.  
d) Posse provisória.  
e) Doação.  
f) Outra.

21. O que sua propriedade significa pra você?

- a) É um patrimônio da minha família.  
b) É minha ferramenta de trabalho.  
c) Um bem que posso vender a qualquer momento.  
d) Outros.

Especifique:\_\_\_\_\_.

22. Quem trabalha em sua propriedade?

- a) Somente membros da família.
- b) Somente trabalhadores assalariados.
- c) Membros da família e trabalhadores assalariados.

23. Quantos funcionários assalariados você possui em sua propriedade?

- a) Um.
- b) Dois.
- c) Três.
- d) De três a cinco.
- e) Mais de cinco.

24. A família participa na elaboração e execução de projetos relacionados a propriedade?

- a) Sim.
- b) Não.

25. As atividades agropecuárias listadas abaixo estão presentes em sua propriedade?  
(Marque uma resposta para cada item).

	Sim	Não
Avicultura.	(a)	(b)
Pecuária de corte.	(a)	(b)
Pecuária de leite.	(a)	(b)
Suinocultura.	(a)	(b)
Fruticultura	(a)	(b)
Hortaliças.	(a)	(b)
Produção de grãos.	(a)	(b)

26. Qual é o seu grau de satisfação em relação à atividade agropecuária de sua propriedade?

- a) Muito satisfeito.
- b) Satisfeito.
- c) Insatisfeito.
- d) Não sabe / sem resposta.

27. As atividades não agrícolas listadas abaixo estão presentes em sua propriedade?  
(Marque uma resposta para cada item).

	Sim	Não
Artesanato.	(a)	(b)
Beneficiamento/transformação de produtos agropecuários para terceiros.	(a)	(b)
Exploração mineral.	(a)	(b)
Produtos da agroindústria.	(a)	(b)
Turismo rural/agroturismo.	(a)	(b)
Outras atividades não agrícolas. (Caso afirmativo, especificar: _____).	(a)	(b)

28. Qual é o seu grau de satisfação em relação à diversificação de atividades em sua propriedade?

- a) Muito satisfeito.
- b) Satisfeito.
- c) Insatisfeito.
- d) Não sabe / sem resposta.

29. Quais foram os motivos que levaram a diversificação das atividades? (Marque uma resposta para cada item).

	Sim	Não
Possibilidade de maiores rendas.	(a)	(b)
Para evitar a dependência em apenas um produto/atividade.	(a)	(b)
Outros.	(a)	(b)
Especificar: _____		

30. A propriedade conta com algum tipo de assistência técnica? (Caso afirmativo, especificar: De quem?)

R: \_\_\_\_\_).

- a) Sim.
- b) Não.

31. Quais foram os requisitos necessários para que a sua propriedade integrasse os circuitos turísticos da região? (Marque uma resposta para cada item).

	Sim	Não
Interesse em trabalhar em conjunto.	(a)	(b)
Capacitação básica em Turismo no Espaço Rural, Associativismo e Atendimento ao Cliente.	(a)	(b)
Capacitação específica em Marketing para o Turismo Rural.	(a)	(b)
Propriedade inserida em projetos Estratégicos para o turismo Regional. Caso resposta afirmativa, especificar: _____).	(a)	(b)
Outros. Caso resposta afirmativa, especificar: _____).	(a)	(b)

32. Houve algum tipo de melhoria em sua propriedade a partir de sua integração aos circuitos turísticos rurais? (Caso afirmativo, especificar: \_\_\_\_\_).

- a) Sim.
- b) Não.

33. Existe algum tipo de relação entre as propriedades que compõem os circuitos turísticos rurais? (Caso afirmativo, especificar quais: \_\_\_\_\_).

- a) Sim.
- b) Não.

**Percepção em relação à agricultura familiar e a pluriatividade**

34. Você se considera um agricultor familiar?
- a) Sim.
  - b) Não.
35. Você já ouviu falar sobre pluriatividade (termo que define o exercício de atividades agrícolas e não agrícolas pelos membros da família)? (Caso afirmativo, o que este termo significa para você?  
R: \_\_\_\_\_)
- a) Sim.
  - b) Não.
36. Em sua opinião, a diversificação de atividades dentro das propriedades ajuda a manter a unidade familiar? (Caso afirmativo, especificar como: \_\_\_\_\_)
- a) Sim.
  - b) Não.
37. Você percebe motivação nos jovens para permanecerem na agricultura?
- a) Sim.
  - b) Não.
38. Muitos agricultores de sua comunidade saíram para viverem na cidade? (Caso afirmativo, especifique os motivos: \_\_\_\_\_ -  
\_\_\_\_\_)
- a) Sim.
  - b) Não.
39. Em sua opinião, as condições para viver no meio rural têm melhorado ou piorado nos últimos anos?
- a) Melhorado.
  - b) Piorado.

**Atividades não agrícolas**

40. Há quanto tempo sua família desenvolve atividades não agrícolas?
- a) Há menos de 5 anos.
  - b) Entre 5 e 10 anos.
  - c) Entre 10 e 20 anos.
  - d) Entre 20 e 30 anos.
  - e) Há mais de 30 anos.
41. Em sua opinião, no que se refere, positivamente, a qualidade de vida de sua família, houve alguma mudança depois que a propriedade passou a exercer atividades não agrícolas? (Caso afirmativo, especifique: \_\_\_\_\_)
- a) Sim.
  - b) Não.

42. A renda obtida através das atividades não agrícolas são reinvestidas na propriedade? (Caso afirmativo, especifique quais melhorias puderam ser feitas por meio delas:\_\_\_\_\_)
- a) Sim.
  - b) Não.
43. Em termos financeiros, a introdução de atividades não agrícolas em sua propriedade atendeu as suas expectativas?
- a) Sim.
  - b) Não.
44. Em sua opinião, a renda obtida através de atividades não agrícolas contribui para a permanência da família na atividade agrícola e no meio rural?
- a) Sim.
  - b) Não.
45. Existem ações governamentais de incentivo a diversificação de atividades em sua região? (Caso afirmativo, em sua opinião, quais são os resultados obtidos por meio dessa ação do governo?\_\_\_\_\_).
- a) Sim.
  - b) Não.